UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ADRIANA REZENDE FARIA TAETS

ABRINDO E FECHANDO CELAS: NARRATIVAS, EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADES DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA FEMININAS

SÃO PAULO

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ABRINDO E FECHANDO CELAS: NARRATIVAS, EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADES DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA FEMININAS

ADRIANA REZENDE FARIA TAETS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

SÃO PAULO

2012

Adriana Rezende Faria Taets

ABRINDO E FECHANDO CELAS: NARRATIVAS, EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADES DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA FEMININAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

APROVADO EM: _____

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. _____

INSTITUIÇÃO:_____ASSINATURA:_____

DR. _____

INSTITUIÇÃO:_____ASSINATURA:_____

PROFA. DRA. _____

INSTITUIÇÃO:_____ASSINATURA:_____

Ao Lino, pela doçura de seu olhar.

AGRADECIMENTOS

A dedicação exclusiva que a realização de uma pós-graduação stritu sensu requer não é algo fácil de ser vivenciado. Os desafios enfrentados são de diversas ordens e é bastante comum encontrar colegas pós-graduandos preocupados com os rumos de suas pesquisas, as possibilidades ou impossibilidades de realizar o trabalho de campo, os prazos a serem cumpridos frente ao Programa, as incertezas sobre o que acontecerá depois de receber o título, o mercado de trabalho, o próximo concurso etc.

Não foi diferente comigo, e é por isso que agora, quando encerro este ciclo, me coloco a lembrar de pessoas que estiveram presentes durante este tempo e fizeram dele algo possível de ser vivido. Para mim, agradecimento tem a ver com isso, com a memória de um tempo compartilhado e, por fim, vencido.

Durante o período do mestrado recebi suporte técnico que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa em caráter de exclusividade, por isso, agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo pela bolsa concedida. Ao falar do Programa de Pós em Antropologia, não poderia deixar de lado seus funcionários, em especial Ivanete Ramos e Rose de Oliveira, pela simpatia, cuidado e atenção na solução de diversas questões sempre presentes no dia a dia da pós-graduação.

É preciso agradecer a dedicação de alguns professores com quem mantive maior contato através de aulas ministradas no programa de pós-graduação, e é com carinho que relembro aqui as aulas de Júlio Assis, Beatriz Perrone e Renato Sztutman. Carinho ainda maior dedico ao John Dawsey, pela oportunidade de acompanhá-lo como monitora em sua disciplina oferecida à graduação e por todo o aprendizado.

Outros professores estiveram presentes: agradeço a Paula Monteiro e Jaime Ginzburg pela participação em minha banca de qualificação. Este foi um momento importante em que muitas das questões que me inquietavam sobre o “universo” acadêmico passaram a fazer algum sentido. Agradeço as valiosas observações e o cuidado e carinho com que analisaram o

meu texto. Ao Jaime agradeço ainda a leitura que fez de meus contos e o incentivo para continuar a escrevê-los.

Há ainda os professores que se dispuseram a participar da banca de defesa, Fernanda Arêas Peixoto e José Miguel Nieto Olivar. Desde já agradeço a disposição para a leitura do texto e a coragem de compartilhar comigo este caminho de pesquisa.

Muitas das inquietações puderam ser compartilhadas em alguns grupos de pesquisa, e agradeço aqui todos os integrantes do Nadir – Núcleo de Antropologia do Direito, com quem, por diversos anos, tenho tido a oportunidade de compartilhar minha pesquisa e aprender possíveis pontes entre Direito e Antropologia. Agradeço o carinho com que sempre me receberam e os momentos tão agradáveis que pudemos compartilhar dentro e fora da sala de estudos.

Agradeço também às meninas do Grupo Prisão em Gênero, esse espaço tão especial em que nos encontramos para discutir teoria antropológica, questões relacionadas ao sistema prisional, a realidade de diversas presas, a militância nos direitos humanos, a luta por melhores condições das pessoas presas, nossas inquietações e angústias. Sem dúvida este grupo foi um lugar confortável que encontrei na minha trajetória de pesquisa. Obrigada, meninas!

Aos colegas da disciplina “Articulando antropologia e literatura em pesquisas que analisam gênero”, ministrada na UNICAMP por José Miguel Nieto Olivar, agradeço a oportunidade de discutir meu trabalho e também compartilhar as leituras dos textos que cada um vem escrevendo com base em suas pesquisas.

Algumas pessoas estiveram presentes no desenvolvimento do trabalho de campo que realizei, ora possibilitando o acesso a documentos, ora concedendo entrevistas e abrindo novos contatos para conversas, ou ainda, oferecendo espaço para que eu pudesse conversar de forma reservada e segura com algumas agentes prisionais. Portanto, quero aqui agradecer a todas essas pessoas e instituições: o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo – SIFUSPESP e o Instituto Terra Trabalho e Cidadania – ITTC, Alvino Augusto de Sá, Sônia Drigo, Márcia Setúbal e Iracema Jansson. Ana Cláudia Nogueira, assessora de comunicação do SIFUSPESP, foi um destes encontros felizes que às vezes acontecem na vida, e eu quero agradecer o carinho e o cuidado com que me acolheu nas minhas idas ao Sindicato.

Agradeço a todas as agentes prisionais com quem convivi durante o período de minha pesquisa, pela enormidade de tudo que pude aprender junto a elas.

Para além do apoio técnico e, por vezes, instrumental, há outra lista de pessoas que estiveram próximas durante o período do mestrado e que me ajudaram de diversas maneiras a manter a coragem, a força e a disciplina. Foram elas que deram a esse período um sabor especial, com toques de alegria, sonho e desafio. Por isso, gostaria de agradecer a todos os colegas da turma do PPGAS/USP que entraram no ano de 2010 e dividiram – ainda dividem – os medos e as surpresas acadêmicas.

A Raphael Sabaini e Ana Letícia Fiori, os "irmãos" de orientação, agradeço por tantos momentos compartilhados, a leitura cuidadosa dos trabalhos, as ideias divididas e sonhadas em conjunto.

À Rebeca Campos, "quase-irmã-de-orientação", agradeço a alegria de rir e chorar debruçadas sobre questões sérias da vida.

À Natália Corazza Padovani agradeço pela presteza em aceitar o convite de se tornar "sócia" na vida.

À Aline, Clarissa e Juliana agradeço por me levarem para outros lugares distantes da academia, e por me acompanharem, desde há tanto tempo.

Ao Mário Vilarruel agradeço a companhia nos minutos derradeiros da produção do texto, a gentileza ao apontar os desvios textuais que insisto em cometer e a generosidade extrema com que o fez.

Ao Lucas agradeço o colchão, o quarto e a oportunidade de conhecer um pouco mais esse moço que só andava em terras distantes.

Por fim, é preciso nomear o fundamental, aquelas presenças que foram fortes o suficiente para acalmar tormentas e me jogar de volta em alto mar. Para essas pessoas, os agradecimentos foram escritos e reescritos diversas vezes, e a palavra, ao final, pareceu banal, porque o sentimento, na verdade, permanece indizível. Resta o afeto grave de quem admira a generosidade e a capacidade para o amor.

À minha orientadora, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, permanece minha admiração por sua coragem em apoiar a minha ousadia: sem seu incentivo eu não seria capaz de seguir adiante na escrita de contos e na tentativa de propor algo novo. Seu encantamento frente às perguntas antropológicas sempre nos fez avançar, a mim e a meus colegas. Sua generosidade me fez acreditar que tinha diante de mim algo importante a ser pesquisado e analisado, evitando, por diversas vezes, a paralisia que tanto se teme.

Às mulheres que inspiraram as personagens Solange e Leonor, a elas deixo minha admiração profunda.

Ao Fabrício Vasselai, por essa presença que parece água matando sede em dia de verão.

À família que adquiri nesse meio tempo, Sirlene e Décio, pelo cotidiano cheio de surpresas, desafios, comidas mineiras, pequenos e grandes aprendizados.

À família desde sempre, SilaSuzana. Diante da grandeza dessa presença, nenhuma palavra seria suficiente. Amo vocês, amo a presença de vocês na minha vida, amo o amor de vocês.

Ao Wagner, pelo que ele é e pelo que eu sou perto dele.

RESUMO

Neste trabalho, a instituição prisional é analisada a partir dos pontos de vista de dez mulheres que trabalham como agentes de segurança penitenciária em diferentes cidades do Estado de São Paulo. A pesquisa, realizada entre os anos de 2010 e 2012, se baseou em trajetórias profissionais narradas por essas mulheres, a partir das quais se buscou compreender os impactos do trabalho no cárcere em suas vidas. Constatou-se que a instituição prisional é compreendida por tais mulheres como um lugar de embates, em que o pensamento institucional molda as experiências individuais ao mesmo tempo em que é modificado por elas. As biografias das guardas definem as escolhas que farão frente às regras estipuladas pela instituição, podendo tanto modificar aspectos da estrutura prisional quanto reafirmá-los, sendo suas identidades profissionais construídas a partir desta relação. As narrativas coletadas trazem à tona tanto questões relacionadas à vivência institucional quanto à experiência individual frente ao enclausuramento do outro. A dor e a violência presentes no sistema prisional são elaboradas a partir de um tipo específico de linguagem em que relações de alteridade tornam-se centrais. A pesquisa também contou com uma discussão sobre os limites e as possibilidades do texto etnográfico a partir de uma aproximação com formas literárias de narrar a experiência.

Palavras-chave: Agentes de segurança penitenciária; Instituição Prisional; Identidades; Experiências; Narrativas.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of prisons from the perspective of ten female prison security officers. In order to understand the impact of working in a prison facility on the lives of female prison guards, an analysis was made of the professional careers of these women, with a focus on the narratives crafted around their experience in prisons. Prisons are, therefore, regarded by these women as a locus of conflicting forces, in which institutional thinking both shapes and is shaped by personal experiences. The personal lives of prison guards affect the choices that these women make when dealing with institutional rules. And from an institutional standpoint, these choices may promote either change or compliance with prison structures. In fact, the professional identity of female prison guards is formed as these choices are made. The narratives that were gathered in this study focus on the professional stories of these women. These narratives raise issues around both their institutional and personal experiences when dealing with people held in confinement. Pain and violence, inherent to prison systems, are processed through a specific type of language. In this process, the experience of the Other is crucial. Based on the narratives constructed by female prison guards, this study also presents a discussion on the limits and possibilities of ethnographic in an approximation to literary forms of narrating experience.

Key words: Prison safety officers; Prison; Identity; Experience; Narratives.

“Todo herói é um herói de si mesmo. Quem vence está-se vencendo”.

Clarice Lispector, em “A descoberta do mundo”.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS, 5

RESUMO E ABSTRACT, 9

APRESENTAÇÃO, 15

CAPÍTULO 1 – AS FORMAS E OS MEIOS DA PESQUISA SOBRE TRAJETÓRIAS DE AGENTES PRISIONAIS FEMININAS, 18

Explicitando os caminhos percorridos no decorrer da pesquisa, 18

Mapeamento da produção acadêmica acerca dos agentes de segurança penitenciária, 22

Pesquisas sobre agentes prisionais: revelando e ocultando, 25

Os agentes prisionais e a instituição prisional, 27

O ponto de vista das mulheres: uma discussão de gênero? 28

Sendo apresentada ao sistema prisional: desafios ao lidar com uma instituição de controle, 31

Entrevistas, narrativas e histórias de vida: os desafios do trabalho de campo, 34

Construindo o texto etnográfico, 41

CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO E AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM AS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 46

Um pouco de números e de história, 48

Por que ser um ASP? As razões para a procura pela profissão: salário e vocação, 51

O edital do concurso para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária, 52

A estrutura física dos presídios paulistas e os desafios dos ASPs, 54

A Escola de Administração Penitenciária e o curso de formação oferecido aos ASPs, 55

Solucionando problemas: as licenças e o auxílio jurídico, 56

O Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP, 58

Conversando com agentes prisionais femininas, 59

O pavilhão e a portaria: os locais de trabalho da agente prisional feminina, 59

Agente de segurança penitenciária: a profissão "ideal" para a mulher? 60

Ociosidade, medo e ansiedade: no que consiste o trabalho cotidiano de uma guarda prisional? 63

A separação entre a realidade prisional e aquilo que acontece fora do cárcere, 65

A experiência vivida e a dificuldade em narrar, 68

CAPÍTULO 3 – ANDANDO NO FIO DA NAVALHA: A HISTÓRIA DE SOLANGE, 71

Um vestido florido numa tarde de primavera, 71

Antes do início: a família de Solange e o *status* do funcionário público, 76

Início: os primeiros anos de Solange no sistema penitenciário, 77

Os cabelos de Florbela,78

"Que mulher eu sou?": quando as referências de Solange começam a mudar, 85

Domingo de manhã, 88

Tornando-se parente de preso, ou quando as drogas mudaram a vida de toda a família, 90

A faca e o pudim, 91

Pedro e Vitória, 98

Falando de profissão: motivos pelos quais Solange não abandonou o sistema, 103

Lendo as cartas, adivinhando a vida, 104

Tornando-se diretora de disciplina, 105

Uma carreira a longo prazo, 108

A presença do PCC e a nova dinâmica no jogo de identidades, 109

Uma narrativa em aberto: buscando um final para nossas conversas, 111

Avaliação, 114

CAPÍTULO 4 – QUANDO A DOR É CONTEÚDO E FORMA: A HISTÓRIA DE LEONOR, 116

Advertência, 116

Encontrando-me com Léo, 117

Nos meandros da memória e da dor, 119

A vida como num filme, 124

Lidando com o sistema penitenciário, 126

A construção das narrativas e a dor, 127

Um quarto muito escuro, 128

Suzane versus Andreia, 131

Profissão, identidade, trânsito e dor: sentindo-se aceita pelas presas, 134

Uma partida de futebol, 135

Quando o sim é não, e o não, sim, 141

Lutando contra o "sistema" – os "bondes", as revoltas e o adoecimento, 146

Punição exemplar, 147

O Primeiro Comando da Capital: desilusão, frustração e delírio, 151

Diálogos na torre de vigia, 152

CAPÍTULO 5 – APRENDENDO A DIZER SIM E A DIZER NÃO: QUANDO A INSTITUIÇÃO É TRANSFORMADA PELA TRAJETÓRIA INDIVIDUAL, 158

A instituição prisional e seus modos de controle de identidade e experiência, 159

A prática prisional: o lugar do sim e do não, 166

Modificações na estrutura a partir de eventos externos: o surgimento e o fortalecimento do Primeiro Comando da Capital, 170

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O DITO E O NÃO DITO, 174

BIBLIOGRAFIA, 178

APRESENTAÇÃO

Há alguns anos procurei o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo para coletar informações sobre a profissão de *agente prisional.* Lá encontrei um homem que desempenhava a função há bastante tempo. Expliquei a ele que gostaria de conhecer um pouco a profissão, já que tinha planos de fazer uma pesquisa de mestrado sobre a categoria. Ele, então, começou a me contar histórias.

Enquanto narrava suas experiências na condição de guarda prisional, o dia do lado de fora escureceu, meu celular vibrava dentro da bolsa, e eu desconfiava que era preciso ir embora. Ele, ao contrário, parecia não ter pressa.

> "Sabe, Adriana, uma das coisas mais importantes na profissão de agente prisional é ter o olho treinado para perceber as coisas. Uma vez, numa revista, entrou um moleque, moleque mesmo! Bem pequeno. Ele tinha um cabelo esquisito. Aí eu, como quem não quer nada, passei a mão na cabeça dele, sabe? Como se fosse fazer um carinho na cabeça do moleque. Quando mexi no cabelo dele vi que aquilo tava esquisito. Tava muito esquisito. Chamei o moleque no canto, mexi de novo na cabeça dele e vi que aquilo era uma peruca, na hora que ele tirou a peruca, tava ali, um pedaço de celular, prontinho pra entrar pra dentro da cadeia".

Em poucas horas ouvi diversas histórias. O poder da narrativa daquele homem estava, como aponta Benjamin (1936), na experiência vivida. A sua trajetória de vida não era vista por ele como algo banal, ao contrário, era rica de experiências e acontecimentos, o que a tornava passível de ser narrada.

Muito tempo depois, já quase no final da pesquisa de mestrado, voltei ao Sindicato e conversei novamente com o mesmo homem. Para essa conversa eu trazia objetivos específicos, tendo um roteiro de entrevista semiestruturado, mesmo assim, ele me enchia de histórias, de narrativas heroicas nas quais havia enfrentado uma turba de detentos, em que alguns deles portavam facas e ele precisava pensar rapidamente no que fazer. Enquanto outras pessoas esperavam por ele para uma reunião, eu continuava envolvida naquela narrativa em que uma

pessoa me ensinava, a partir de sua história, maneiras possíveis de lidar com o perigo e com o inesperado.

A experiência, para Benjamin (1936), é a fonte a qual recorrem os narradores. A atividade narrativa, no entanto, se encontraria em declínio devido a um esvaziamento da própria experiência no mundo moderno. O resultado desta mudança, para o autor, volta-se para uma valorização de uma comunicação pautada na informação completa e imediata em detrimento da experiência vivida, já que o que marca esta última é a pobreza frente a um contexto social dominado pela técnica e pela tecnologia (BENJAMIN, 1933; 1936).

Não haveria, na modernidade, ensinamentos a serem transmitidos a partir das narrativas tradicionais: a própria experiência teria se esvaziado, tendo sido alocada em um presente vazio de conhecimentos transmissíveis.

Aos moldes dos narradores tradicionais, no entanto, o agente prisional que me contava histórias baseadas em sua experiência não demonstrava apenas um esforço em valorizar a sua categoria profissional – ao demonstrar valentia e bravura frente a situações de risco – mas também me oferecia a possibilidade de vislumbrar o cenário prisional a partir de um lugar específico, em que o agente penitenciário é tomado como o personagem principal.

Ao conversar com algumas mulheres que trabalham como agentes prisionais pude perceber o mesmo ímpeto narrativo, no entanto, diferentemente dos homens com quem mantive contato durante a pesquisa, as narrativas femininas extrapolavam o universo prisional ao retratar experiências pessoais tanto na família quanto em relações travadas fora do cárcere. Tais experiências se apresentavam, assim, mais envolventes que a dos homens por se aprofundarem nos significados do que é ser agente prisional feminina, não apenas dentro dos presídios, mas também, fora deles.

A pesquisa que aqui apresento é fruto de um esforço em coletar tais narrativas, tendo como objeto as experiências de mulheres que trabalham como agentes prisionais em presídios paulistas. A partir de tais narrativas foi possível construir uma compreensão acerca das maneiras como tais mulheres interpretam suas trajetórias e a forma como se relacionam com a instituição na qual trabalham.

O primeiro capítulo deste texto conta com uma discussão metodológica, onde procuro desvendar minha trajetória de pesquisa, apontando para as escolhas realizadas e suas

consequências para o formato final do texto que ora apresento. Uma discussão em torno da experiência enquanto método de análise, assim como um levantamento bibliográfico sobre a produção acadêmica que toma o agente de segurança prisional como objeto, também foi trazida à tona neste capítulo. A escolha pelas narrativas, o desenvolvimento das entrevistas e as formas pelas quais eu optei por trabalhar o material coletado – a partir da construção de contos – serão também discutidos neste capítulo.

Em seguida, no capítulo dois, realizo um levantamento histórico sobre a profissão de agente prisional e discorro sobre a realidade da categoria a partir de alguns dados estatísticos. No decorrer do capítulo apresento diversas questões que foram trabalhadas a partir das entrevistas com as agentes prisionais, delineando, assim, o contexto em que se dão as relações entre tais agentes – e suas experiências – e a instituição prisional. Esse capítulo prepara o leitor para os seguintes, já que oferece a base para a discussão que realizo a partir de duas histórias de vida em especial.

Os capítulos três e quatro contam com a análise da história de vida profissional de duas mulheres. Solange e Leonor são as personagens de cada um desses capítulos, que trazem os relatos de suas experiências. Ao trabalhar demoradamente suas narrativas, foi possível compreender aspectos relevantes das relações construídas a partir de suas experiências profissionais, abordando perspectivas que levam em conta tanto a vida fora do cárcere quanto as relações que se dão dentro dele. A partir de tais histórias é possível perceber que a tensão entre a vida institucional e a pessoal é constante, sendo esta tensão o elemento principal no desenvolvimento das trajetórias profissionais. As histórias de vida de Solange e Leonor lançam luz sobre a maneira como a instituição prisional estrutura a vida de seus funcionários ao mesmo tempo em que é modificada e também reafirmada a partir da apropriação das regras que se dão ali dentro.

No último capítulo, discuto teoricamente as questões levantadas nos capítulos anteriores, tomando como base a experiência e as relações institucionais. As relações entre indivíduo e instituição serão repensadas a partir das discussões de autores tais como Durkheim (1930) e Mary Douglas (2007). O peso da experiência e suas consequências para a prática prisional será analisada a partir dos conceitos de Sahlins (2007) sobre as relações entre a estrutura e a conjuntura e as mudanças ocorridas na estrutura a partir da ação dos indivíduos.

CAPÍTULO 1

AS FORMAS E OS MEIOS DA PESQUISA SOBRE TRAJETÓRIAS DE AGENTES PRISIONAIS FEMININAS

Explicitando os caminhos percorridos no decorrer da pesquisa

Durante os dois anos de pesquisa de mestrado conversei com diversas agentes de segurança penitenciária. Em todas essas conversas, era eu quem fazia as perguntas, era eu quem me colocava como ouvinte e escutava longamente as histórias que tais mulheres se dispunham a me contar.

Entre mim e tais mulheres havia diversas diferenças, de classe econômica; de idade; de escolaridade. Tais diferenças eram, de certo modo, visíveis: no jeito de me vestir; no jeito de me portar; na minha fala; nos apetrechos que eu levava para as entrevistas. Era evidente que eu levava comigo o desejo de conhecer a experiência vivida por elas – experiências desconhecidas por mim. Elas não estavam, no entanto, conversando com uma igual: nossos diálogos não eram um compartilhar de vivências conjuntas. As diferenças ficavam evidentes na dinâmica da conversa: elas falavam durante quase todo o tempo, eu apenas ouvia. Às vezes perguntava algumas coisas, e elas respondiam. Era a vida delas, portanto, o que estava em questão em nossas conversas.

Tais diferenças, entretanto, não passavam despercebidas pelas mulheres com quem eu conversava. Lembro-me do susto que tomei na primeira vez em que uma guarda parou o que estava dizendo, interrompendo sua história, e se voltou para mim: “Agora me fala um pouco de você”. Eu não sabia o que dizer. Por onde eu começaria a minha história? O que, afinal, ela gostaria de saber? Como devolver a ela, em troca, uma narrativa de minha vida que fosse, de alguma forma, equivalente às histórias que me contava? No que ela estaria, de fato, interessada?

Percebi que o interesse dela estava exatamente em saber os motivos que me levavam a realizar tal pesquisa. Por que eu me interessava pela história dela? Por que eu me voltava para as trajetórias de agentes prisionais? O que me fazia ouvir tantas histórias que ficavam, em sua

maioria, caladas? Por que eu gostaria de me envolver numa realidade radicalmente diferente da minha?

“Você também é louca! Ninguém que queira se aproximar do universo prisional é normal. Não sei porque, mas você também não é normal”. Foi assim que outra guarda tentou me definir. Sem querer saber os motivos que me levavam a realizar tal pesquisa, ela apenas sentenciou: eu era uma louca.

Localizar os focos de meu interesse sobre as trajetórias de agentes prisionais seria, assim, não apenas uma resposta às mulheres com quem trabalhei durante a pesquisa de mestrado, mas também uma maneira de identificar as experiências que fizeram que me voltasse para tal grupo em busca de respostas a perguntas que eu havia formulado. A minha história e as consequências que o contato com as agentes prisionais tiveram sobre mim são grandemente responsáveis pela maneira com que conduzi a pesquisa e, com isso, fica evidente que os resultados alcançados não poderiam ser outros.

Lembro-me da primeira vez em que eu entrei num presídio. Eu era estagiária no ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente) e fazia parte de uma equipe que pesquisava o impacto da Lei de Crimes Hediondos nos índices de criminalidade (ILANUD, 2006). Eu ainda fazia a graduação em Ciências Sociais e estava tendo meu primeiro contato com este tipo de pesquisa. Ao entrarmos na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, nos dirigimos para o prédio da diretoria, e foi lá que fizemos entrevistas com mulheres presas.

Depois das entrevistas, a agente prisional responsável por nos acompanhar nos levou para conhecer a penitenciária. Após nos mostrar várias seções, como o ambulatório, a oficina de trabalho, o refeitório etc., a responsável nos conduziu aos pavilhões. Lembro que as presas estavam em horário de banho, por isso, as celas estavam abertas e elas circulavam livremente.

As presas estavam enroladas em toalhas, cabelos molhados, andando por aquele pequeno espaço em que gozavam de pouca liberdade. A guarda ia nos conduzindo, e o nosso grupo adentrava num lugar que não era nosso. Eu me sentia como uma intrusa, invadindo a casa alheia. Lembro-me de quanto eu desejava que aquele momento acabasse logo. E não era por medo, era por constrangimento. Eu sabia que, depois daquela visita indelicada, eu iria embora,

passaria pelos portões do presídio e voltaria para as ruas. Elas não, elas ficariam ali, presas, compartilhando aquele espaço, circulando de maneira restrita.

Nos dias seguintes, no entanto, não foram as presas que povoaram a minha mente, eu não conseguia me imaginar no lugar delas: a experiência de perder a liberdade e ficar reclusa me parecia tão devastadora que em momento algum consegui me colocar no lugar delas. A ideia que não saía de minha mente era a experiência de adentrar um espaço marcado pela ausência de liberdade, conviver com pessoas que perderam esse direito e, no final do dia, ir embora, retomando as relações vividas fora do cárcere.

Era a experiência das agentes prisionais o que me instigava, esta convivência cotidiana com uma realidade tão dura, uma vida marcada pela presença na prisão sem, no entanto, estar presa. O que elas faziam para lidar com o desconforto que eu senti ao sair do presídio naquele dia? Essa foi a minha primeira pergunta. No entanto, será que elas sentiam algum desconforto? Talvez não. E eu só saberia se voltasse e conversasse com elas.

Assim foi se delimitando um problema de pesquisa que levasse em conta as experiências das agentes prisionais em seu trânsito cotidiano entre o cárcere e a sociedade mais ampla. Um longo tempo se passou, no entanto, desde a minha primeira visita à Penitenciária Feminina da Capital e o desenvolvimento desta pesquisa[1].

Durante o período da graduação e logo depois que finalizei o curso, trabalhei em institutos de pesquisa que tinham como foco a segurança pública. Neste tempo travei contato com uma bibliografia e também com diversos pesquisadores que se voltavam para as relações entre as instituições de controle e a sociedade, tendo como foco o entendimento sobre as dinâmicas da criminalidade. O pouco interesse voltado para as dinâmicas do cárcere e, principalmente, para os funcionários do sistema prisional, foi algo que despertou minha atenção.

Ao me aproximar deste grupo – dos agentes de segurança penitenciária – percebi que é heterogêneo, acolhendo, em seu meio, disputas de poder e posicionamentos bem diversos. O olhar de um agente prisional masculino sobre sua trajetória e sobre a prisão é diferente do olhar de uma agente feminina. Dentro deste pequeno grupo foi possível perceber que as mulheres formam um segmento ainda menor e mais esquecido pelos estudos acadêmicos.

[1] A primeira visita à penitenciária aconteceu no ano de 2004, a pesquisa de mestrado teve início em março de 2010.

Voltei-me, então, para o grupo de mulheres como uma forma de compreender os impactos que a vida cotidiana no cárcere – sem que se tenha perdido o direito à liberdade – exerce sobre trajetórias individuais.

Assim como o caminho acadêmico trilhado, o desenvolvimento da pesquisa também me colocou frente a questões sobre as quais eu deveria fazer escolhas. Tais escolhas foram baseadas não apenas em conhecimentos metodológicos ou teóricos sobre o campo com o qual eu trabalhava. O contato que mantive com algumas guardas por vezes me fez recuar no trabalho de campo, ou ainda – e principalmente – me guiou por caminhos interpretativos. Silva (2000), ao analisar a complexa relação entre o trabalho de campo e a teoria antropológica, afirma que:

> "No trabalho de campo os problemas escolhidos e as teorias utilizadas estão intimamente relacionados. A circularidade entre a experiência de campo e a abordagem teórica faz com que muitas vezes o antropólogo busque uma teoria através da qual possa compreender e analisar seus dados ao mesmo tempo em que os 'recorta' para, através deles, produzir, testar ou estender a teoria que utiliza" (SILVA, 2000, p.32).

Para que fosse possível reconstruir histórias de vida de agentes prisionais, mantive contato duradouro com algumas delas. As histórias trabalhadas nesta dissertação foram fruto de diversos encontros com elas, o que nem sempre foi fácil para mim. Por diversas vezes eu relutava em agendar uma nova conversa, uma nova entrevista, porque sabia que as consequências de tais encontros sobre o meu humor e o meu estado emocional seriam devastadoras. Nutro por essas mulheres com quem conversei longamente uma admiração profunda e um carinho que foi construído ao longo do tempo. Muitas vezes, no entanto, as histórias que eu ouvia delas, as dores compartilhadas e a indignação frente a uma realidade avaliada por elas como opressora, me deixavam fragilizada. Eu queria voltar e conversar mais, e conhecer mais, e saber mais da história delas, mas muitas vezes eu torcia para que elas não aparecessem e eu não precisasse, depois, enfrentar o meu grande desconforto.

Desconforto construtivo, presente em cada parágrafo do texto que agora escrevo. Histórias de vida tão estranhas a mim que fizeram do trabalho de construção do texto etnográfico um desafio bastante doloroso, por vezes. Voltar à história de cada uma delas, tentar reconstruir as causalidades por elas apontadas ou evidenciadas, procurar dar ordem ao texto de forma a

torná-lo compreensível ao leitor foi uma jornada difícil, já que tinha que lidar novamente com toda a dor que havia sido compartilhada no decorrer do trabalho de campo.

O resultado destes encontros pode ser percebido na maneira com que interpretei os dados coletados e a forma como organizei cada uma das histórias de vida das agentes prisionais aqui trabalhadas. A pesquisa que apresento é resultado destes encontros com tais mulheres e os impactos que tiveram sobre mim. Durante todo o caminho percorrido, a preocupação com a metodologia aplicada, os instrumentos de pesquisa utilizados e o rigor teórico estiveram presentes. Muito do que vi, ouvi e depois escrevi poderia ter sido percebido também por outras pessoas. Mas o meu olhar – o ponto de partida para esta pesquisa – é localizado: os caminhos percorridos foram sendo trilhados pela minha trajetória acadêmica e pessoal, o resultado, portanto, é uma pesquisa em que a pesquisadora se coloca o tempo todo no texto.

*

Mapeamento sobre a produção acadêmica acerca dos agentes de segurança penitenciária

Para compreender o olhar que a academia tem voltado para o agente de segurança penitenciária[2] enquanto personagem do sistema prisional realizei um balanço da produção acadêmica que leva em conta esta temática. Para tanto, procurei saber, por meio do Banco de Teses da CAPES, quais áreas do conhecimento possuem produção sobre agentes prisionais. Ao realizar uma busca por palavras-chave que envolvessem, de alguma maneira, agentes penitenciários (as palavras pesquisadas foram "guardas prisionais", "agente prisional", "agentes de segurança penitenciária", "agentes penitenciários/penitenciárias" e "guardas prisionais") encontrei não mais que uma dezena de estudos concluídos. As áreas de conhecimento que trabalharam o tema se voltam para as ciências sociais (ciência política, sociologia e ciências criminais), direito (direito penal), saúde pública e coletiva, educação em saúde, psicologia (psicologia do desenvolvimento humano e psicologia social) e letras.

A atenção dada aos agentes prisionais pelas pesquisas na área da saúde foi a que mais me chamou atenção, assim como os estudos realizados no âmbito da psicologia, já que a maioria

[2] A nominação formal para o cargo é de "Agente de Segurança Penitenciária" – ASP. Durante a pesquisa, no entanto, pude coletar diversas formas de nomear o ASP: agente prisional, guarda, agente penitenciário ou simplesmente agente. No decorrer do texto, utilizo todas estas expressões como sinônimas de Agente de Segurança Penitenciária.

das pesquisas sobre o sistema prisional, com o qual tenho familiaridade, volta-se para a área penal e criminal. No entanto, ao me deter sobre tais estudos, pude perceber que o pontapé inicial de tais pesquisas não se diferia das minhas perguntas sobre as experiências dos agentes penitenciários.

Os estudos da saúde, por exemplo, voltam-se para a qualidade de vida e saúde dos guardas, tendo em vista que estes exercem uma profissão comumente avaliada a partir da pressão sofrida e dos riscos para a própria vida[3]. O que tais estudos apontam é a incidência de diversas doenças causadas por um tipo específico de atividade profissional (hipertensão; diabetes adquirida; sobrepeso, entre outras).

Os estudos provenientes da psicologia voltam-se para a compreensão das relações criadas pelos agentes prisionais dentro dos muros da prisão, em relação tanto ao espaço físico, onde passam a maior parte do seu dia, quanto às demais pessoas que dividem com eles aquele espaço (funcionários e pessoas presas) e as consequências que tais relações possuem para sua saúde física e mental[4].

A pergunta que parece ser o ponto de partida de tais estudos volta-se basicamente para os mecanismos usados – ou criados – para que homens e mulheres possam sobreviver em ambientes de trabalho marcados pela precariedade e pela pressão externa, ou então, em sentido parecido, quais as consequências físicas e psíquicas de tal vivência.

Chies (2001) e Moraes (2005) foram os pioneiros nos estudos sobre agentes prisionais no Brasil na área das Ciências Humanas. Suas pesquisas são citadas pela maioria dos demais pesquisadores como sendo as bases a partir das quais as perguntas de cada pesquisa foram formuladas. Chies realizou um estudo interdisciplinar em Pelotas, no Rio Grande do Sul, no qual foram entrevistados quase uma centena de agentes prisionais daquele estado. O objetivo da pesquisa voltava-se para as consequências que uma vivência cotidiana dentro do presídio trazia para os agentes prisionais. A partir de tal esforço, Chies afirmou que os guardas sofrem um processo de "prisionização", sendo possível perceber neles alguns comportamentos bastante parecidos com os detentos como consequência de uma vida diária, de certa forma, marcada por enclausuramento constante.

---

[3] Lourenço (2010) apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela Universidade de Manchester em 1987 em que a profissão de agente prisional é avaliada como a terceira mais sujeita ao estresse, devido às condições de trabalho, ficando atrás apenas dos mineradores de carvão e dos policiais.

[4] Dentre os estudos realizados a partir da Psicologia, destaco a pesquisa de Lopes (1998) e Lourenço (2010).

Moraes (2005), por sua vez, procura compreender os mecanismos de construção de identidade entre agentes prisionais para, a partir de então, discutir o processo de ressocialização proposto no projeto de pena de prisão a partir do ponto de vista do agente prisional. O foco deste autor está, portanto, no caráter punitivo das penas modernas de prisão e nas maneiras como o agente prisional atua como aplicador dessas penas. Para tanto, Moraes realizou diversas entrevistas com agentes prisionais do Estado do Paraná.

Anteriormente a tais estudos, Vasconcelos (2000), tendo como base os princípios da Saúde Pública, analisou os tipos mais comuns de doenças adquiridas por agentes de segurança penitenciária a partir do exercício da profissão. Tal pesquisa, de menor fôlego, é pouco citada pelos demais pesquisadores. No entanto, a temática das doenças adquiridas por estes profissionais é retomada por Lourenço (2010) que analisa, a partir da perspectiva da psicologia social, o ambiente de trabalho dos agentes prisionais e as consequências que tal ambiente – analisado por ele como insalubre – trazem para os guardas que trabalham nas prisões pesquisadas. O foco de Lourenço, diferentemente de Vasconcelos, volta-se para o caráter psíquico dos profissionais.

Castro e Silva (2008) retoma muitas das questões trabalhadas por Moraes (2005) para buscar compreender o caráter violento das relações entre agentes prisionais e presos em presídios fluminenses. O foco de sua pesquisa volta-se para as soluções encontradas pelos agentes prisionais para lidar com questões cotidianas dentro do cárcere, o que, segundo ele, privilegia a violência em detrimento dos procedimentos que a lei prevê. A pesquisa de Castro e Silva aponta, desta forma, para questões inéditas sobre o sistema prisional ao demonstrar a maneira pela qual a instituição prisional é marcada pela violência nas relações cotidianas entre ASPs e presos.

Antônio Rafael Barbosa (2005), em sua tese de doutorado defendida no Museu Nacional, trabalha questões referentes aos agentes de segurança penitenciária a partir de um olhar mais amplo sobre o sistema prisional. Seu interesse volta-se para o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o que garante a ele um ponto de vista específico em seu olhar sobre o cárcere. Os guardas são analisados, assim, como funcionários do sistema prisional e também como atuantes na engrenagem que Barbosa se propõe a analisar.

Apesar do número pequeno de pesquisas já publicadas sobre o tema, percebe-se que os agentes prisionais vêm chamando atenção de jovens pesquisadores. Raphael Sabaini realiza

uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da USP sobre as relações travadas entre a classe de agentes prisionais e outros setores da cidade de Itirapina – cidade com pouco mais de quinze mil habitantes no interior de São Paulo, que possui dois presídios instalados e uma população carcerária de quase três mil presos. Vívian Calderoni também realiza uma pesquisa de mestrado em Direito, na Faculdade do Largo de São Francisco/ USP, em que se propõe a analisar o olhar que o Sistema Judiciário volta para o agente prisional.

Outras pesquisas também estão sendo realizadas e, aos poucos, o conhecimento construído sobre os agentes prisionais possibilitarão uma melhor compreensão não só sobre a carreira em si, mas principalmente sobre questões ainda não trabalhadas acerca do sistema prisional, tanto no seu ímpeto punitivo, quanto no seu caráter de instituição social contemporânea.

Pesquisas sobre agentes prisionais: revelando e ocultando

Nas diversas pesquisas levantadas acerca dos agentes prisionais há uma preocupação inicial em descrever a prisão, tanto fisicamente – num esforço para criar imagens do que seria um cenário de prisão – quanto socialmente, quando as relações que se dão ali dentro, a partir da função de cada um dos funcionários, são descritas. Essa postura do pesquisador volta-se para uma estratégia de legitimidade tanto da pesquisa quanto do texto – numa tentativa de provar ao leitor, por meio de uma descrição minuciosa, que ele "esteve lá", entrando no presídio – lugar tão pouco acessível – e, portanto, tem autoridade para realizar as análises a que se propõe.

Geertz (2005) aponta para essa estratégia como um exercício puramente de escrita: a descrição minuciosa de um cenário desconhecido pelos leitores tem o efeito de neutralidade, ao insinuar que qualquer um que estivesse naquelas mesmas condições – realizando uma etnografia dentro do cárcere, por exemplo – conseguiria perceber o mesmo que eles perceberam.

Esse tipo de estratégia de escrita das pesquisas sobre os agentes penitenciários revela questões importantes tanto sobre o campo a ser estudado quanto sobre a presença de tais pesquisadores neste campo. Primeiramente, o que se percebe é uma clara divisão entre as pessoas que conhecem o mundo do cárcere – que transitam por ele, que se percebem, de

alguma forma, traspassados pelo cárcere mesmo que nunca tenham entrado em uma prisão[5] – e aquelas que jamais se aproximaram de um presídio, tendo sua visão de cárcere formada, por imagens presentes em noticiários ou filmes.

É para esse segundo grupo de pessoas – que não se relacionam de forma alguma com o cárcere – que as etnografias sobre a prisão são, geralmente, escritas. O cárcere se apresenta, assim, como um lugar exótico sobre o qual o pesquisador precisa dar detalhes minuciosos para que seus leitores possam, minimamente, compreender os meios a partir dos quais ele construiu sua análise.

O problema desta estratégia está em tornar o campo de pesquisa exótico e, com isso, legitimar a postura do pesquisador que, pelo simples fato de ter "estado lá", torna-se um portavoz autorizado a falar a partir do cárcere. A problematização da presença do pesquisador – não apenas neste, mas em qualquer campo de pesquisa – deve fazer parte da construção do texto, para que o leitor seja capaz de compreender que as questões levantadas em cada uma das pesquisas realizadas estão localizadas numa trajetória específica do pesquisador, e diversas outras perguntas poderiam ter sido feitas se outros também tivessem a oportunidade ou o interesse em "estar lá". A falta de problematização da presença do pesquisador no campo de pesquisa confere uma falsa legitimidade ao autor, ao apontar para a possibilidade de uma análise neutra: qualquer um, nas mesmas condições, seria, então, capaz de chegar às mesmas conclusões.

O que chama atenção nos estudos sobre os agentes prisionais é o fato de que muitos dos pesquisadores já trabalharam, de alguma forma, como funcionários de presídios. A função exercida por tais pesquisadores no cárcere não invalida, de forma alguma, as pesquisas realizadas. Importa questionar, no entanto, o tipo de texto construído, as estratégias de escrita e aquilo que tais estratégias apontam, por um lado, e escondem, por outro.

A experiência enquanto funcionário do sistema prisional num momento anterior à pesquisa faz, muitas vezes, que a visão de tais pesquisadores sobre a realidade do cárcere já tenha sido formada antes da observação etnográfica. O importante a se notar no caso de tais estudos é a

[5] Godoi (2010), em pesquisa realizada sobre as interligações entre o cárcere e a periferia de São Paulo e de Barcelona aponta para a forma como as políticas de encarceramento em massa têm gerados efeitos de prisionalização nas grandes cidades, fazendo que mesmo aqueles indivíduos que nunca entraram numa prisão possuam, ao longo de vida, relações marcadas pela presença dos presídios, como acontece com diversas redes de parentesco e vizinhança nas periferias de grandes cidades.

forma como essa realidade preconhecida modelou as perguntas a partir das quais as pesquisas foram desenhadas.

Por já conhecerem a realidade do sistema prisional e muitas das mazelas vividas cotidianamente pelos guardas, tais pesquisadores procuram compreender as consequências desta vivência para a saúde física e mental dos guardas prisionais, ou ainda, buscam revelar as estratégias usadas para driblar os obstáculos do dia a dia. Não há um questionamento anterior sobre tais mazelas; não há uma crítica acerca dos motivos que levam os agentes prisionais a permanecerem na função apesar delas; não há um olhar que questione a negatividade da função, permitindo perceber os dispositivos a partir dos quais a função é vivenciada como produtora de sentido.

Os agentes prisionais e a instituição prisional

Os agentes de segurança penitenciária são trabalhadores do sistema prisional. Esta instituição informa o trabalho de tais profissionais e garante a eles as possibilidades de realizá-lo a contento. A partir da pesquisa que desenvolvi entre agentes prisionais do Estado de São Paulo pude perceber que não há como discutir questões relevantes acerca desta profissão se a instituição prisional não for levada em conta.

Muitas das pesquisas por mim mapeadas apresentavam informações bastante ricas sobre o cotidiano e a realidade de tais profissionais, no entanto, em muitas delas, o que se percebia era um esforço para denunciar as mazelas vivenciadas pela categoria, como forma, muitas vezes, de explicar a falência da profissão e também, quiçá, do próprio sistema prisional.

A relação, no entanto, entre ASPs e instituição prisional era deixada de lado. A pesquisa que desenvolvi também não teve como ponto de partida tal relação: num primeiro momento, o que me preocupava era a compreensão sobre os trânsitos realizados por agentes prisionais femininas entre o cotidiano no interior do cárcere e o que acontecia fora dele. A partir do contato que mantive com diversas agentes prisionais e tendo como base as narrativas que coletei sobre as experiências de tais mulheres, percebi que a instituição prisional está presente em quase todos os momentos de tais experiências, não apenas como o lugar onde se dão as relações, mas, principalmente, como a base social e cognitiva a partir da qual se formam as experiências dos agentes prisionais.

Sem levar em conta a presença fundadora da instituição tanto para a experiência do agente prisional quanto para as relações diversas desenvolvidas ali dentro, os estudos que têm como foco o agente prisional não poderão avançar no conhecimento tanto sobre a instituição quanto a profissão e, menos, ainda, sobre a sociedade na qual vivemos.

O que procuro afirmar a partir desta pesquisa é que a instituição prisional informa as trajetórias profissionais dos agentes penitenciários, ao mesmo tempo em que as escolhas pessoais de tais indivíduos modificam a instituição. O esforço institucional se volta para a formação de uma visão de mundo em que o agente de segurança penitenciária se vê radicalmente diferente do preso, o que faz que a pena de prisão seja justificada e efetivada a partir da atuação do guarda. Os agentes prisionais, no entanto, realizam escolhas no interior do cárcere a partir tanto da visão da instituição quanto de sua trajetória pessoal. A visão institucional, assim, é apropriada pelos agentes prisionais, que a transformam em conhecimento prático a partir do poder que lhes é concedido de tomar decisões dentro do cárcere.

A escolha entre o que é permitido ou não, em detrimento da lei, marca a apropriação do agente prisional sobre a realidade institucional a partir do seu próprio ponto de vista. A partir do momento em que o agente prisional se sente capaz de tomar tais escolhas, está apto, então, para modificar a instituição ou para reforçá-la em seus princípios.

*

O ponto de vista das mulheres: uma discussão de gênero?

O grupo de agentes de segurança penitenciária é pouco estudado pela academia. Nos diversos estudos voltados para o sistema prisional, poucos têm no guarda o seu objeto de pesquisa. Dentre tais estudos, quase nada se fala sobre a experiência das mulheres trabalhadoras desta instituição. A partir deste cenário, em que pouco se fala sobre agentes prisionais e quase nada sobre as mulheres trabalhadoras do sistema, é possível perceber que a construção do conhecimento acadêmico (científico?) reproduz as hierarquias da sociedade em que o homem, branco e de classe média apresenta-se como o portador de um discurso incorpóreo e, por isso, objetivo e racional (HARAWAY, 1995). Localizar o conhecimento e o fazer acadêmico torna-se, assim, uma das premissas da construção do conhecimento defendido por Haraway, em que

um ponto de vista localizado, a partir de um corpo marcado, recorta a realidade de forma a torná-la compreensível.

Voltar-me para as experiências de mulheres dentro do sistema prisional apresenta-se, assim, como uma opção metodológica que favorece uma epistemologia localizada, centrada numa experiência marcada pelo gênero e pela classe a qual pertencem. Ouvir o que mulheres têm a dizer sobre suas trajetórias no cárcere é diferente do que os homens diriam, e não apenas pelos lugares diferentes que elas ocupam no sistema prisional, mas, principalmente, devido às hierarquias sociais – refletidas na academia – que dão maior valor às experiências do homem que das mulheres.

Dentro de um universo de 22 mil funcionários do sistema prisional no Estado de São Paulo (dados referentes ao ano de 2009[6]), cerca de 15%, ou seja, 2,8 mil são mulheres. Os números refletem a proporção do sistema prisional: para o mesmo ano, num universo de 154 mil presos, 7,6 mil são mulheres[7]. Nos presídios paulistas, a presença de funcionários homens e mulheres é organizada de tal maneira que nos presídios masculinos exista um contingente mínimo de mulheres que, na sua maioria, se alocam nas portarias e se responsabilizam, principalmente, pela revista dos familiares nos dias de visita. Nos dias em que não ocorrem visitas, tais mulheres voltam-se para o trabalho cotidiano da portaria de um presídio: controle de entrada e saída de veículos e de funcionários, assim como a vigilância sobre os materiais enviados pelas famílias para os presos, conhecidos como *jumbos*.

Nos presídios femininos, por outro lado, há uma presença maciça de funcionárias mulheres, e são elas que se responsabilizam por toda a dinâmica do cárcere. Os poucos funcionários homens se responsabilizam, na maioria das vezes, pela vigilância das muralhas (os chamados AEVPs – agente de escola e vigilância penitenciária), assim como dão reforço na portaria. Nos presídios femininos, os homens geralmente não têm acesso ao raio, ou seja, não transitam pelos pavilhões onde se encontram as celas das presas.

O que se percebe é que há uma delimitação muito específica, no espaço prisional paulista, dos lugares onde os homens e as mulheres atuam. A partir da diferenciação entre presídios masculinos e femininos, os funcionários são alocados para atender a necessidades específicas

[6] Fonte: Revista Sap, junho/2009.
[7] Fonte: Ministério da Justiça. DEPEN, Sistema Penitenciário do Brasil, Dados Consolidados, 2008 e 2009.

do que é compreendido pelo Estado como o "universo prisional" feminino e o "universo prisional" masculino[8].

Este "universo prisional masculino" é, no entanto, numericamente maior que o feminino. No Estado de São Paulo existem 136 presídios masculinos, sendo que apenas 10 presídios femininos encontram-se em funcionamento. Essa desproporção aponta para diversas realidades já demonstradas por outros estudos[9], em que o universo feminino é questionado e ressignificado frente a uma realidade pautada pelo crime e pela violência.

Os números do sistema prisional parecem, assim, reproduzir as hierarquias sociais, em que a experiência masculina é tida como a regra, enquanto a feminina é a exceção. A partir deste ângulo, o olhar do agente penitenciário, ainda que pouco analisado, coloca-se como porta voz de uma experiência que não é única. O olhar da agente prisional feminina é radicalmente diferente do olhar do homem, já que se encontra em lugar ainda mais minoritário: nos presídios masculinos a agente prisional feminina é minoria numérica, e não possui acesso à maioria dos espaços dentro do presídio; nos presídios femininos, por sua vez, as agentes femininas possuem acesso a todos os espaços. No entanto, a inferioridade numérica de tais instituições frente aos presídios masculinos revela o quanto a realidade de uma guarda que tem acesso direto às presas é algo minoritário dentro do sistema prisional.

O olhar de uma agente penitenciária sobre sua trajetória profissional e sobre o sistema prisional não se forma, portanto, sob as mesmas condições de um guarda masculino. É a partir deste cenário – em que os agentes prisionais homens são maioria numérica dentro do sistema prisional, assim como são objetos mais recorrentes nas pesquisas acadêmicas que tomam como centro de análise os agentes de segurança penitenciária – que opto pelas agentes femininas como recorte de pesquisa: o ponto de partida desta pesquisa é um olhar feminino. A experiência valorizada é a feminina. A voz que fala sobre o sistema prisional é uma voz feminina.

Com isso, minha pesquisa aproxima-se da agenda acadêmica feminista, ao afirmar que a ciência poderia ser radicalmente outra se partisse do ponto de vista da mulher (STRATHERN, 2006). Dar voz a tais mulheres não é apenas valorizar um grupo minoritário, mas construir um

---

[8] Estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre os presídios femininos apontam para a riqueza deste campo de pesquisa em relação ao conhecimento acerca do gênero e da sexualidade. Ver Padovani (2010) e Angotti (2011).

[9] Para uma discussão aprofundada sobre a mulher criminosa e a maneira como o Estado identifica e define tais mulheres a partir das políticas prisionais, ver Angotti (2011).

saber a partir de um ponto localizado nas margens de uma instituição que, por sua vez, encontra-se afastada do centro de atenção da sociedade. Tal recorte possibilita, portanto, a compreensão do sistema prisional a partir de um ponto de vista minoritário e subordinado.

Uma discussão pautada na experiência de mulheres, a partir do seu ponto de vista, não é, necessariamente, uma discussão sobre relações de gênero. Falar sobre mulheres não é sinônimo de discutir gênero, apesar de serem as mulheres – ou a definição do que seria uma categoria de "mulheres" – a base das reivindicações feministas[10]. No decorrer de minha pesquisa, por diversas vezes, assuntos relacionados ao gênero foram suscitados: falar com mulheres sobre sua experiência remete a definições do que seria próprio ao feminino e muitos dos desafios frente a uma sociedade que valoriza a experiência masculina em detrimento da feminina. No entanto, o problema de pesquisa que proponho não está pautado nestas relações, o que faz que as maneiras pelas quais as agentes prisionais interpretam e conceituam a experiência feminina, as consequências da presença de tais mulheres em uma instituição em que os homens são maioria numérica e as diversas questões que possam surgir a partir desta relação específica não estejam presentes nesta pesquisa.

O resultado alcançado aproxima-se mais de um olhar feminista que de uma agenda sobre relações de gênero. Estas relações, no entanto, assim como as disputas e hierarquias sociais, encontram-se como pano de fundo, dando suporte para as discussões realizadas juntamente a tais mulheres. Compreender o mundo a partir da ótica das mulheres é algo que trará sempre na rabeira o fato das mulheres terem sido historicamente subordinadas aos homens, mesmo que não seja sobre isso que estamos falando quando buscamos ouvir o que as mulheres têm a dizer sobre si mesmas.

*

Sendo apresentada ao sistema prisional: desafios ao lidar com uma instituição de controle

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo compreender as formas pelas quais as agentes penitenciárias interpretam suas experiências de vida a partir da vivência cotidiana numa

[10] Butler (2003) rejeita a discussão feminista exatamente no esforço desta corrente em definir a "mulher" como uma categoria única. Para esta autora, não é possível chegar a um consenso quanto às bases que formam tal categoria, já que muitos outros recortes – como classe, raça, idade – deveriam ser levados em consideração no momento em que se define a "experiência feminina" como algo universalmente subordinado ao masculino, o resultado seria, para Butler, uma ausência, uma impossibilidade de qualquer tipo de definição.

instituição como o sistema prisional, e as maneiras pelas quais essas experiências são moldadas pela instituição, ao mesmo tempo em que oferecem resistências e, por isso, modificam ou reforçam a instituição.

Optei, então, por trabalhar com trajetórias de vida de agentes prisionais, a partir de um recorte que privilegiasse suas experiências profissionais. Para tanto, realizei uma série de entrevistas com diversas guardas, de forma a obter um material com o qual pudesse não apenas analisar as histórias narradas – buscando compreender a maneira como elas lidam com a profissão e com o sistema prisional – mas também encontrar recorrências, percebendo o que há de generalizável em suas experiências.

Ao me aproximar de algumas agentes prisionais pude perceber resistências em relação à participação no trabalho. As mulheres com as quais entrava em contato geralmente eram bastante amáveis num primeiro momento, e mostravam-se muito dispostas a ajudar na pesquisa. Aos poucos, no entanto, elas começavam a se esquivar de nossos encontros, adiando sempre que possível, não atendendo meus telefonemas e, às vezes, não aparecendo no local e hora onde tínhamos marcado.

Estas recusas podem significar muitas coisas. Foi numa conversa com a assessora de comunicação do Sindicato, no entanto, que tomei consciência da maneira como os agentes prisionais, como um todo, se relacionam com aqueles que procuram conhecer o sistema prisional: de acordo com ela, os guardas encontram-se amedrontados, recusando-se a conversar com qualquer pessoa que queira informações sobre a instituição, pois temem ser punidos por isso.

Em outro momento, quando explicava a uma guarda que a nossa conversa não seria publicada em jornais ou revistas, mas serviria apenas para conhecimento acadêmico, e que, se o que ela dissesse viesse a ser publicado, o seu nome seria alterado, ela, então, se mostrou aliviada, e mencionou que no contrato de admissão como funcionária do sistema prisional há uma cláusula que impede o guarda de conversar e dar entrevistas a jornalistas. Se algo fosse publicado nominalmente, ela poderia perder o emprego.

Questões bastante delicadas surgem, então, a partir da coleta de dados em campo. Mesmo que as entrevistas realizadas não fossem gravadas, restava, ainda, a questão de ter convidado

diversas agentes prisionais a falarem sobre a vida profissional e as questões institucionais, o que é, por si só, percebido como transgressão pelo sistema prisional.

A estratégia de modificar nomes, estágios da vida, local de trabalho, município de residência, auxilia na preservação da identidade destas mulheres. No entanto, ainda restam dúvidas quanto à preservação de tais mulheres em seus locais de trabalho, e as pequenas punições que podem sofrer por terem conversado com uma pesquisadora da academia. As diversas recusas que enfrentei para dar continuidade à pesquisa apontam, também, para esta realidade em que as mulheres têm receio de conversar com alguém que se mostra tão curiosa sobre o que acontece dentro dos muros da prisão.

A recusa de muitas mulheres em participar da pesquisa aponta, também, para uma instituição que se mantém fechada, permanecendo opaca e impedindo a construção de um saber sobre si. A partir das negações de várias agentes prisionais, dei início, então, a outras tentativas, procurando conversar diretamente com representantes do sistema prisional. Em nenhuma delas obtive respostas. Envios de *fax* não respondidos. *E-mails* não retornados. Telefonemas não atendidos. Diretores que nunca estavam para conversar no horário que haviam marcado.

Encontrei, no entanto, um pequeno grupo muito disposto a falar: os funcionários que, de certa forma, se envolviam com a militância nos direitos humanos. Certa vez, reclamando para uma das agentes prisionais com a qual conversava sobre a recusa de muitas mulheres em participar da minha pesquisa, ela, para me animar, afirmou que não me "deixaria na mão", e completou: "Diferente de outras pessoas, eu acredito na sua pesquisa, eu acredito na importância da sua pesquisa".

O que eu teria para oferecer em troca para as agentes prisionais pelo risco que elas corriam ao conversar comigo? Como convencê-las sobre a importância da pesquisa? Compreendi, então, que não havia convencimento. Aquelas mulheres que, por algum motivo, tinham esperanças de que o sistema prisional pudesse melhorar, ou que de alguma forma lutavam por isso, já estavam convencidas: elas acreditavam na minha pesquisa. Mas, e as outras? Por que uma mulher que não espera nada do sistema prisional, que não se interessa pelos assuntos do trabalho – que deixa o uniforme na portaria assim que sai do presídio e não se envolve com nenhuma questão mais ampla em relação ao sistema prisional – gastaria tempo conversando comigo? Sem saber como convencê-las, nunca soube também o que oferecer em troca para cada conversa.

A possibilidade de desenvolver a pesquisa juntamente a guardas simpatizantes e militantes em relação aos direitos dos presos estabeleceu, por um lado, um recorte em minha amostra: as duas histórias de vida trabalhadas nesta dissertação voltam-se para mulheres que militaram em grupos ligados a direitos humanos. Por outro lado, garante a possibilidade de conhecer a profissão de agente prisional e as relações estabelecidas com a instituição a partir de um ponto de vista ainda mais localizado: o ponto de vista daquelas que lutam contra as opressões e injustiças que a instituição comete frente aos presos que custodia. O voto de confiança de tais guardas na minha pesquisa aponta, também, para o seu potencial de construir um conhecimento a ser utilizado, de alguma maneira, para transformar o sistema prisional.

*

Entrevistas, narrativas e histórias de vida: os desafios do trabalho de campo

Se o que importa para a pesquisa que ora apresento é a experiência – entendendo essa experiência como método, como meio para compreender as maneiras pelas quais as agentes prisionais interpretam sua trajetória e as relações construídas por elas com o sistema prisional – são as narrativas, então, o que possibilita o acesso às construções de sentido operadas por tais mulheres. A experiência não é passível de ser alcançada, compartilhada por um terceiro: só é possível vivenciá-la (BENJAMIN, 1933; CLIFFORD, 2008). Depois de vivenciada, no entanto, é possível narrá-la, e desta forma, fazer dela algo compreensível.

As entrevistas em profundidade foram escolhidas como forma de ter acesso a tais narrativas, de maneira a coletar relatos em que as agentes prisionais falassem livremente sobre as experiências que vivenciaram a partir do trabalho no cárcere. A fala dessas mulheres assumiu, assim, papel central no desenvolvimento desta pesquisa, e elas foram, sem dúvida, abundantes.

O lugar que a fala do entrevistado assume nas pesquisas em ciências sociais é algo que vem recebendo atenção nas discussões antropológicas e sociológicas. De acordo com Demazière e Dubar (2004), uma diferença crucial entre as ciências sociais e as demais áreas do conhecimento é que a primeira possui um objeto que fala. Sendo assim, não é apenas a observação distanciada dos acontecimentos o que deve ser o foco de atenção do pesquisador, mas principalmente aquilo que o seu objeto fala, o que ele diz. Os autores afirmam, no

entanto, que o valor desta fala nas análises em ciências sociais está longe de ser algo consensual (DEMAZIÈRE, 2004).

A fala do sujeito assume importância nas ciências humanas a partir do momento em que ele é recolocado no centro da cena antropológica. Ao mesmo tempo, a subjetividade assume papel importante no espaço público no cenário moderno. Arfuch (2010) aponta para o recente interesse por histórias e relatos de vida privadas como uma construção da subjetividade no mundo contemporâneo. A esfera pública – antes era marcada pela objetividade – vê seus limites borrados, e com isso, mais que invadir o espaço privado, é a esfera pública quem é tomada pelos caprichos da intimidade. A vida particular de indivíduos notáveis passa a ser assunto de interesse público. Diversas biografias são construídas e é o detalhe o que interessa, não mais os grandes feitos: a humanidade de cada ídolo é o que faz que tais materiais sejam de vasto interesse.

No universo literário o interesse pelo sujeito e sua trajetória tem início, segundo Arfuch, com a publicação do livro de Rousseau, *Confissões*. É Rousseau quem se indaga sobre o mundo privado e as maneiras como o sujeito se relaciona com o novo espaço social que vem se construindo ao seu redor. Segundo a autora, Rousseau é o precursor dos gêneros biográficos, despontando um valor literário de autorreflexão, decisivo para a consolidação do individualismo no mundo Ocidental (ARFUCH, 2010, p.35). Memórias, autobiografias, confissões, assumem, assim, um papel central na construção da subjetividade contemporânea.

A realização de entrevistas em profundidade mostra-se, então, como uma possibilidade de alcançar essa fala em que o sujeito também é objeto discursivo. Esta metodologia coloca, no entanto, alguns desafios epistemológicos. Numa entrevista, a presença do entrevistador, com sua fala, suas perguntas, seus interesses e, principalmente, as hipóteses por trás de suas perguntas definem os caminhos por onde o entrevistado irá trabalhar a sua fala: o entrevistado não decide os rumos da entrevista, sendo o entrevistador o responsável pelas perguntas. A entrevista, para Arfuch, é um encontro dialógico.

Arfuch chama atenção para a não reversibilidade dos papeis de entrevistador e entrevistado, apontando para o conteúdo da entrevista como um produto de autoria conjunta, que só tem existência dentro do próprio diálogo:

> "Os papéis de entrevistador e entrevistado compartilham certa não reversibilidade pragmática, ou seja, o direito – e o afã – quase unilateral de perguntar, que dá lugar ao desdobramento (ou recuo) da resposta esperada. Em ambos os casos, o produto obtido será de autoria conjunta, indissociável da cena da interação, da subjetividade colocada em jogo, da marca do jornalista/pesquisador – que propõe um percurso mais ou menos delimitado – da confrontação discursiva dos respectivos esquemas valorativos. Nada do que ocorrer no transcurso do encontro terá uma existência independente em outro lugar, por mais que remeta a 'fatos' verdadeiramente ocorridos" (ARFUCH, 2010, p.241).

Algumas estratégias podem ser utilizadas no esforço de perceber as consequências da presença do entrevistador na fala do entrevistado. Silva (2000) pontua que a comparação entre as respostas de alguns entrevistados, sejam às mesmas perguntas, ou a perguntas parecidas, pode revelar o contexto da interlocução, assim como as apreensões dos entrevistados, possibilitando uma melhor compreensão do que está sendo "dito" (SILVA, 2000, p. 57). Arfuch, por sua vez, afirma que é preciso, antes de mais nada, não tomar casos particulares, por mais encantadores que sejam, como representativos de um todo social. As falas dos entrevistados devem ser valorizadas pela sua capacidade de narrar experiências, mais que ser porta voz de todo um segmento social.

Qual seria, então, o valor dos relatos coletados? Para Arfuch, a construção narrativa, ou seja, a história que alguém conta de si mesmo para o outro, apresenta-se como a qualidade autorreflexiva da narração, tal qualidade, mais que a verdade dos fatos narrados, é significante (ARFUCH, 2010, p.73). A experiência do outro é algo que não pode ser alcançado pelo antropólogo, a dimensão de presente e realidade só pode ser experimentada. A narrativa toma, então, um papel organizador de tal experiência, outorgando forma ao que é informe. A narrativa possibilita uma relação possível entre o tempo do mundo, o tempo do relato e o tempo da leitura: "*O tempo mesmo se torna humano na medida em que é articulado sobre um modo narrativo*" (ARFUCH, 2010, p.112, grifos no original).

O tempo só pode ser vivenciado e compreendido a partir do momento em que é organizado em formas narrativas, é por meio de tal ordenação que os seres humanos conseguem vivenciar a abstração temporal, a narrativa, portanto, permite a estruturação da vida, e consequentemente, da identidade. A trama narrativa apresenta-se como uma mediação entre

a experiência e a percepção da mesma, que nada mais é que uma organização do tempo (RICOEUR, 1994; GINZBURG, 2000; ARFUCH, 2010).

As entrevistas com as agentes prisionais possibilitam, assim, a construção de relatos de vida em que se torna possível alcançar a percepção do que foi vivido não apenas a partir de um ponto de vista individual, mas, principalmente, coletivo, já que a entrevista conta com outras presenças. O olhar da mulher entrevistada sobre a sua experiência e também sobre a minha presença na cena da entrevista faz que seu relato seja fruto de uma dialogia.

Para Arfuch, o espaço biográfico – lugar de construção da subjetividade contemporânea – é um lugar de compartilhamento e embates, capaz de lançar luz sobre algo mais que o próprio indivíduo:

> "Sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade, consequentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. É essa a qualidade coletiva, como marca impressa na singularidade, que torna relevantes as histórias de vida, tanto nas formas literárias tradicionais, quanto nas midiáticas e nas ciências sociais" (ARFUCH, 2010, P.100).

O espaço biográfico, ao organizar, por meio da narrativa, a experiência humana, seria não apenas o relato de uma vida – da vida de um indivíduo – mas uma organização do espaço social, das relações:

> "É justamente por meio do processo narrativo que os seres humanos se imaginam a si mesmos – também enquanto leitores/receptores – como sujeitos de uma biografia, cultivada amorosamente através de certas 'artes da memória'. Mas essa biografia nunca será 'unipessoal', embora possa adotar tons narcisísticos; envolverá necessariamente a relação do sujeito com seu contexto imediato, aquele que permite se situar no (auto) reconhecimento: a família, a linhagem, a cultura, a nacionalidade. Nenhum autorretrato, então, poderá se desprender da moldura de uma época e, nesse sentido, falará também de uma comunidade" (ARFUCH, 2010, p.141).

O espaço autobiográfico é sempre plural, na medida em que incorpora a visão que os outros têm de nós, assim como as marcas que deixamos nas pessoas. Essa pluralidade, no entanto,

apresenta-se, muitas vezes, como uma inquietude no processo de construção da unidade pessoal por meio da autobiografia: é impossível conferir uma unidade, uma totalidade para a história que se conta, já que ela é suscetível ao outro.

A partir das entrevistas realizadas com as agentes prisionais, procurei valorizar os relatos de vida que apontavam para experiências vivenciadas a partir do cárcere. Com isso, foi possível construir uma autobiografia das mulheres entrevistadas valorizando suas experiências profissionais. As autobiografias, a princípio, se diferenciam das biografias no modo como os dados são coletados e trabalhados: as biografias se pautariam, principalmente, pela análise de documentos, buscando uma compreensão mais objetiva da trajetória vivida, privilegiando momentos socialmente definidores da identidade, como o nascimento, a infância, a vocação etc (ARFUCH, 2010). As autobiografias, por sua vez, privilegiariam a fala da personagem, recontando, assim, uma história calcada na memória, no afeto e na experiência narrativa.

As histórias trabalhadas aqui se voltam para esta segunda opção, em que a própria personagem reconta a sua história, definindo os momentos mais importantes a serem trabalhados e indicando o que é relevante para sua maneira de compreender a experiência vivida.

A narrativa do sujeito pesquisado pode, no entanto, exercer grande encanto sobre o pesquisador, e corre-se o risco de tomar tudo o que foi falado não como uma estratégia do discurso, mas como algo representativo do todo social. Para Arfuch, a melhor maneira de se controlar tal perigo, seria "(...) não esquecer, pelo deslumbramento diante da singularidade do 'caso', a representatividade global do *corpus* ou do terreno, os aspectos e relações a serem buscados em diferentes superfícies, traços que não têm relevância semiótica 'em si', mas uma dimensão comparativa" (ARFUCH, 2010, p.256).

Tendo em mente a discussão teórica sobre as possibilidades de trabalhar as falas dos sujeitos pesquisados, construí a análise a partir da reconstrução de relatos de vida de agentes prisionais, tendo em vista a possibilidade de alcançar a dimensão de percepção da experiência de algumas mulheres que trabalham no sistema prisional. A pesquisa conta, assim, com duas histórias de vida voltadas para tais experiências. A partir das narrativas construídas por tais mulheres pude compreender uma dimensão da experiência capaz de iluminar aspectos do sistema prisional ainda não trabalhados pela academia. As formas pelas quais tais mulheres

lidam com a instituição apontam para estratégias mútuas de visibilidade e invisibilidade de uma instituição criada para segregar algumas pessoas.

Neste texto, apresento duas histórias de vida. Outras mulheres, no entanto, foram ouvidas. Durante a pesquisa, conversei com cerca de 10 mulheres, todas funcionárias do sistema prisional. Tais entrevistas, diferentemente das anteriores, foram pontuais, e não se voltaram para a elaboração de histórias de vida. Antes, tais encontros pautaram-se em relatos da trajetória profissional de tais mulheres: como se deu a inserção no sistema prisional, as relações familiares, as maneiras de lidar com a realidade do cárcere, as relações com as pessoas presas e também com a instituição etc. A partir destas falas foi possível apreender um contexto e uma gama de questões mais amplas que as trabalhadas nas autobiografias citadas. Os elementos presentes nesses encontros possibilitaram, assim, uma compreensão maior de algumas questões prementes na vivência da profissão de agentes prisionais femininas.

Diversas disputas estão presentes nas falas coletadas das agentes prisionais entrevistadas. Não é apenas a relação das guardas com as presas o que desponta nos diálogos realizados, mas também com outros atores, como os representantes do sistema prisional – principalmente no papel de diretores ou secretários – o sindicato da categoria, os representantes dos direitos humanos, órgãos de cuidado e atenção ao servidor etc.

Para ampliar a compreensão acerca das disputas vivenciadas dentro do cárcere, procurei, então, dialogar com alguns representantes dos setores indicados presentes nas falas das guardas, num esforço de compreender as questões que se colocam para as agentes prisionais e as formas pelas quais essas questões são trabalhadas institucionalmente.

Para tanto, realizei algumas entrevistas com questionário semidirecionado. Nele, procurei saber quais eram, na visão dos entrevistados, os atributos e responsabilidades dos agentes prisionais dentro do cárcere; qual a realidade encontrada por tais funcionários nos presídios; quais as principais dificuldades que encontram na realização de seu trabalho; as maneiras pelas quais são treinados e o peso da formação no desenvolvimento de suas atividades; quais os principais problemas de saúde enfrentados e as maneiras pelas quais buscam tratamento; quais as relações estabelecidas entre os agentes prisionais e os diretores das unidades; quais os principais problemas enfrentados pela instituição em relação aos agentes prisionais etc.

Tal questionário foi aplicado em forma de entrevista com dois representantes de grupos ligados aos direitos humanos de presos, dois representantes do sindicato da categoria, dois diretores de unidades prisionais, uma psicóloga e uma assistente social que realizam atendimentos com agentes prisionais e um pesquisador acadêmico que tem como foco as relações entre a sociedade e o cárcere e desenvolve trabalhos de intervenção num presídio paulista.

O material coletado desenhou um cenário de intensas disputas de saber dentro do contexto prisional. A experiência vivida assume grande proporção no cotidiano prisional (o que será trabalhado nos capítulos sobre as histórias de vida coletadas), por isso é bastante comum notar a desvalorização das experiências de outras pessoas, o que era percebido, por exemplo, nas falas em que o entrevistado afirmava que o outro – o outro agente prisional, o diretor, o pesquisador etc – não sabe nada sobre o sistema prisional, ou, que possui uma visão distorcida, ou, principalmente, que tal pessoa é louca, numa tentativa de deslegitimar qualquer opinião diferente da sua.

Uma das diretoras com quem conversei afirmou que era importante filtrar tudo o que fosse falado pelos sujeitos entrevistados. Mais que filtrar, no entanto, é preciso localizar o sujeito que fala, buscando compreender as disputas de poder e de saber envolvidas naquilo que é dito. Numa instituição tão fechada aos olhos externos, em que pouco se pode provar empiricamente aos modos das ciências naturais e que pouquíssimo espaço é cedido à observação direta, a fala de cada um dos atores envolvidos é, antes de mais nada, uma fala que busca legitimidade. Por que a fala de uma agente prisional seria mais importante que a fala de uma presa? Por que a fala de um diretor deve ter peso maior que a de um funcionário?

O que eu proponho é mapear tais discursos para compreender as disputas em questão. No entanto, é preciso, também, localizar a minha fala enquanto pesquisadora, e deixar explícito que a escolha por privilegiar a fala das agentes prisionais é decorrente de um interesse específico em conhecer não a realidade de todo o sistema prisional, mas o contexto e as experiências de mulheres que trabalham no cárcere e as maneiras como elas lidam com os desafios colocados pela instituição.

Ao me voltar para outros atores que atuam dentro do cárcere, procuro apenas construir um cenário em que posso contrastar as falas das agentes prisionais e verificar qual é o pano de

fundo onde se dão as disputas e, consequentemente, o desenvolvimento de estratégias para lidar com as questões presentes no cotidiano prisional.

Construindo o texto etnográfico

A coleta dos dados empíricos apresenta-se apenas como uma fase do trabalho antropológico. Um bom recorte de pesquisa, uma seleção favorável de informantes, os encontros realizados a partir das entrevistas, as narrativas coletadas, isso só terá valor antropológico a partir do momento em que for transformado em texto. Para Geertz (2005), o antropólogo, antes de tudo, escreve – essa é sua principal atribuição. Escreve sobre algo específico, sem dúvida. O autor chama atenção, no entanto, para a importância da escrita no cenário antropológico acadêmico.

Apesar dos manuais de métodos de pesquisa, a escolha por um tipo específico de escrita não deixa de ser uma prerrogativa individual do pesquisador. Mesmo que ele seja parte de um grupo maior – de uma escola de pensamento – e com isso compartilhe alguns pressupostos de escrita com outros colegas, ainda assim, a maneira como vai organizar os dados coletados e transformá-los num texto compreensível é fruto de escolhas pessoais.

Geertz (2005), ao se voltar para a produção de textos etnográficos, aponta para duas linhas gerais em que é possível reconhecer as opções dos antropólogos frente aos textos produzidos. A primeira delas é que aquela em que o antropólogo está ausente do texto. Essa opção volta-se para uma valorização da neutralidade e imparcialidade do antropólogo frente ao material pesquisado. Geertz relaciona esse tipo de escrita com a produção científica, que se pretende universal e impessoal, valorizando descobertas gerais, com isso, os autores jamais são identificados. A segunda opção é caracterizada pela produção de textos autorais, em que o antropólogo indica a sua presença na realização da pesquisa e aponta para as consequências desta presença para o contexto pesquisado. Tais textos estão colados aos seus autores, e não evocam a ideia de que qualquer pessoa poderia chegar aos mesmos resultados se estivesse sujeita às mesmas condições, como acontece com as pesquisas científicas.

Para Geertz, os bons textos etnográficos encontram-se no meio do caminho: nem tão neutros nem tão autorais. Nem tão literários, nem tão científicos. A maneira pela qual é possível alcançar esse ponto de equilíbrio é um dos problemas que o autor se propõe: como o antropólogo deve se debruçar sobre um material que é, tipicamente, produto de experiências

biográficas? Como trabalhar cientificamente, ou seja, objetivamente, dados que, por sua natureza, são subjetivos?

Por seu turno, Clifford (2008) aponta para uma diferença crucial entre textos antropológicos e literários. Apesar da subjetividade trabalhada por ambos, o texto etnográfico, diferente do literário, é calcado nas experiências vividas pelo antropólogo e por seus nativos no campo. Para ele, "a experiência etnográfica é sempre textualizada, ao passo que o texto etnográfico está sempre contaminado pela experiência. Em outras palavras, os temas da etnografia estão simultaneamente no texto e fora do texto" (CLIFFORD, 2008, p.11).

Apesar do cientificismo ainda presente nas escolas antropológicas, Geertz analisa as formas pelas quais as estratégias literárias de grandes autores como Lévi-Strauss, Malinowski, Evans-Pritchard e Benedict criaram uma discursividade a partir de um estilo específico de escrita. Para Geertz, a etnografia não é o ato de organizar os fatos observados, é, antes, um exercício de convencimento. Ora, se as coisas são de fato assim, as estratégias de escrita assumem um valor fundamental no desenvolvimento e na legitimação da própria disciplina. A partir da análise dos autores citados, Geertz demonstra o quanto a presença do autor e a criação de um estilo literário é o que realmente "convence" o leitor, muito mais que uma busca incessante pela objetividade dos dados coletados.

As afirmações de Geertz sobre a natureza dos dados antropológicos, ao dizer que o antropólogo se defronta, principalmente, com a experiência biográfica, define bem o tipo de material que tenho em mãos sobre as experiências das agentes prisionais com quem entrei em contato. O que me coloca frente ao desafio de como trabalhar tais dados, transformando-os em texto, sem, no entanto, perder suas nuances subjetivas.

Arfuch (2010) discute qual seria a melhor maneira de trabalhar, nas ciências sociais, o material que é resultado do encontro biográfico a partir das entrevistas. O melhor seria transcrever tais entrevistas? Mas como manter, no texto escrito, os signos, os silêncios? Como respeitar a oralidade da fala no momento em que é transformada em palavras escritas? Como traduzir a linguagem e o sentido empregados? Sua resposta volta-se para uma provocação, feita por Régine Robin (1996): "seria necessário dar as fitas cassetes das histórias de vida não aos cientistas, mas aos escritores, que saberiam o que fazer com sua potencialidade vivencial, com as vacilações da voz, os tropeços, os silêncios, por onde começar, como articular a

temporalidade, o suspense e o interesse do relato; em suma, como construir uma *trama narrativa* e, consequentemente, seu sentido" (ARFUCH, 2010, p. 261, grifos no original).

De acordo com Todorov (1970), os formalistas russos, ao analisarem as estruturas narrativas de um texto literário, distinguem a fábula da trama. Fábula é a série de acontecimentos representados, tais como eles se desenrolam na vida. A trama, por sua vez, é o arranjo particular dado a esses acontecimentos pelo autor (TODOROV, 1970, p.61). Os textos etnográficos, a partir desta definição, seriam uma mescla entre fábula e trama, apresentando acontecimentos verdadeiramente ocorridos a partir de uma arrumação própria do autor.

Ao trabalhar o material etnográfico coletado nesta pesquisa aproximo-me mais da trama que da fábula. Proponho, assim, uma aproximação com a literatura, ao construir contos a partir das narrativas das agentes prisionais, privilegiando o arranjo autoral em detrimento dos acontecimentos verdadeiramente ocorridos, tal como aponta Todorov.

Literatura e Antropologia, no entanto, não são tomadas como equivalentes na produção textual desta pesquisa. Ao construir contos a partir do material etnográfico, procurei valorizar a possibilidade de sincretismo que um texto literário pode apresentar. Os contos, presentes nos capítulos sobre as histórias de vida de Solange e de Leonor, não se encontram mesclados no texto dissertativo, há uma divisão clara entre cada um deles. Esta opção é uma aposta na possibilidade de um diálogo entre as duas áreas de conhecimento ao chamar atenção para as diferenças entre os campos, mais que borrar seus limites.

Os textos literários aqui construídos não se apresentam como relatos etnográficos, já que trazem em si muito mais que os elementos trabalhados nas falas das agentes prisionais pesquisadas. As cenas apresentadas nos contos não foram narradas desta mesma maneira por Leonor ou Solange. O trabalho de construção de tais textos, ao contrário, contou com uma elaboração tanto sobre relatos que ouvi quanto sobre o meu conhecimento acerca do sistema prisional. As narrativas de Solange e Leonor foram, portanto, base para a elaboração de um texto literário em que outras questões – nem sempre presentes de forma objetiva em suas falas – pudessem ser trabalhadas.

O resultado deste trabalho de escrita se volta, assim, para uma ficção, não no sentido de invenção, mas de literalidade. Geertz (2005) identifica este tipo de escrita como "ficção realista", em que pessoas e lugares reais habitam o texto imaginativo. Para este autor, tal

abordagem ainda não é bem recebida pela antropologia, no entanto, é avaliada por ele como uma cunhagem inteligente, e ele afirma, ao mesmo tempo, que a antropologia deverá aprender a lidar com tal tipo de escrita se quiser continuar a ser uma força intelectual contemporânea (GEERTZ, 2005, p. 184).

Os contos, como forma literária, apontam, principalmente, para uma possibilidade de múltiplas interpretações. Ao utilizar, ao mesmo tempo, contos e texto dissertativo, ofereço ao leitor uma possibilidade de interpretação: a minha interpretação, fruto do meu encontro com as narrativas que deram origem a tais contos. O leitor, no entanto, pode recusar tais análises, e compreender de forma diversa as experiências vividas pelas personagens que ora construo.

Tal tipo de construção me parece algo mais instigante que a mera transcrição das entrevistas realizadas. Dessa maneira, é possível construir um texto mais aberto, que valoriza a polissemia das narrativas construídas a partir do trabalho que realizei durante a pesquisa. As transcrições, as falas entre aspas também são recortes do pesquisador, no entanto, traz ares de uma objetividade que não é real. Silva (2000) afirma que todo texto etnográfico é um recorte brutal das possibilidades de interpretação dos dados etnográficos:

> "O texto etnográfico em geral é uma redução brutal das inúmeras possibilidades de interpretação da experiência de campo e do difícil exercício de alteridade realizado entre o antropólogo e seus interlocutores. Primeiro, porque o texto etnográfico, como qualquer forma escrita de representação, já é em si mesmo uma adequação ou transformação da realidade que pretende inscrever, descrever, interpretar, compreender, explicar, etc. Segundo, porque, devido à própria natureza multifacetada e dinâmica da realidade social, não é possível conceber uma representação etnográfica que a reproduza integralmente" (SILVA, 2000, p.118).

Ao escrever textos literários – ficção – eu assumo a interpretação e o recorte que fiz sobre o material coletado, ao mesmo tempo em que ofereço ao leitor a possibilidade de interpretar, por ele mesmo, a subjetividade que está em jogo no texto escrito.

Esta aposta numa escrita que utiliza tanto textos literários quanto dissertativos foi utilizada apenas nos capítulos que trabalham as histórias de vida de Solange e de Leonor. Neles, o leitor encontrará os dois tipos de texto, sendo os primeiros marcados por uma grafia em itálico. Em tais capítulos dei prioridade ao que estava presente nas falas das entrevistadas, indicando,

sempre que possível, as questões teóricas que foram sendo trabalhadas a partir das narrativas construídas. É, no entanto, no capítulo final que realizo uma discussão mais aprofundada sobre teoria antropológica.

O capítulo que abre a seção sobre agentes prisionais, ao contrário, conta apenas com uma discussão sobre os dados coletados nas entrevistas pontuais realizadas tanto com agentes prisionais quanto com outros atores relacionados ao sistema prisional. Se nas histórias de vida foi possível trabalhar a subjetividade das agentes prisionais, nas entrevistas pontuais o que pude encontrar foram dados objetivos sobre a profissão de agente prisional e as diversas relações possíveis que elas estabelecem com o sistema prisional e com a sociedade mais ampla. Tal material, portanto, não foi possível de ser trabalhado a partir de um viés literário, já que privilegiava a objetividade, e não a subjetividade da fala.

CAPÍTULO 2

O CENÁRIO E AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM AS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Construir um panorama voltado para a profissão da agente de segurança penitenciária no estado de São Paulo não é tarefa simples, já que os dados referentes ao sistema prisional do estado são, como um todo, de difícil acesso. A burocracia existente para o requerimento de algumas informações sobre o sistema prisional é marcada pela morosidade, o que muitas vezes inviabiliza sua presença numa pesquisa de menor fôlego. Alguns destes dados são públicos, disponíveis em *sites* da internet, no entanto, ao realizar uma pesquisa minuciosa nas páginas oficiais do Governo do Estado de São Paulo[11] e no *site* da Secretaria de Administração Penitenciária[12] – SAP – pude encontrar pouca informação sobre os agentes prisionais.

A SAP disponibiliza, para o seu público interno, uma revista em que pude encontrar algumas informações referentes aos agentes prisionais, assim como um pequeno histórico da categoria. A Revista SAP[13] é uma publicação semestral, com o primeiro número publicado em 2009 e a segunda publicação, ainda no ano de 2009, teve como tema central o agente prisional.

Para além dos dados sobre a profissão – que irei tratar mais a frente – a revista traz um discurso sobre o guarda em que ele aparece como o principal ator dentro do sistema prisional. Esse discurso contrasta com a quase ausência de qualquer outra fala sobre o agente prisional, tanto nas outras edições da revista, como também em outras fontes com informações disponíveis sobre o sistema prisional.

O *site* da Secretaria de Administração Prisional é voltado, de uma forma geral, para a pessoa presa. Diversas informações são oferecidas ali para que o familiar do preso, ou ainda, o egresso, possam tirar suas dúvidas quanto a procedimentos, requisições etc. Outro tipo de informação bastante presente no *site* volta-se para a estrutura da própria Secretaria, sendo

---

11 www.sp.gov.br
12 www.sap.sp.gov.br
13 www.sap.sp.gov.br/revistasap

possível tomar conhecimento acerca do número de presídios no estado, o endereço de cada um deles, seus diretores etc. As notícias presentes no *site*, de modo geral, voltam-se para projetos que estão sendo realizados com os reeducandos – forma como a Secretaria se refere à pessoa presa – em diversas unidades prisionais. Quase nada é divulgado sobre os agentes prisionais ou para os agentes prisionais.

O editorial da segunda edição da Revista SAP foi assinado pelo Secretário da pasta, Lourival Gomes, e ali o agente prisional é identificado como o principal parceiro da instituição: "Não há como administrar o sistema penitenciário do Estado de São Paulo sem estabelecer boas parcerias. O nosso grande parceiro foi, e sempre será, o bom e abnegado funcionário" (REVISTA SAP, julho, 2009, p.2). É interessante notar que o funcionário do sistema prisional é identificado como um parceiro, aquele que opta por trabalhar conjuntamente com alguém, normalmente em pé de igualdade no poder das decisões, assim como nos interesses envolvidos no projeto a que se propõe.

A fala do Secretário procura, de alguma maneira, valorizar o funcionário, indicando que sem ele o objetivo final do sistema prisional não seria alcançado a contento. O que não deixa de ser verdade, já que é o guarda quem está em contato direto com a pessoa presa e é ele quem poderá levar a cabo o projeto de vigilância e cuidado daquele que foi segregado da sociedade.

No entanto, se o funcionário é essa figura central no cenário do sistema prisional, por que se fala tão pouco sobre ele? Por que não é possível encontrar dados mais claros sobre a categoria? Por que, de uma maneira geral, os próprios funcionários se recusam a falar sobre as suas carreiras?

A partir das entrevistas que realizei com diversas agentes prisionais e também com outros profissionais que de alguma maneira se encontram envolvidos com o cenário prisional paulista, foi possível perceber que as relações entre o sistema prisional – a partir dos seus órgãos e dirigentes – e os agentes prisionais nem sempre é harmoniosa. O guarda se encontra na ponta do sistema prisional: é ele quem cuida, de fato, da cadeia. No entanto, de uma maneira geral, este agente não se sente valorizado pela própria instituição, o que é percebido pela maneira como ele é tratado, principalmente, em relação ao acesso a serviços de saúde e ao plano de carreira.

A partir da fala de alguns dirigentes foi possível perceber uma tensão latente, em que guardas e diretores disputam uma maior legitimidade frente à prática prisional. Para os dirigentes, os guardas se sentem "donos" da cadeia, já que são eles que conhecem, de fato, os presos: os guardas transitam pelas celas e enfrentam o cotidiano do pavilhão. O diretor da unidade raramente entra neste espaço e é o guarda, então, quem detém este conhecimento, que se traduz em poder. Muitos dos maus entendidos entre guardas e diretores voltam-se para uma postura de o guarda, por um lado, se sentir "dono" do pavilhão e por isso, não acatar as ordens do diretor, e por outro, a postura do diretor que, muitas vezes, exerce o seu poder a despeito da experiência prática adquirida pelo guarda no dia a dia no pavilhão.

A hipótese que levanto nesta pesquisa é de que o guarda possui um saber construído na prática sobre o sistema prisional e, a instituição, de alguma forma, tenta controlar esse saber para que ele não seja compreendido pelo guarda como um poder. O "guarda problema", na fala dos dirigentes entrevistados, é exatamente aquele que não se submete às ordens institucionais, preferindo lidar com as questões do dia a dia do presídio à sua maneira.

A partir destas questões é possível compreender algumas das nuances do cenário prisional em que o guarda, apesar de ser o "principal parceiro" do sistema penitenciário é tão pouco mencionado nos canais oficiais da instituição, revelando um esforço institucional em controlar o poder que tais funcionários exercem na ponta dos presídios.

Um pouco de números e de história

A categoria de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) foi criada, no estado de São Paulo, no ano de 1986, quando o estado contava com 23 presídios e uma população encarcerada de cerca de 12 mil pessoas. Antes disso, os funcionários que trabalhavam nos presídios eram conhecidos como Guardas de Presídio, sendo a primeira regulamentação profissional para os funcionários que trabalhavam em unidades prisionais datada do ano de 1946 (Revista SAP, julho, 2009).

No ano de 2009 havia 22.099 ASPs no estado de São Paulo, atuando em 146 presídios espalhados pelo estado, sendo que apenas 10 deles eram voltados para atender à população feminina. Do total de ASPs, 19.231 eram homens e 2.868 eram mulheres: as mulheres correspondiam, naquele ano, a quase 15% do efetivo de funcionários do Estado. A população

encarcerada para o mesmo ano era de 154.515 presos, entre eles, 146.910 homens e 7.605 mulheres[14].

Tendo em mente o ano de 2009, é possível dizer que, para cada ASP, havia sete presos no sistema prisional. Este número, no entanto, não pode ser tomado como realidade, já que muitos agentes prisionais encontram-se afastados do trabalho de vigilância, seja por estarem de licença médica, em desvio de função ou em férias. Não é possível estabelecer um número mais exato nesse sentido, já que em cada presídio encontra-se uma realidade diferente, com isso, uma pesquisa qualitativa pode alcançar dados mais ricos em relação à experiência vivida pelos agentes prisionais[15].

O que se propõe a partir desta pesquisa é uma compreensão sobre a maneira como a instituição prisional foi se consolidando a partir da ótica de seu funcionário, num esforço de traçar o caminho pelo qual a profissão de agente prisional foi sendo moldada a partir das mudanças institucionais ocorridas[16].

A administração dos presídios no estado de São Paulo sofreu diversas mudanças nos últimos 40 anos: desde a criação do sistema penitenciário paulista, em 1982, até o ano de 1991, a administração dos presídios era subordinada à Secretaria de Justiça. Em março de 1991 essa responsabilidade foi transferida para a Secretaria de Segurança Pública, com quem ficou até dezembro do ano seguinte. Com o entendimento de que o sistema penitenciário deveria receber tratamento especial e independente, o Governo do Estado criou, em janeiro de 1993, a Secretaria de Administração Penitenciária, que seria então o órgão responsável por administrar todo o sistema no estado.

A criação de uma secretaria própria para a administração penitenciária não é o caminho mais comum para se tratar dos assuntos carcerários. Na maioria dos estados tais assuntos

---

[14] Apesar de já existirem números mais recentes sobre a população encarcerada do estado de São Paulo, optei por manter o ano de 2009 como base, já que não pude encontrar as mesmas informações sobre os agentes prisionais. O último relatório disponibilizado pelo DEPEN, referente à junho de 2011, indica a presença de 170.480 pessoas custodiadas pelo sistema penitenciário (excluindo aquelas que estão sob custódia da polícia civil). Destes, 161.340 são homens e 9.140, mulheres. O mesmo relatório apresenta uma relação de 430,93 pessoas presas para cada cem mil habitantes, incluindo, neste número, as pessoas que estão sob a custódia da polícia (7.287). Fonte: Ministério da Justiça: Sistema Penitenciário do Brasil, Dados Consolidados, 2008 e 2009, e Relatórios Estatísticos Analíticos do Sistema Prisional, junho de 2011.

[15] Castro e Silva (2008) aponta para a mesma dificuldade ao pesquisar os agentes de segurança penitenciária no estado do Rio de Janeiro, indicando a impossibilidade de constatar o número exato de presos por ASP em uma unidade prisional.

[16] Uma história mais aprofundada sobre a constituição dos presídios paulistas pode ser encontrada nos estudos de Fernando Salla (1999) e Bruna Angotti (2011).

encontram-se sob a responsabilidade de secretarias mais amplas, como no estado de Minas Gerais, em que o sistema penitenciário é alocado em uma subsecretaria subordinada à Secretaria de Estado de Defesa Social, onde também se encontram subordinados os assuntos referentes à segurança pública e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-Educativas.

Tais diferenças indicam maneiras diversas de perceber a pessoa presa e suas necessidades. São Paulo é o estado com o maior número de pessoas encarceradas no Brasil, contando também com o maior número de estabelecimentos prisionais. Um sistema prisional de tal amplitude justifica a necessidade de uma secretaria independente para tratar de tais assuntos. No entanto, tais mudanças, que poderiam ser tratadas como consequências esperadas do desenvolvimento do sistema no estado, não são percebidas desta maneira pelas pessoas que são alocadas nesta secretaria.

Nas falas das agentes penitenciárias com quem convivi no decorrer da pesquisa é possível perceber um posicionamento crítico quanto à criação da Secretaria de Administração Penitenciária. Por se tratar, em sua maioria, de guardas com bastante tempo de profissão, foi possível aprofundar com elas os sentidos diversos trazidos para a experiência profissional a partir das mudanças vivenciadas a cada modificação das secretarias. Diferentemente do discurso oficial de que é preciso cuidar do preso com dignidade e respeito – e por isso a criação de uma secretaria independente e autônoma – a percepção de tais guardas volta-se, antes, para um jogo de empurra-empurra, em que ninguém quer se responsabilizar pelas pessoas presas.

A cada mudança de secretaria é possível perceber também uma mudança no *status* dos funcionários do sistema penitenciário. Enquanto a administração dos presídios estava subordinada à Secretaria de Justiça, os agentes de segurança penitenciária faziam parte da "Justiça", e se percebiam como próximos a promotores e juízes. A partir do momento em que passam a fazer parte da Secretaria de Segurança Pública, assumem para si o mesmo *status* dos policiais, e são, como eles, responsáveis pela "segurança". Quando finalmente é criada a Secretaria de Administração Penitenciária, se tornam simplesmente guardas, e não possuem outro *status* que aquele que os liga diretamente aos presos. Não são mais parte da justiça. Não contribuem mais para a segurança. Agora eles apenas vigiam presos.

Por que ser um ASP? As razões para a procura pela profissão: salário e vocação

É unânime, entre os entrevistados, a ideia de que o bom salário inicial do ASP é a razão para a grande procura pela profissão. Segundo a Lei de Execuções Penais, a idade mínima para que alguém possa tomar posse do cargo é de 18 anos, sendo necessário ter o ensino médio completo. O salário inicial, para o estado de São Paulo, é de R$1.800,00, além de benefícios. Para uma parcela da população que ainda não cursou o ensino superior, as possibilidades de trabalho noutros setores voltam-se para ganhos pautados no salário mínimo.

Dessa forma, a carreira de ASP apresenta-se como uma possibilidade de ganhos maiores sem a necessidade de formação superior, contando também com a possibilidade de progressão na carreira. O trabalho em regime de turnos, em que se trabalha um plantão de 12 horas corridas, folgando 36 horas ininterruptas, possibilita, para alguns, o exercício de pequenos bicos, gerando proventos ainda maiores.

A carreira de agente prisional é percebida como algo sedutor para alguns, que procuram a profissão não por vocação, mas pelas possibilidades financeiras que ela oferece. Ao entrevistar uma psicóloga que trabalhou anos no sistema prisional, esta me afirmou que não há vocação na carreira de agente prisional, já que o trabalho do ASP não é algo que pode ser visto, percebido, como acontece com outros profissionais, como os bombeiros; médicos; professores etc. O ASP, segundo ela, ao contrário de tais profissionais, exerce o seu trabalho longe da vista da sociedade, o que impede que as pessoas conheçam o seu trabalho, assim como impede que os jovens despertem um desejo voltado para tal profissão. A vocação apareceria apenas em famílias onde os pais são agentes prisionais, e os filhos optam por seguir a mesma profissão. Em todos os demais casos, segundo a entrevistada, a procura pela profissão se dá pelo interesse financeiro.

Diversos entrevistados apontaram para uma evasão de funcionários nos cinco primeiros anos de profissão. Muitos deles, quando jovens, entram no sistema prisional em busca da possibilidade de acessar renda suficiente para cursar o ensino superior, abandonando o cargo à procura de outro emprego que seja mais compatível com o curso no qual obtiveram formação, tão logo o concluem. Neste caso, o exercício da profissão de agente prisional é apenas um meio de angariar recursos para a formação superior.

Mais à frente voltarei à questão da vocação ao trabalhar duas histórias de vida de duas guardas com mais de 25 anos de profissão. Em suas falas, a vocação toma outro sentido, já que, no final da carreira, é possível avaliar o quanto havia de interesse financeiro no início da profissão e o quanto a vocação foi se desenvolvendo ao longo dos anos.

O edital do concurso para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária

Diante da dificuldade em acessar os dados oficiais sobre os agentes prisionais, assim como às pessoas responsáveis na Secretaria de Administração Penitenciária, alguns documentos públicos revelaram-se como estratégicos na compreensão do papel do agente prisional segundo a ótica institucional. O edital para o concurso aberto ao preenchimento de vagas de ASPs no ano de 2007[17], onde se encontra as atribuições do cargo, suas responsabilidades, os prérrequisitos, os vencimentos e os itens que serão avaliados no concurso, foi analisado como meio para acessar os atributos que a SAP espera encontrar em um agente prisional.

Segundo o edital, as atividades do ASP voltam-se para a "guarda, vigilância e movimentação de presos, a fim de assegurar a disciplina e a ordem nas dependências da unidade prisional, bem como controle, verificação e fiscalização na portaria, da entrada e saída de pessoas, veículos e volumes" (Secretaria de Administração Penitenciária, Comissão de Concurso Público, 2007, p.2). Portanto, o guarda prisional tem, basicamente, duas funções: a vigilância interna do presídio e o controle do trânsito do que entra e sai da unidade prisional.

O edital não toca na questão da ressocialização do preso. Não é apenas o edital, no entanto, que silencia a esse respeito. Das diversas agentes prisionais com quem conversei, assim como outros atores que se relacionam com o sistema prisional, apenas os representantes de movimentos dos Direitos Humanos discutiram o papel ressocializador do agente prisional. Todos os demais definiram a tarefa do guarda como a vigilância e disciplina do presídio.

A Lei de Execução Penal é definida como aquela que tem por objetivo efetivar as disposições da sentença de condenação da pessoa presa, assim como proporcionar a reintegração social harmônica do condenado. Percebe-se, assim, uma preocupação da lei em garantir ao indivíduo preso a possibilidade de voltar ao convívio social. Para tanto, a lei estabelece diversos

[17] Edital de abertura de inscrições e instruções especiais n. 012/2007 para a carreira de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I (feminino e masculino).

dispositivos que garantem ao apenado um período de reclusão marcado pela garantia de todos os direitos, exceto aqueles que foram suprimidos pela condenação.

Na prática, no entanto, não se percebe nos estabelecimentos prisionais e nem mesmo no discurso institucional uma preocupação com a ressocialização da pessoa presa. O ASP, de acordo com o edital do concurso, é responsável pela vigilância da pessoa presa, e não pelo seu cuidado. Nem mesmo a LEP estabelece quem seria o responsável pela "reintegração social harmônica" da pessoa presa. Sendo assim, a responsabilidade do agente prisional volta-se, basicamente, para o abrir e fechar de celas, como é comum ouvir nos meios prisionais.

Depois de definir a função do agente prisional, o edital aponta para o regime de turnos como a melhor forma de execução de tais atividades, definindo, assim, a rotina do trabalho do ASP: 12 horas trabalhadas ininterruptamente, seguidas de 36 horas de descanso. Há a cláusula que aponta para a possibilidade de convocações ao trabalho nos dias de folga do guarda, a depender da necessidade da unidade, com isso, percebe-se que há certa discricionariedade por parte da instituição frente ao trabalho do guarda, que não pode recusar a convocação mesmo em dias de folga.

O edital aponta, por fim, para o perfil que se espera do agente prisional ao definir quais serão os critérios para classificação dos candidatos. O concurso conta com uma etapa de provas objetivas, sendo que as questões de múltipla escolha avaliam conhecimentos voltados para língua portuguesa; matemática; conhecimentos gerais e legislação. A segunda etapa consta de uma prova de aptidão psicológica, onde é possível perceber o perfil esperado para um agente prisional.

A etapa da avaliação psicológica é realizada por uma equipe de psicólogos reconhecidos pela sua categoria e é aplicada a partir de métodos de avaliação coletiva. Nas dinâmicas de avaliação, valorizam-se as seguintes características do candidato: bom relacionamento interpessoal; controle emocional; resistência à fadiga psicofísica; controlado nível de ansiedade; domínio psicomotor; capacidade de improvisação; agressividade controlada e adequadamente canalizada; bom nível de atenção e concentração; adequada impulsividade, ausência de sinais fóbicos, flexibilidade de conduta, criatividade e disposição para o trabalho; autonomia (grau de iniciativa); receptividade e capacidade de assimilação (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, 2007, p.22).

A partir da lista acima é possível perceber que as exigências psicológicas para o cargo valorizam, de uma maneira geral, o candidato que se mostra capaz de se submeter a situações de grande pressão sem perder o autocontrole, e também aquele que é capaz de controlar a ansiedade e criar saídas para situações de conflito. Duas questões, no entanto, chamam atenção quando analisadas frente àquilo que é esperado do perfil do agente prisional: o treinamento recebido após o ingresso na carreira e a realidade encontrada no presídio, tanto em relação à estrutura física quanto ao seu cotidiano.

A estrutura física dos presídios paulistas e os desafios dos ASPs

Nos últimos anos houve um investimento significativo por parte do governo estadual na construção de novas unidades prisionais no estado de São Paulo. No ano de 1995, o estado contava com 42 presídios, em 2009, este número passou para 146 unidades. O crescimento no número de presídios não contou, no entanto, com um aumento imediato no número de contratações de novos agentes prisionais, o que fez que muitos dos funcionários antigos fossem realocados nas novas unidades, diminuindo o efetivo nas unidades antigas. Aos poucos, o déficit de funcionários foi sendo equilibrado a partir de novos concursos realizados, no entanto, ainda é possível ouvir nas falas de representantes da categoria que os ASPs trabalham, de forma geral, com uma deficiência no número de funcionários.

Para além da construção de presídios, houve também investimento em tecnologia. Hoje, a maioria dos presídios paulistas conta com equipamentos modernos de raio-x e detector de metal; ambulatórios médicos e odontológicos; espaços reservados para as visitas íntimas etc.

Apesar desse cenário, em que o sistema prisional parece bem equipado para receber a pessoa presa, o que aconteceu foi que, juntamente com o aumento do número de vagas nos presídios paulistas, houve também um enorme crescimento do número de prisões, ou seja, o aumento do número de vagas seguiu a política de encarceramento em massa vigente no estado: para o ano de 2009, o Depen indicou um déficit de 52.741 vagas para São Paulo.

Com isso, o ASP, apesar de ter melhores condições de trabalho – em relação à estrutura física e de material – encontra-se, ainda, trabalhando com um baixo efetivo, o que o coloca como responsável por um número maior de presos do que seria o ideal, de forma a poder oferecer ao interno um melhor atendimento.

A superlotação dos presídios é uma das principais fontes de ansiedade no cotidiano prisional. O ASP sabe que não tem condições de garantir um bom tratamento ao preso, atendendo suas necessidades de saúde, por exemplo, já que, apesar da existência de ambulatórios, o número de médicos, psicólogos e assistentes sociais que estão trabalhando nos presídios não é capaz de contemplar toda a população prisional. O que marca, então, o dia a dia na prisão é o improviso, assim o ASP deve ser capaz de criar soluções provisórias para a falta de estrutura que é típica da instituição na qual trabalha.

Tal realidade pode ser mais bem controlada se o ASP tiver aquelas qualidades valorizadas pela avaliação psicológica no concurso de entrada para a função, no entanto, uma situação permanente de tensão e ansiedade gera diversos problemas físicos e emocionais se não forem trabalhados conjuntamente com a instituição.

A Escola de Administração Penitenciária e o curso de formação oferecido aos ASPs

A Escola de Administração Penitenciária – EAP – é responsável pela formação dos agentes prisionais. Durante o estágio probatório, que tem a duração de três anos, os ASPs são obrigados a cursarem, em algum momento, o curso de formação. Não é necessário que o curso seja feito antes da entrada do guarda no presídio, mas sim, durante o estágio. Com isso, muitos guardas entram primeiro para trabalhar nos presídios, sem nenhum treinamento, e algum tempo depois realizam o curso. Isso se dá porque o curso não é contínuo, sendo necessário esperar que se abram turmas.

Todas as agentes prisionais com quem conversei participaram do curso, mesmo as mais velhas, e todas expressaram um sem número de críticas a ele. O conteúdo do curso é, de certa forma, variável, sendo sempre presentes, no entanto, as aulas de defesa pessoal e legislação. O corpo docente é formado por ASPs que, para oferecerem o curso, encontram-se em desvio de função – em vez de estarem trabalhando diretamente nos presídios, estão alocados em outras unidades, exercendo outras funções.

A principal crítica que as agentes prisionais entrevistadas voltam ao curso de formação é que não prepara o ASP para a realidade que vai ser encontrada dentro do presídio. As situações de conflito que o ingressante pode vir a enfrentar nas unidades prisionais não é algo passível de ser trabalhado em sala de aula, sendo que a ausência de aulas práticas dificulta a transmissão de um ensinamento mais pautado na realidade prisional.

O peso da prática na formação do agente prisional será tratado mais à frente, quando a história de Leonor for trabalhada. Importa salientar aqui, no entanto, que o curso de formação oferecido pela SAP volta-se antes para uma noção geral do que é a instituição e para a maneira como o guarda deve se comportar frente ao preso – oferecendo ao guarda uma "visão de mundo" – preterindo, assim, um treinamento específico sobre o cotidiano prisional. Todas as agentes prisionais entrevistadas, assim como os outros atores envolvidos, e ainda, os estudos acadêmicos disponíveis sobre os agentes prisionais, apontam para a prática prisional como o lugar privilegiado de aprendizado do guarda. Com isso, o curso de formação não influencia de forma contundente a prática do agente prisional, oferecendo pouco suporte para aquilo que ele irá enfrentar em seu cotidiano.

Solucionando problemas: as licenças e o auxílio jurídico

O agente prisional é um funcionário público, portanto, recebe o mesmo tratamento que os funcionários locados nas demais secretarias, por isso, o atendimento médico é realizado por meio do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor do Público do Estado). Os médicos, psicólogos e assistentes sociais que trabalham nos presídios voltam seu atendimento à população presa, e não ao funcionário.

A SAP criou um núcleo de saúde para poder oferecer atendimento ao servidor, chamado Núcleo de Saúde do Servidor (NSS). Para além dos atendimentos de saúde, o Núcleo cria campanhas de saúde e tenta oferecer apoio aos guardas. Desta forma, o agente prisional pode procurar atendimento tanto no setor público formal, o IAMSPE, quanto no NSS. Para além destas duas possibilidades, o sindicato da categoria (SIFUSPESP) oferece aos seus associados facilidades na adesão a certos planos de saúde, tanto para o servidor quanto para sua família.

Frente a todas essas possibilidades, no entanto, a postura mais comum entre os ASPs em relação aos problemas de saúde gerados no dia a dia é o pedido por uma licença médica, tendo como consequência o afastamento do trabalho. Segundo a fala de diversos interlocutores, é possível perceber que os guardas preferem se afastar do trabalho que procurar algum tipo de tratamento médico, mesmo que seja oferecido de forma gratuita pelo Estado.

À primeira vista, tal postura poderia ser interpretada como uma estratégia do guarda para escapar às obrigações do trabalho, mantendo os rendimentos. No entanto, o ASP que se

encontra em licença médica não recebe as gratificações a que tem direito no momento em que está trabalhando, com isso, aquele que está afastado tem seus rendimentos diminuídos.

Por que, então, não procurar por tratamento médico? É comum perceber entre as guardas com quem mantive contato durante a pesquisa uma dificuldade em visualizar uma mudança em seu ambiente de trabalho, o que faz que muitas recusem por completo a sua rotina, e optem pelo afastamento no lugar de um tratamento médico – o que possibilitaria que, depois de curadas, precisassem voltar ao convívio cotidiano no cárcere. Outras soluções poderiam também ser buscadas, como os pedidos de transferência entre unidades, o desvio de função – quando o ASP passa a desempenhar atividades administrativas e por isso se afasta de um cotidiano tipicamente prisional.

O Sindicato da categoria, com sede na cidade de São Paulo e coordenadorias espalhadas pelo estado, oferece atendimento psicológico gratuito aos seus associados, assim como atendimento jurídico. A psicóloga contratada pelo sindicato atende uma vez por semana na sua sede, e afirmou que quase não realiza atendimentos, já que não há procura. Por outro lado, o Sindicato também conta com uma equipe de advogados que prestam serviços aos associados, oferecendo a eles soluções jurídicas para os problemas trazidos.

Numa das visitas que realizei ao Sindicato, pude conversar com a psicóloga durante uma hora inteira, por outro lado, nenhum dos advogados pôde me atender, já que a fila de atendimentos era enorme e havia muito trabalho a ser feito. Isto demonstra que o sindicato é procurado, na grande maioria das vezes, para ajuda jurídica: contagem de tempo de aposentadoria, representação frente a processos administrativos movidos contra os ASPs, auxílio no pedido de transferências entre unidades etc.

Este cenário vem complementar a visão de que o ASP não espera mudanças efetivas no sistema prisional. O guarda procura resolver seus problemas da maneira menos trabalhosa – via jurídica – e evita voltar para o cotidiano prisional. É este o tipo de guarda que pouco se envolve com questões mais amplas do sistema prisional, não aderindo a nenhum tipo de militância, seja sindical, seja nos programas oferecidos pela SAP, ou até mesmo na militância pelos direitos humanos.

O Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP

O Sindicato da categoria foi um lócus privilegiado da pesquisa, local onde pude encontrar algumas informações sobre a carreira do ASP e também estabelecer contatos com algumas guardas para a realização de entrevistas em profundidade. Nas visitas que realizei ao Sindicato, pude observar um pouco da dinâmica institucional.

Para além de tais observações, realizei também entrevistas com representantes do sindicato, a fim de coletar falas que dessem conta da visão institucional sobre o agente prisional. Assim seria possível entender quem é esse ASP sobre o qual o sindicato estabelece suas reivindicações frente ao Estado.

As principais reivindicações se voltam para a campanha salarial, pauta que está sempre presente nas reuniões e ações do sindicato. Para além desta, as modificações no plano de carreira, de forma a possibilitar um desenvolvimento mais acelerado do ASP frente às gratificações, também é algo bastante presente.

Juntamente com tais reivindicações, o Sindicato oferece aos seus associados a assistência jurídica gratuita e também a possibilidade de adesão a planos médicos com descontos. Como foi dito acima, o Sindicato também disponibiliza atendimento psicológico gratuito aos seus associados.

O Sindicato atua em todo o estado de São Paulo através de suas coordenadorias, abrangendo tanto Capital quanto interior. Cada coordenador é um agente prisional afastado do seu posto e trabalha exclusivamente para o sindicato. O papel dos coordenadores se volta para as visitas às unidades prisionais, como forma de estabelecer contato direto com os agentes prisionais e tomar conhecimento de suas demandas, assim como oferecer a eles informações sobre o sindicato e a possibilidade de adesão.

Todos os benefícios oferecidos voltam-se apenas para os agentes prisionais associados. Para se associar, o guarda deve pagar uma mensalidade que fica em torno de R$30. A maior preocupação do Sindicato em relação aos seus associados volta-se para os problemas jurídicos que podem enfrentar no decorrer de sua profissão, por isso, o maior incentivo oferecido aos agentes prisionais novatos é a possibilidade de contar com auxílio jurídico gratuito. Num cenário onde o agente prisional está a todo o momento envolvido com regras, direitos e suspensão de direitos, e onde um pequeno deslize pode modificar toda a situação, ter acesso

gratuito a atendimento jurídico é uma segurança que garante estabilidade emocional durante o trabalho.

Na fala dos dirigentes do Sindicato é possível detectar, também, uma preocupação com o cotidiano prisional e a realidade encontrada pelo guarda ao entrar no presídio. O Sindicato, por vezes, estabelece parcerias com a SAP e a EAP para a realização de cursos de formação ou de reciclagem dos agentes prisionais.

*

Conversando com agentes prisionais femininas

As informações presentes na primeira parte deste capítulo dizem respeito à categoria de agente de segurança penitenciária, que inclui tanto homens como mulheres. Depois de localizar o debate que me proponho – possibilitando uma contextualização mais acurada da profissão de agente prisional – passo a analisar a trajetória profissional de algumas agentes prisionais femininas, a fim de discutir a relação que as funcionárias do sistema prisional estabelecem com a instituição na qual trabalham e as resistências que mantêm frente a ela, moldando e sendo moldadas pela mesma. A partir daqui a discussão torna-se, então, localizada, tendo como ponto de partida a experiência feminina e o olhar feminino sobre a instituição prisional.

Para tanto, foram ouvidas por volta de 10 agentes prisionais, com algumas delas estabeleci um contato mais profundo, e são sobre essas que desenvolvi os dois capítulos seguintes, trabalhando suas histórias de vida. Com as demais guardas, os encontros foram pontuais, e as conversas versaram sobre a trajetória profissional de forma mais objetiva, momento em que pudemos discutir as implicações do exercício da profissão na vida pessoal, assim como os desafios encontrados cotidianamente no trabalho com o cárcere.

O pavilhão e a portaria: os locais de trabalho da agente prisional feminina

A Lei de Execução Penal define que, nos presídios femininos, a tarefa da vigilância deve ser exercida por mulheres. Isso faz que em tais presídios as funcionárias femininas predominem em relação ao efetivo masculino. Os homens, quando presentes, ficam alocados nas portarias e também nos postos da muralha, hoje denominados AEVPs – agente de escolta e vigilância penitenciária, cargo específico com concurso próprio.

Nos presídios masculinos também há a presença de agentes femininas. Nestes estabelecimentos, geralmente, as mulheres são alocadas na portaria e se responsabilizam pelo trânsito que acontece entre os espaços internos e externos ao presídio. As atividades de uma portaria voltam-se para a revista de familiares nos dias de visita, o controle da entrada de materiais e veículos e a inspeção dos funcionários que entram diariamente na unidade prisional. Em algumas unidades, são as mulheres as encarregadas da leitura das cartas que chegam para os detentos, assim como aquelas que os mesmos enviam para algum destinatário. Nas unidades masculinas, as agentes femininas não mantêm nenhum tipo de contato com a população prisional e o mesmo acontece com o efetivo masculino nas prisões femininas.

Num presídio feminino, uma agente prisional pode trabalhar diretamente no raio – local onde ficam as celas das presas –, pode exercer tarefas administrativas ou ser alocada na portaria. Muitas das guardas que se encontram na portaria dos presídios femininos hoje já foram, algum dia, guardas de raio, e isso porque, geralmente, as guardas novatas são diretamente alocadas nos pavilhões.

A trajetória de uma agente prisional que trabalhou em presídios masculinos é bastante diferente daquela que exerceu a profissão em presídios femininos, já que o contato com a população prisional é completamente diversa nos dois cenários, o que faz que a experiência, as percepções e visões sobre a instituição também sejam diversas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, pude conversar tanto com agentes prisionais que trabalharam toda a sua trajetória profissional em presídios femininos, atuando em diversos postos de trabalho dentro de tais unidades, assim como travei contato com guardas que passaram todo o tempo de trabalho em presídios masculinos. A partir do cruzamento dos dados coletados pude perceber que algumas questões são típicas de um ou outro tipo de estabelecimento, mas existem outras compartilhadas, presentes em ambos os tipos de atuação.

Agente de segurança penitenciária: uma profissão "ideal" para a mulher?

As razões elencadas pelas agentes prisionais que entrevistei para a procura pela profissão não diferem daquelas trabalhadas tanto pelos estudos acadêmicos quanto as apontadas por outros atores envolvidos com o sistema prisional. Também elas afirmaram que o emprego público se

mostra como uma possibilidade de estabilidade e salários altos frente ao baixo nível educacional exigido. Muitas razões podem ser dadas, no entanto, para a permanência destas mulheres no cargo mesmo quando ele é contextualizado a partir de um cenário descrito como difícil e opressor.

Na fala de alguns interlocutores, é a rotina do trabalho por turnos o que mantém os agentes prisionais no cargo. A possibilidade de trabalhar 12 horas corridas e depois descansar por 36 é algo que organiza o cotidiano de tais trabalhadores, já que a possibilidade de exercer trabalhos extras – os famosos "bicos" – faz que o ASP se adeque a essa rotina e não consiga se desvencilhar dela depois de certo tempo.

No capítulo seguinte, em que discutirei a história de Solange, algumas razões para o não abandono da profissão serão trabalhadas, principalmente aquelas que se voltam para as relações de poder e subordinação entre ASPs e detentos. Outras questões, no entanto, podem ser levantadas a partir da percepção das guardas entrevistadas sobre o trabalho que realizam.

Se para os homens o trabalho em turnos é percebido como uma possibilidade da realização de bicos, aumentando, assim, os rendimentos; muitas mulheres avaliam tal regime como uma possibilidade de cuidar da família e do trabalho doméstico ao mesmo tempo em que se trabalha fora de casa. Certa vez ouvi de uma guarda que o trabalho de agente prisional é o ideal para a mulher, exatamente por essas razões. O que importa, para tal guarda, não é a natureza do trabalho realizado – vigiar pessoas presas seria apenas um detalhe – e sim a possibilidade de estar presente em casa um dia sim e outro não. No dia em que está em casa, a mulher poderia, então, exercer as atividades voltadas para o cuidado do lar e dos filhos.

A profissão de agente prisional resolveria, de certa forma, o paradoxo da mulher ao entrar no mercado de trabalho: como trabalhar fora de casa e realizar as tarefas domésticas ao mesmo tempo? O trabalho em regime de turnos seria, então, uma saída. Ao definir o trabalho "ideal" para a mulher, tal guarda aponta para questões que envolvem estereótipos femininos e a relação da mulher com o mercado de trabalho.

Nem todas as guardas, no entanto, avaliam o regime de turnos da mesma maneira e a partir das mesmas questões. No estado de São Paulo, os ASPs aprovados nos concursos não podem escolher de imediato as regiões onde irão assumir o posto. Com isso, muitos deles são alocados em presídios que ficam muito distantes de suas cidades de origem. Esta realidade faz

que muitas mulheres, ao serem aprovadas no concurso, tenham de se mudar para cidades distantes de sua família, o que as separa, muitas vezes, dos filhos. A solução buscada por tais mulheres volta-se, na maioria das vezes, para pedidos de transferência de unidades, o que possibilitaria que se mudassem, novamente, para cidades mais próximas de suas famílias.

A dificuldade encontrada volta-se, no entanto, para a existência de poucos presídios femininos no estado – não mais que dez – e também poucas vagas para mulheres nos presídios masculinos, o que faz com que as transferências para locais mais próximos das cidades de origem demorem ou, mesmo, não aconteçam. A saída encontrada por muitas mulheres é a troca constante de plantões, trabalhando por dias seguidos e por isso, tirando folgas também por dias seguidos, o que permite que voltem para suas cidades de origem mais frequentemente.

A mesma questão levantada por aquela guarda que dizia que o trabalho de agente prisional é ideal para mulher pode ser colocada aqui, a partir de outro ponto de vista: como continuar cuidando dos filhos e da casa com um trabalho que força uma mudança para cidades distantes, sendo que, muitas vezes, tais mulheres se encontram sozinhas para se responsabilizar por tais tarefas? Com quem deixar os filhos nos dias de 12 horas seguidas de trabalho?

A ideia de que o trabalho de guarda é ideal para a mulher define um tipo específico: a mulher que tem filhos pequenos ou que ainda não sairam de casa para trabalhar. O que uma mulher mais velha, com os filhos crescidos, já com suas famílias, faz nos seus dias de folga? Quem está em casa em tais dias para que ela cuide? Tal ideia, então, aponta para uma mulher casada, com filhos pequenos ou adolescentes, que apenas ajuda no sustento familiar e não se responsabiliza completamente por toda a vida doméstica. Para as demais, a profissão não é compreendida como ideal, mas, principalmente, como um entrave para o desenvolvimento de muitas de suas atividades domésticas e familiares.

Por outro lado, o regime de turnos é visto como algo positivo ao se levar em conta o cotidiano estressante do trabalho prisional. No edital do concurso para agentes prisionais, a função é analisada como sendo de caráter especial, o que justificaria o regime de turnos. Apesar do edital não definir no que consiste tal caráter, algumas agentes prisionais com quem conversei indicaram a possibilidade de se afastar do presídio por um dia inteiro como um alívio cotidiano frente às pressões sofridas durante o período de trabalho. O regime de turnos, então, não é avaliado a partir da possibilidade de exercer o bico, nem mesmo como algo que aponta para a

realização das tarefas domésticas, mas como uma questão importante para a manutenção da saúde física e emocional do ASP – algo que foi percebido pelo Estado ao definir o "caráter especial" da função.

Ociosidade, medo e ansiedade: no que consiste o trabalho cotidiano de uma guarda prisional?

A portaria de um presídio paulista foi o lugar escolhido por uma de minhas interlocutoras para a realização das entrevistas, por isso pude observar por alguns momentos o cotidiano de uma portaria. O dia escolhido pela guarda foi o sábado – dia em que a portaria se encontra mais tranquila – já que há apenas a entrada dos religiosos para visitarem as presas.

No sábado, praticamente há muito pouco o que se fazer numa portaria. Enquanto esperava a guarda com quem iria conversar, me sentei em uma salinha improvisada pelas guardas ao lado do portão – com revistas de fofocas, informativos e uma mesinha central com um cinzeiro abarrotado de bitucas de cigarro. Neste tempo, uma das guardas que estavam de plantão trocou meia dúzia de palavras comigo, depois se desculpou, dizendo que tinha que sair porque tinha muito que fazer: "tenho um crochê inteiro para terminar ainda hoje!", deu uma gargalhada e me deixou.

É inexato, no entanto, dizer que as guardas, na portaria, não têm o que fazer. Durante a semana a rotina é intensa: tudo o que entra e sai do presídio deve ser controlado; números de documentos são anotados; caixas são revistadas, pessoas são inspecionadas. Quando o trânsito entre o dentro e o fora do presídio diminui, no entanto, o que resta a tais funcionárias é estar alerta. Alerta a quê? A qualquer coisa, já que estão ali para, em última instância, vigiar.

O presídio, segundo a fala de uma guarda entrevistada, é traiçoeiro. Pode parecer calmo, tranquilo, mas num minuto algo sério pode acontecer e uma rebelião estoura – a cadeia vira, como se diz na linguagem do presídio. A falta de água, a comida ruim ou qualquer detalhe pequeno pode tirar a aparente tranquilidade.

Com isso, as guardas ficam esperando, a todo o momento, que algo excepcional aconteça. Uma guarda, assim que começou a trabalhar no presídio, perguntou para as suas colegas de trabalho o que deveria fazer. A resposta dada foi que ela deveria fazer exatamente o que estava fazendo. Frente à sua perplexidade, a guarda mais experiente explicou: você deve estar atenta para algo que possa vir a acontecer.

Esse cenário é específico do trabalho realizado nas portarias, tanto nos presídios femininos quanto masculinos. A rotina dentro do pavilhão, por sua vez, é marcada por certa quantidade de tarefas, como a contagem das presas, a abertura das celas para o banho de sol, o recolhimento das mesmas às celas, a escolta de alguma detenta para conversar com advogado; psicólogo; médico; dentista; assistente social etc. Mesmo dentro do raio, no entanto, este estado de alerta marca a postura da guarda, já que o presídio é algo "traiçoeiro", e se espera por algo excepcional a todo o momento.

Essa postura sempre alerta e a espera constante geram ansiedade. Não é à toa que o cinzeiro na saleta improvisada pelas guardas na portaria que visitei estava abarrotado. Muitas guardas com quem conversei afirmaram que começaram a fumar no presídio, e muitas delas mantêm o vício por anos seguidos. Para além do tabagismo, outras doenças são apontadas como consequência do estado de ansiedade constante em que se encontram as guardas: diabetes adquirida; ganho de peso; pressão alta; depressão etc.

O medo, segundo uma das interlocutoras, é algo constante: no início da carreira tal medo é bastante evidente, aos poucos, no entanto, vai-se aprendendo a lidar com ele e chega um momento em que dele se esquece. A mente esquece, se acostuma, mas o corpo continua alerta. E é então que os problemas físicos começam.

Outro problema apontado sobre a ociosidade no trabalho da portaria é a presença de fofoca entre a turma que está de plantão. Se há pouco trabalho, há espaço de sobra para que se converse demais e, com isso, é comum que todos tomem conhecimento sobre a vida uns dos outros. Esse também é um fator que gera ansiedade entre as guardas, já que se sentem vigiadas pelas suas colegas durante a maior parte do tempo. E, assim como o medo, é com o tempo que cada guarda irá aprender a lidar com esta situação.

A ociosidade também está ligada ao caráter não produtivo da atividade prisional. Se o guarda e a guarda estão no presídio para garantir a vigilância, qual é o produto final de seu trabalho? Garantir que os presos não fujam, que não haja rebelião etc. A atividade do guarda não é marcada por um produto final, segundo a fala de uma guarda, existe uma "falta de produtividade, não é um trabalho que você sai e produz, que você se sente bem, a verdade é essa (...), o salário é bom, não é ruim, mas você não se sente muito útil, eu não me sinto". Além da falta de um produto final, a atividade de vigilância é percebida como algo mecânico, em que todo dia é igual ao outro: "A gente sempre comenta na penitenciária: os dias são

sempre iguais! Não existe segunda, terça, ou quarta, é sempre igual, e não importa a penitenciária, é tudo igual, a rotina é sempre igual". No capítulo seguinte discutirei de forma mais aprofundada este caráter não produtivo do trabalho prisional a partir de questões presentes na história de vida de Solange.

A separação entre a realidade prisional e aquilo que acontece fora do cárcere

As relações existentes entre a sociedade externa ao cárcere e aquilo que ocorre ali dentro é uma tônica na fala das agentes prisionais. A separação entre essas duas realidades, no entanto, é percebida como um pressuposto para uma vida saudável no exercício da profissão de agente prisional. A estrutura física de um presídio é marcada pela separação: Goffman (2005) chama a atenção para os muros, grades ou abismos que separam fisicamente a instituição total do seu entorno. Com isso, a baixa comunicabilidade entre o interior e o exterior de tais instituições torna-se uma de suas características principais.

Os guardas e as guardas, no entanto, transitam entre tais barreiras físicas, realizando um trânsito cotidiano entre o dentro e o fora dos presídios. Se há razões para que o presídio seja separado fisicamente da sociedade ao seu redor, isto faz que o trajeto cotidiano realizado pelos ASPs seja carregado de significados.

A Penitenciária Feminina da Capital, quando inaugurada em 1973, estava sob o comando de freiras[18]. O conselho dado por elas para as guardas laicas que chegavam para trabalhar no presídio voltava-se para uma boa separação entre aquilo que era vivido fora do presídio e o que acontecia ali dentro: era preciso esquecer o crime cometido pelas presas, esquecer tudo o que foi ouvido nos jornais sobre o tal ou tal detenta. E isso porque a sociedade já havia julgado e condenado aquelas mulheres, logo, as guardas deveriam deixar para o lado de fora do presídio esse tipo de julgamento e, dentro da unidade, tratá-las apenas como mulheres.

As freiras acreditavam que era necessário não trazer para dentro do presídio o julgamento que havia sido feito fora dele, como condição para um bom relacionamento entre as guardas e as presas. Se as freiras se esforçavam para reafirmar a separação entre o dentro e o fora dos presídios é porque, apesar dos muros, tal separação não é evidente. Encontrei nas falas das mulheres com quem conversei um esforço brutal para realizar tal separação, o que na prática

[18] Bruna Angotti (2011), ao analisar os documentos de criação dos presídios femininos no Brasil, aponta para a presença de instituições religiosas no comando das unidades prisionais como algo que define o caráter de restauração da mulher criminosa para uma vida piedosa.

se revela num trânsito contínuo entre ideias, questões, sentimentos e julgamentos, entre o que acontece dentro e fora do presídio.

Tal esforço é bastante presente nas falas das mulheres, que afirmam, a todo o momento, que nunca confundiram a vida vivida dentro do presídio e a vivida fora dele e, por isso mesmo, nunca tiveram grandes problemas. Os problemas, no entanto, vão aos poucos aparecendo nas falas, a partir do relato de doenças, de desavenças, de decepções. O trânsito aparece também na experiência adquirida dentro do cárcere e que faz que muitas vezes a guarda lide melhor com o que acontece fora dele.

“Graças a Deus, eu nunca misturei as coisas, nunca confundi as coisas, sempre soube separar muito bem a vida dentro do presídio e o que acontece lá fora”, foi uma das primeiras falas de uma das guardas mais velhas com quem conversei. Durante a conversa, no entanto, ela aponta que aprendeu muito com as presas. Esta aprendizagem voltava-se, principalmente, para as formas como ela deveria lidar com as questões que enfrentava na rua.

“Foram as presas que me disseram que não é bom se oferecer para segurar a sacola de alguém que está em pé no ônibus. Se você quiser ajudar, é melhor levantar e oferecer o seu assento para essa pessoa. Vai que na sacola que você está segurando tem droga, a pessoa sai pela porta de trás, a polícia entra pela porta da frente e te pega com uma sacola que nem era sua. Isso eu aprendi com as presas”. Foram as presas também que aconselharam tal guarda sobre a melhor maneira de manter os filhos longe das drogas: “Não é evitando completamente a pessoa que está envolvida com o tráfico, tem que saber respeitar, mas tem que conversar muito também”. A convivência com as presas fez que essa guarda aprendesse a lidar melhor com as questões que ela vivenciava na rua, longe dos muros da prisão. A vida vivida na prisão extrapolava seus muros e permitia que ela fosse uma pessoa mais segura do lado de fora das grades.

Outras guardas, no entanto, apontam claramente que não conseguem fazer esta separação entre o que acontece dentro do cárcere e as relações que se dão externas a ele. Esta dificuldade é apontada claramente como problemática, trazendo algumas questões delicadas para a vida cotidiana.

Uma das guardas com quem conversei, que trabalha na portaria de um presídio masculino no interior do estado, afirma que não consegue se desligar do trabalho mesmo nos dias de folga.

Segundo ela, é comum que seu filho reclame que ela está sempre gritando com ele, que está sempre estressada. Confessa, então, que não consegue se desligar, que chega em casa e fica pensando nas coisas que aconteceram no trabalho, nas pequenas discussões com os familiares dos presos no momento da revista, nas intrigas entre as guardas da portaria etc.

O problema, então, não é levar o mundo externo para dentro do presídio. O que se percebe é que as doenças que as guardas afirmam ter adquirido a partir da profissão são provenientes daquilo que elas levam de dentro do presídio para as suas vidas fora dele. Era comum ouvir guardas falando sobre colegas de trabalho que não souberam separar os dois momentos, e se tornaram violentas em casa, maltratando filhos e maridos.

O contrário, no entanto, também foi apontado: algumas ASPs são avaliadas como violentas dentro do presídio, abusando do poder de sua função, em decorrência da vida que levam fora do cárcere. Condições ruins fora do presídio podem fazer que algumas guardas levem para dentro das unidades suas frustrações e, com isso, abusem do poder frente às presas. Essa outra situação, no entanto, é muito menos presente na fala das guardas, não se colocando como um problema na trajetória delas. A dificuldade em deixar no presídio as questões do presídio, ao contrário, é algo que interfere nas outras relações.

Muitos dos problemas de "separação" entre o dentro e o fora do presídio se dão, também, devido ao fato de ser bastante difícil compartilhar aquilo que acontece dentro do presídio com pessoas que não conhecem a realidade prisional. A prisão só pode ser conhecida na prática e por quem está lá dentro. Com isso, as guardas se ressentem de uma solidão em relação à sua vida profissional, já que ninguém parece muito interessado em saber o que acontece do lado de dentro dos muros.

Este silêncio quanto ao cotidiano profissional gera bastante ansiedade nos momentos em que as ASPs se encontram fora dos muros do presídio. Situações contrárias, no entanto, também são apontadas nas falas: é comum que numa mesma família exista mais de um integrante trabalhando no sistema prisional, o que cria uma situação singular: quebra-se o silêncio sobre a realidade prisional e o cenário familiar é jogado para o outro extremo, em que a cadeia é trazida para casa e o único assunto presente é o sistema prisional. É comum o relato de guardas que apontam que os filhos ou irmãos que não trabalham no sistema prisional reclamam dos modos de falar e dos assuntos daqueles que trabalham em presídios. A cadeia

torna-se, assim, o assunto favorito daqueles que trabalham nela e encontram, de alguma maneira, um interlocutor com quem compartilhar a experiência cotidiana.

Em situações como essa, a separação entre o cenário prisional e a vida pessoal e familiar parece não existir, já que os guardas e as guardas trazem para sua casa e suas relações toda a experiência vivenciada dentro do cárcere. Apesar dos muros do cárcere – da sua separação física em relação ao resto da sociedade na qual se insere – ele está em constante comunicação com a sociedade, em uma circulação constante de ideias, modos de vida, histórias etc.

A experiência vivida e a dificuldade em narrar

Por um lado é possível perceber a solidão de muitas ASPs em relação à experiência vivida dentro do cárcere, o silêncio que recobre a profissão e o cotidiano profissional marca as relações familiares e sociais de alguns deles. Por outro lado, aqueles que possuem familiares que também trabalham no sistema prisional voltam-se para tais pessoas e compartilham apenas com elas a experiência profissional.

Este cenário de solidão justifica a dificuldade de muitas agentes prisionais em compartilhar a experiência vivida com alguém que não vivencia o seu cotidiano profissional. Se a prisão só pode ser conhecida na prática, como narrar histórias de prisão para quem não está dentro dela? É possível compartilhar este cotidiano prisional? Como contar para um estrangeiro histórias de vida de uma realidade distante e, por vezes, exótica?

Nas conversas que mantive com agentes prisionais, a princípio eu pedia a elas que me contassem sobre sua trajetória profissional. Depois de certo número de entrevistas, os relatos começaram a se tornar iguais: as guardas apenas me contavam o que era ser uma agente prisional. O passo seguinte, no entanto, quando eu pedia a elas que falassem sobre a experiência vivida, ficava, muitas vezes, no vazio. “Mas o que, exatamente, você quer saber?” era o que elas me perguntavam. Era quando eu começava a indagar sobre os primeiros anos no cárcere, o impacto de entrar no pavilhão pela primeira vez, os problemas familiares etc. As respostas a tais perguntas eram, por vezes, evasivas, muitas delas diziam apenas que era normal, que tudo foi normal.

A perplexidade das guardas frente ao meu interesse e a dificuldade em falar sobre a experiência no cárcere voltam-se para este silêncio sobre a profissão. “Em casa meu marido

nunca me pergunta nada sobre a minha profissão, ele finge que nem sabe no que eu trabalho", foi o que me disse uma guarda, jovem e cheia de prazer no trabalho que realiza.

A realidade prisional é vivenciada por muitas guardas como algo descolado do resto da sociedade, tanto pela segregação física quanto pela segregação moral. São poucos os que se interessam pelo que acontece dentro dos presídios, com isso, pouco se sabe sobre a realidade cotidiana de tais profissionais, portanto, para contar e falar sobre si para uma estranha, seria necessário levantar muitos detalhes, dar muitas explicações, ensinar tal estranha o bê-á-bá da prisão.

Lembro-me do espanto de um diretor de presídio frente aos meus conhecimentos sobre as questões prisionais. Ele me perguntava, repetidamente, se eu não havia mesmo estudado Direito. Para ele, parecia estranho alguém que não trabalha diretamente no presídio – e nem se prepara para tanto – demonstrar conhecimento sobre algo que é tão fechado, tão inacessível. Eu não faço parte daqueles que conhecem o presídio na prática, e por isso, sou percebida como parte do grupo que simplesmente não conhece ou não pode ter conhecimentos sobre a realidade prisional – não a realidade em números ou regras e leis, mas a realidade vivenciada a partir de seus funcionários[19].

A narrativa das agentes prisionais, portanto, pressupõe a confiança na credibilidade daquilo que está sendo dito. Tal narrativa só se torna possível se o interlocutor da fala demonstra um grau mínimo de conhecimento sobre a realidade vivida, para que assim se creia que a mensagem final será compreendida.

Os dois próximos capítulos foram construídos a partir da narrativa de duas agentes prisionais específicas. Solange e Leonor são duas guardas com quem pude conversar longamente e estabelecer um contato mais duradouro. Suas narrativas, no entanto, só puderam existir enquanto tais a partir de um encontro específico, em que eu, a interlocutora, demonstrava um conhecimento mínimo sobre a realidade vivida por elas dentro do cárcere, o que facilitava, de certo modo, o desenvolvimento de cada uma das narrativas.

[19] O contrário também aconteceu. Numa situação em que eu debatia com um grupo de funcionários antigos do sistema prisional questões relacionadas ao acesso à prisão, minha postura foi avaliada como ingênua e infantil. Afinal, eu era classificada como apenas uma jovem pesquisadora que não conhece em nada a prática prisional: o conhecimento adquirido pela pesquisa e pelo estudo acadêmico não passariam, assim, de mero engano, já que não estão calcados na experiência vivida e, por isso, legitimados por aqueles que estão trabalhando do lado de dentro das grades.

Se me faltava a prática prisional, por outro lado, havia um conhecimento construído pela observação nas inúmeras visitas que realizei a presídios de diversos estados enquanto trabalhava como pesquisadora num instituto de pesquisa, assim como havia o conhecimento acumulado a partir dos estudos sobre o cárcere que me debrucei no decorrer da pesquisa.

A fala de tais agentes prisionais, portanto, encontrava em mim a possibilidade mínima de compreensão, e por isso, de legitimação do que estava sendo dito. E é a partir desse pacto biográfico (Lejeune, 2008), em que a fala do sujeito objeto da biografia é valorizado enquanto algo legítimo, que foi possível construir as duas histórias de vida que se seguem e, a partir delas, compreender as formas como tais guardas experienciaram a vida no cárcere e as maneiras pelas quais puderam sobreviver a momentos críticos, transitando por caminhos pouco conhecidos pela sociedade.

Passo, então, a desenvolver as histórias de Solange e Leonor, personagens construídas a partir do encontro que tive com duas guardas prisionais específicas, que tiveram seus nomes modificados, mas que inspiraram, a partir de suas histórias reais, a construção de narrativas em que pude desenvolver uma análise sobre a vida no cárcere a partir do olhar de uma agente prisional.

CAPÍTULO 3

ANDANDO NO FIO DA NAVALHA: A HISTÓRIA DE SOLANGE

UM VESTIDO FLORIDO NUMA TARDE DE PRIMAVERA

Parada em uma das milhares de esquinas de São Paulo, eu procurava por uma moça com um vestido roxo florido: a imagem se encaixava perfeitamente ao cenário de primavera em uma tarde quente na cidade, mas a ênfase dada por ela ao telefone sobre seu vestido me remetia a outras paisagens. Mesmo aquele encontro, ali no centro de São Paulo, parecia deslocado – assim como seu vestido – de tudo aquilo que eu gostaria de falar com ela. Sem saber a idade que tinha ou algum traço físico, procurei por uma mulher qualquer, com um vestido roxo florido, numa tarde em São Paulo.

Solange era, de fato, uma mulher qualquer. Trabalhava na Sé e cursava faculdade em Santa Cecília. Pegava condução já tarde da noite para voltar para alguma cidade da região metropolitana. Encontrava em casa três filhos e o marido já dormindo – era nos finais de semana que procurava em cada olhar um resto de história, um canto de sorriso ou uma pontinha de surpresa.

O ordinário de Solange, no entanto, não foi o que me levou até ela. Eu procurava uma mulher forte, séria, que lidava cotidianamente com as questões da ordem, que sorria pouco, falava ainda menos e demonstrava com o balanço do corpo que era mulher resistente ao medo e à violência. Engano meu. Era evidente o brilho nos seus olhos cada vez que se lembrava de alguma história de uma presa qualquer: as mulheres que ela vigiava tinham nome, personalidade e eram encantadas porque traziam em si uma dose de liberdade que ela mesma não conhecia.

Me percebi fisgada pela alegria de Solange quando estávamos às voltas de histórias tristíssimas sobre a loucura de uma presa, ou sobre procedimentos com os cadáveres encontrados em celas, e ríamos de tudo aquilo. O riso de repente interrompido pelas nossas consciências, e ela, subitamente, lembrava: aquilo tudo era muito surreal.

Meu deslocamento de novo deslocado. No lugar de um mundo sério e escuro, oprimido e violento, Solange me mostrava um lugar colorido pelas pessoas. De posse dessa nova ideia, novo conceito sobre o que era o cárcere, Solange me levava para outros lugares. O medo era de assombração. O riso era da morte.

Eram sobre a morte, então, as histórias que Solange tinha para me contar? Era isso, afinal, o que eu poderia esperar de nossos encontros? Quando eu achava que aquilo bastava, Solange ainda assim me golpeava com seus intermináveis deslocamentos. A caminho da lanchonete onde, por vezes, tomávamos um suco e eu lhe fazia perguntas infindáveis, Solange era galanteada por algum conhecido que passava: "Ô, Solange, vê se não some de novo, não vai fazer igual nas outras férias...", e ela apenas sorria, abanava a mão, constrangida com o meu olhar curioso ao seu lado. E ela usava de novo um vestido florido, colorido, que não me lembrava mais em nada aquela antiga ideia de presídio que eu trazia comigo. Afinal, foi ela, foi aquela pessoa que sorria ao meu lado que passou 20 anos de sua vida trabalhando dentro de um presídio, e não eu.

Solange foi pra mim um grande desconserto. Desde o primeiro telefonema. Desde o primeiro vestido florido. Desde a primeira história hilária de presa surtada discorrendo sobre a moralidade da mãe do guarda. Desde a primeira lágrima no meio de uma história triste de família. Desde a primeira vez que troçou comigo por ter sido presa pela polícia quando era jovem porque andava por aí embriagada justamente na cidade onde eu morava em Minas, cidade cheia de más companhias, certamente.

O que me levou até Solange foi um desejo de conhecer a sua trajetória ao trabalhar em uma instituição que lança muita sombra sobre si mesma. O que ainda me leva até Solange é um desejo de conhecer a vida e os meios pelos quais eu posso rir, mesmo que o mundo se pareça pequeno, escuro e perigoso por aqui.

***

Solange foi a primeira agente prisional com quem travei contato. Cheguei até ela a partir da indicação de uma amiga em comum que era sua colega de faculdade. Para além de colegas,

Solange e minha amiga haviam trabalhado juntas em oficinas de direitos humanos voltadas para o cárcere. Antes mesmo de conhecer Solange já sabia que ela, assim como eu, estudava Ciências Sociais, e que era uma guarda engajada na luta pelos direitos humanos dos presos.

O primeiro contato que tive com Solange foi por e-mail, em que gentilmente ela disse que aceitaria participar da minha pesquisa, já que considerava o quanto era difícil – e também importante – o desenvolvimento deste tipo de trabalho acadêmico. Durante as nossas conversas, a vida acadêmica, os desafios de uma pesquisa em ciências sociais, teorias sobre as relações de poder e questões de gênero se faziam presentes. Solange não foi apenas um sujeito de pesquisa, mas uma interlocutora com uma visão bastante acurada sobre a realidade que eu gostaria de conhecer: como profissional e também como intelectual.

No conto que abre este capítulo descrevo muitas das ideias que eu trazia comigo antes de conhecer Solange. Minhas pré-concepções foram sendo, aos poucos, reformuladas a partir das conversas que tivemos[20], durante as quais foi me mostrando não apenas um universo desconhecido, mas também uma maneira específica de lidar com o cárcere e com seus desafios frente a outras realidades, como as de chefe de família, mãe, estudante, esposa, filha, irmã etc.

No mesmo período em que realizei as entrevistas com Solange, esta deu início a um processo de psicoterapia. Algumas das nossas conversas aconteceram logo depois de Solange sair de uma seção de análise, o que fazia como se parecessem com uma continuação do que foi discutido com a psicóloga. Quase no final de nossos encontros, Solange aponta para a importância que tiveram para o seu processo terapêutico, ao mesmo tempo em que as sessões com a psicóloga a auxiliaram a tocar em assuntos que talvez antes fossem por demais difíceis para ela.

A narrativa de Solange – trabalhada neste capítulo – se constrói a partir de um retorno a momentos dolorosos de sua carreira e trajetória profissional. Ao me contar a história de sua vida, Solange vai, pouco a pouco, organizando os acontecimentos, pinçando as lembranças que se destacam na memória, encontrando as razões que a levaram a percorrer o caminho que ela me conta, e não outro.

[20] Travei contato com Solange por mais de um ano. Nossos encontros aconteceram entre agosto de 2010 e novembro de 2011, sendo que, na maioria das vezes, agendamos conversas em cafés e lanchonetes nas redondezas da faculdade onde ela faz graduação em Ciências Sociais.

O processo de construção de sua narrativa – que muitas vezes se mistura com o processo psicoterapêutico – tem como consequência um ordenamento da própria experiência, em que Solange vai encontrando as causalidades e as temporalidades de sua própria história. Ginzburg (2000), ao esboçar os fundamentos de uma teoria da narrativa a partir da análise de diversos autores, aponta a capacidade de criar nexos causais como um dos elementos mais importantes que a narrativa assume frente às experiências vividas. Lévi Strauss (1989); Shevchenko (1988); Benjamin (1985) e Ginzburg (1989) são autores que reconhecem na narrativa uma potência benéfica capaz de "estabelecer um sentido para a experiência que, antes de ser assim examinada, não passava de mero acúmulo de acontecimentos" (GINZBURG, 2000, p.3). Nesse sentido, a "atividade do narrador consistiria em levantar as marcas da experiência humana, encarando-as não como se fossem isoladas umas das outras, mas procurando estabelecer os vínculos de continuidade temporal e de causa e efeito" (*idem*).

Solange, ao me contar a sua história, organiza os fatos e eventos relevantes de sua trajetória e oferece a eles um significado novo. Para Benjamin (1985), a história não é capaz de conhecer o passado como ele de fato foi, o que resta são apenas lampejos, reminiscências que brilham no momento do perigo. Essa imagem ilustra bem a narrativa que Solange construiu para me contar a sua história: ação que se parece com um esforço em catar os fragmentos que ficaram esquecidos no correr dos anos, para então dar a eles algum sentido, alguma coerência. Em muitos momentos ela parece se esquecer da sua plateia (de uma só pessoa), como um ator em um monólogo: interpretando o texto para compreendê-lo ao mesmo tempo em que o interpreta para que alguém o ouça.

"O que eu vou te contar não é a minha história, mas a minha interpretação da minha história". Foi assim que ela deu início à sua narrativa. Apesar de alguns esforços meus para compreender o encadeamento dos acontecimentos, foi Solange quem escolheu o rumo da conversa: foi ela quem decidiu começar contando sua história pelos primeiros anos no sistema penitenciário, numa tentativa de narrar a maneira como foi sendo modificada pela vivência dentro dos presídios. Apesar de todas as conversas começarem com um objetivo específico, buscando algum tipo de linearidade, quase nunca chegamos ao fim daquilo que nos propusemos no início. As conversas tomavam outros rumos, e foi assim que pude ir percebendo os lampejos da experiência de Solange, aquilo que vinha à tona quando ela se esquecia que eu estava ali, ouvindo e tentando imaginar as imagens que ela estaria vendo em sua memória.

Essa narrativa, fruto da interpretação que Solange faz sobre sua história é, sem dúvida, uma interpretação sobre o acúmulo de acontecimentos e o passar do tempo, aos modos de Benjamin (1985) e Veena Das (1999). É só agora, 20 anos depois, que Solange pode avaliar a sua vocação para o trabalho no sistema prisional – vocação que foi construída ao longo dos anos e não estava presente no início de sua carreira. No entanto, ao olhar as novas guardas que estão chegando para trabalhar na instituição, é notável o desconforto de Solange ao avaliar os interesses que as levam a tal profissão – interesses parecidos com os dela, há 20 anos[21].

A narrativa de Solange, ao buscar os fragmentos da sua experiência vivida, é cheia de agoras. O agora dá sentido a tais fragmentos, permitindo que ela avalie a sua experiência e as opiniões que nutre sobre as outras pessoas. É o agora que faz que a vivência no cárcere se revele "surreal", como apontei no conto no início deste capítulo. Assim como a Roma Antiga era para Robespierre um passado carregado de "agoras", indicando que o passado só se revela no presente (Benjamin, 1985, p.230), a narrativa de Solange é uma memória densa de "agoras".

O resultado desta narrativa volta-se para um esforço em construir causalidades, em que certos eventos se sobrepõem a outros, enquanto momentos relevantes de sua carreira ficaram esquecidos. O contato que tive com pessoas próximas a Solange ela permitiu que eu conhecesse outros eventos vividos por ela, mas que não foram trabalhados na sua narrativa. Tais eventos não fazem parte desta análise, já que a proposta é tecer um olhar cuidadoso sobre aquilo que está presente em sua fala, privilegiando as causalidades apontadas por ela, sem perder de vista o problema teórico a que esta pesquisa se propõe: como a experiência vivida dentro do cárcere a partir da posição de agente de segurança penitenciária é moldada pela instituição prisional ao mesmo tempo em que as estratégias escolhidas para lidar com tal instituição modificam suas estruturas?

Muitas questões colocadas por Solange ficaram em aberto, certos trechos de sua vida permanecem em suspenso, não sendo possível pensar numa conclusão para este capítulo, já que Solange permanece trabalhando no sistema prisional e sua vida profissional não chegou

[21] A ideia de que as novas agentes prisionais não sabem do que se trata a função, em oposição a uma carreira marcada pela vocação, também esteve presente nas falas de outras agentes prisionais. O que se percebe a partir do cruzamento destas falas com outras observações de campo é um conflito de gerações de guardas, em que as mais velhas reivindicam um saber a que as mais novas ainda não têm acesso. Esse saber é pautado na experiência, por isso, é compreendido como algo não transmissível, gerando, assim, conflitos entre as diversas turmas. Esse tema será desenvolvido no capítulo seguinte, a partir da análise da história de vida de Leonor.

ao fim. O que importa para esta análise são os eventos que Solange aponta como relevantes em sua interpretação e que, ao mesmo tempo, nos permitem vislumbrar as maneiras como esta agente penitenciária, em especial, escolheu para lidar com as benesses e os desafios de trabalhar em uma instituição prisional.

Antes do início: a família de Solange e o status *do funcionário público*

Na década de 1980, época que a população brasileira enfrentava, de algum modo, os perigos da instabilidade econômica, ser funcionário público era algo que garantia um holerite. O cargo em algum órgão público significava, assim, não apenas o sustento da família, sem sustos, mas também um *status* de quem poderia contar com a segurança financeira enquanto a maioria da população se deparava com os perigos do desemprego.

É a partir desta lógica que o pai de Solange, funcionário público locado na *Light*[22], educou os filhos nos assuntos de trabalho. Ser um funcionário público trazia *status* porque garantia a estabilidade em meio a um cenário de crise econômica. Quando a *Light* foi comprada pelo governo de São Paulo, o pai foi realocado na Secretaria de Segurança Pública, dando início a uma aproximação de toda a família com as instituições de controle.

Solange lembra que o pai passou a trabalhar numa delegacia no interior do estado de São Paulo como carcereiro e, às vezes, nas visitas que os filhos faziam ao pai no momento do trabalho, ele levava as crianças para ver os presos em suas celas, como se aquele passeio fosse uma aula de moralidade, em que os filhos, ao vislumbrarem homens e mulheres presos por terem cometido erros graves, aprenderiam o que era correto.

Na época em que Solange estava prestes a completar 18 anos, a ideia do funcionário público enquanto um profissional respeitado com um emprego estável ainda vigorava, e ela se lembra do quanto isso a influenciou para prestar o concurso para agente de segurança penitenciária. Para além da sua própria história e explicações para a escolha de tal concurso específico, é preciso chamar atenção para a família de Solange: não apenas ela procurara a carreira de agente de segurança penitenciária como uma possibilidade de estabilidade profissional, mas também seu irmão mais velho, e um primo, que tomou posse na mesma ocasião. Na família,

[22] Light foi a empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado de São Paulo até o ano de 1981, quando foi comprada pelo governo de São Paulo e passou então a se chamar Eletropaulo.

no entanto, existem outros parentes que também trabalham em instituições de controle: uma cunhada escrivã de polícia, o outro primo que se tornou PM.

Esses elementos indicam uma socialização profissional que valoriza o emprego público ao mesmo tempo em que aponta para as instituições de controle como os possíveis cargos para a obtenção de tal emprego[23]. Os prerrequisitos para tais postos facilitam o acesso para uma camada da população ainda não qualificada pelo ensino superior, no entanto, a valorização de instituições de controle em detrimento de outras possíveis instituições que também oferecem vagas com condições parecidas se dá pela possibilidade de ingresso na carreira com um salário inicial razoável, além da atuação por regime de turnos (trabalhando um dia e folgando no outro), fazendo que a possibilidade de exercer algum trabalho extra, forneça proventos ainda maiores.

O interessante a notar, no entanto, é que os mesmos argumentos utilizados por Solange para explicar a procura por tais cargos públicos há 20 anos, ainda vigoram nos grupos que atualmente estão chegando para assumir os novos cargos disponíveis. Estabilidade profissional e salário inicial razoável, quando se leva em conta a falta de qualificação, são os argumentos mais utilizados para a explicação da escolha pela profissão dos mais novos, segundo as palavras de Solange[24].

Início: os primeiros anos de Solange no sistema penitenciário

Os primeiros anos de Solange no sistema penitenciário são marcados pela proximidade com a morte. A primeira atividade que teve de exercer como guarda foi a escolta de uma presa que estava com câncer, em estado terminal. Os três primeiros meses de profissão foram cumpridos no hospital. Do lado de fora do cárcere, a mãe de Solange também se encontrava com câncer, também em estado terminal. Nos dias de trabalho, Solange vigiava a presa, uma senhora já, ao

[23] Lourenço (2010) aponta para um cenário indicativo de que muitos dos indivíduos que atualmente exercem a profissão de agentes prisionais vieram de camadas da população onde os trabalhos braçais eram os postos disponíveis e por isso viam a carreira de agente penitenciário como uma boa opção devido ao baixo nível de instrução exigido, aliado a uma grande oferta de vagas: "no entanto, entre a incerteza da produção e do ordenado no meio rural e a certeza da função pública, não é difícil reconhecer porque acabam por escolher essa última. Poderíamos nos perguntar por que não escolhem outra função pública, mas, com o número crescente de prisões construídas, ou em construção dos últimos anos em São Paulo, o número de vagas de trabalho oferecidas nessa área, eventualmente, superou o número de candidatos, tornando relativamente fácil a aprovação em concurso público" (Lourenço, 2010, p. 160).

[24] A fala de Solange, afirmando que os novos ingressantes na carreira estão à procura de um cargo com salário inicial razoável sem exigir nível superior é condizente com a opinião de outras agentes prisionais ouvidas por mim, assim como também está presente em pesquisas realizadas sobre agentes prisionais. Ver Lourenço (2010) e Sabaini (2011).

mesmo tempo em que exercia alguns cuidados médicos sobre ela. Fora do presídio, nos dias em que não trabalhava, acompanhava o desenvolvimento da doença da mãe. Solange foi finalmente alocada para trabalhar dentro do presídio depois que a presa faleceu. As datas das duas mortes – da presa que Solange vigiava e cuidava, e da mãe – foram muito próximas.

Foi ali no hospital que as primeiras impressões de Solange quanto à profissão de agente penitenciária e suas consequências para a sua vida pessoal começaram a ser formadas. Desde ali, ela não sabia ao certo se cuidava ou se vigiava a presa[25]. Desde ali, a vida pessoal de Solange, com suas questões familiares, afetivas e sociais se misturam com a sua vida profissional. Desde ali, o cárcere parece entrar na vida de Solange, ao mesmo tempo em que ela adentra em seu universo, desenhando os primeiros traços de uma trajetória em que o dentro e o fora do cárcere se revelam como espaços por vezes opostos, por vezes confluentes, por vezes misturados.

***

OS CABELOS DE FLORBELA

Assim que chegou em casa, Solange tentou se lembrar das recomendações da enfermeira: era preciso lavar o uniforme separado das outras peças, o que diminuiria o risco de contaminação. Juntou, então, as camisetas e as calças que tinha usado nos três últimos plantões e colocou no tanque para bater.

Assim que ligou a máquina, foi a imagem de Florbela que lhe veio à cabeça: os cabelos sedosos por conta do AZT, o ânimo da presa revigorado graças ao tratamento com o novo medicamento, algumas semanas de alegria e de novo o baque, a falta de ânimo, a perda de peso, a tosse e, por fim, alguma doença oportunista levando Florbela para sempre.

A imagem da presa, ainda bela, aparecia na mente de Solange junto à fala da enfermeira. Não era pra menos: nos últimos meses foi preciso até reformar uma sala da administração do

[25] A ambiguidade entre a vigilância e a ressocialização presente na função dos agentes prisionais é algo bastante destacado na literatura que tem como objeto privilegiado a profissão de tais atores (Lourenço, 2010, Vasconcelos, 2000, Moraes, 2005). Tal ambiguidade já aparece nos primeiros momentos da narrativa de Solange.

presídio para colocar os corpos que foram tomados pelo vírus, que, ainda sem tempo de serem enviados para o IML, quedavam ali, sem nomes mais, sem beleza mais.

O tanque girava com as roupas de Solange, ela divagava, lembrava de tantas vezes que tinha tocado nas presas sem luva, encarado-as nos olhos, revistado celas, averiguado os sabonetes. Os sabonetes! Os sabonetes também estavam sob suspeita: um simples contato com a espuma poderia transmitir o vírus. Solange olhava para o tanque e desejava estar ela dentro dele, sendo batida, sendo lavada, sendo misturada com aquelas mulheres e aquela espuma.

Era preciso, a partir de agora, se proteger delas. Usar luvas sempre. Não tocar jamais. Falar à distância. Lavar a roupa em separado. Se afastar. Ser diferente. E Solange ainda com a imagem de Florbela na mente, Florbela menina ainda, lá na escola perto de casa, tranças, acho que ela usava tranças. Não eram chegadas, mas se cumprimentavam, sorriam uma para a outra.

Florbela teve destino triste, arrumou marido violento, apanhava. Solange arrumou emprego, arrumou marido e depois o mandou embora. O marido de Florbela foi o único homem que ela conheceu, e foi ela quem o matou enquanto ele dormia, bêbado, falando o nome de outra mulher.

No presídio Solange reconheceu Florbela. Ela guarda, Florbela presa. Tão parecidas, tão iguais. A enfermeira dizendo que era preciso ser diferente. Florbela infectada pelo marido. Florbela morrendo com o vírus da AIDS. Florbela presa porque matou o marido, e agora estava morrendo. E agora, sem dúvida, morreria. Florbela morta na sala da administração. Tão diferentes, tão iguais.

O tanque girava e Solange não sabia do quê ela precisava se defender. Não sabia quem era, afinal, diferente dela. Então ela, também, não poderia ter tido o mesmo destino? O mesmo amor triste? O mesmo vírus que matou Florbela?

O tanque parou de bater, ficaria por um tempo parado, as roupas de molho, a sujeira se desapegando do pano. Deveria de ser assim também com Solange: ela ficaria de molho, afastada uns dias com a licença, tudo aquilo iria se desapegando dela, e quem sabe ela seria aquela menina de novo, sorrindo para Florbela na entrada da escola.

***

No início de sua carreira como agente prisional, Solange se depara com algumas questões que envolvem identificação e diferenciação com as presas. O conto acima toca em alguns pontos que estiveram bastantes presentes na narrativa de Solange ao tratar sobre o início de sua carreira: a chegada do vírus da AIDS no sistema prisional, o pânico espalhado devido à falta de conhecimento sobre as formas de transmissão da doença, tentativas institucionais de diferenciação e afastamento entre guardas e presas e identificação de Solange em relação à sua história de vida – origem, lugar de habitação – a de tantas presas com as quais convivia.

Quando Solange se volta para os primeiros anos de profissão, identifica os sinais que a acompanhariam no decorrer de sua carreira: às vezes de forma discreta, noutras como uma crise violenta, Solange resiste aos apelos de diferenciação realizados pelo próprio sistema prisional sobre os guardas em relação às pessoas presas. A pergunta que Solange se faz quando reflete sobre suas atividades volta-se para aquilo que a faz diferente das presas que precisa vigiar. No que elas seriam diferentes? Solange sabe que também teve infância pobre, também cresceu e ainda vive na periferia. É como se o destino tivesse sido apenas irônico e hoje algumas mulheres estão do "lado de lá" das grades[26], presas, enquanto outras, como Solange, estão do "lado de cá", com o poder de trancar as chaves em suas mãos. Se é assim, se tudo não passa de uma fatalidade, por que tratar as presas com violência ou desrespeito? Por que ser durona e não amável ou gentil?

Com o passar do tempo, contudo, Solange vai aprendendo as regras do cárcere, não apenas aquelas que organizam as relações entre os presos e as presas entre si – já trabalhadas em diversas pesquisas acadêmicas[27] – mas também aquelas que organizam as relações institucionais entre guardas e presas. O aprendizado dos guardas se dá de forma prática (o que será trabalhado mais a fundo no capítulo seguinte) e Castro e Silva (2008) já chamava atenção

[26] A diferenciação entre guardas e presas a partir do lado que cada uma ocupa entre as grades, "estar do lado lá" e "estar do lado de cá", é algo bastante presente tanto na fala de Solange quanto nos discursos de outras agentes prisionais ouvidas para esta pesquisa. É possível perceber que essa é uma diferenciação presente no campo de atuação dos agentes prisionais, que cria identidades e pauta relações. O "lado de lá" – lado dos presos – é marcado também como aquele que possui um número de matrícula, o que faz que os dois lados sejam bem demarcados, bem diferenciados, e são as relações entre tais lados – a proximidade entre eles – que vai definir a identidade do guarda. Essas questões serão tratadas no decorrer deste capítulo, retornarei a elas também na conclusão.

[27] Atualmente é possível encontrar uma gama de pesquisas que discutem a especificidade das relações existentes entre presos e presas em um esforço voltado para as lógicas que organizam tais relações. Para tanto, ver Biondi (2009), Marques (2009) e Padovani (2010).

para este aspecto da profissão em sua pesquisa realizada junto a agentes prisionais do Rio de Janeiro. No entanto, a trajetória de Solange aponta para um aprendizado que informa não apenas as regras que devem ser cumpridas – as normas presentes no papel e que são bastante trabalhadas na fala de Leonor, personagem do próximo capítulo – mas principalmente uma postura que deve ser tomada para garantir a diferenciação entre guardas e presas. Tal aprendizagem prática seria, de acordo com a narrativa de Solange, uma experiência que molda o olhar que a guarda deve voltar para a presa.

Essa aprendizagem volta-se para a construção da identidade das guardas enquanto guardas: ao afirmarem o que as presas são – aquelas que estão do "lado de lá", com um número de matrícula – desenha-se, por oposição, o que as guardas devem ser – aquelas que estão do "lado de cá", representando a ordem e o poder, sendo "polícia" e não "bandidas", diferentes em tudo das presas. Por se tratar de grupos próximos e em constante relação, as afirmações acerca de um ou outro grupo – o que significa ser presa e o que significa ser guarda – remete a um jogo constante em que as identidades vão sendo construídas por meio de afirmações e oposições (GOFFMAN, 1999). De acordo com as palavras de Solange, "o tempo todo você tem que se afirmar diferente, porque a todo o momento a cobrança em cima da postura do guarda é se comparar, é comparar ele com o preso. E uma guarda ser comparada com a presa é a pior ofensa".

Estas disputas acerca das identidades acompanham toda a trajetória profissional de Solange, assumindo, em alguns momentos, características bastante dramáticas. A primeira delas se dá quando a AIDS chega ao sistema penitenciário e dizima parte da população encarcerada. Neste momento é criado um discurso de pânico em que o preso e a presa são associados diretamente aos grupos de risco, portanto, para se proteger da contaminação é preciso, antes, se proteger dos presos e presas, já que eles passam a representar a própria doença. Nesse sentido, as disputas de identidades apontam para uma diferenciação extrema entre agentes prisionais e pessoas presas, sendo preciso, então, que todo contato entre esses dois grupos seja mediado – por luvas, vidros etc[28].

[28] Segundo Rozman (1995), estudos realizados com amostras populacionais de presídios paulistas apontam para uma incidência de 12,5% de infectados pelo HIV em 1987, sendo que numa nova pesquisa, realizada em 1992, tal índice chega a 18%. Apesar de não me aprofundar aqui nas questões que envolveram a chegada do vírus HIV no sistema penitenciário e nas suas consequências para a saúde da população encarcerada, é importante notar o quanto a crise resultante da chegada do vírus aponta para a possibilidade de uma contaminação moral com fortes consequências para as disputas que envolvem as construções de identidades. Para uma análise mais

O esforço institucional, como aponta a fala de Solange, volta-se para o fortalecimento das identidades que estão em jogo no cárcere: no ápice das mortes devidas ao HIV, especialistas são chamados para orientarem as guardas quanto aos procedimentos específicos a fim de evitar a contaminação, como foi trabalhado no conto acima. Como o desenvolvimento da doença e as formas de contaminação não eram muito claros nem para a própria medicina, o melhor era se proteger das pessoas que poderiam oferecer riscos. Qualquer contato poderia transmitir a doença. Na dúvida, era melhor se proteger.

De acordo com os relatos de Solange, as relações dentro da Penitenciária Feminina da Capital – onde trabalhou nos seus primeiros anos de carreira – antes próximas entre guardas e presas, tornaram-se mais distantes, o que não mudou mesmo depois da crise passada, com o avanço das descobertas da medicina quanto ao HIV. As relações já haviam sido marcadas pelo distanciamento e necessidade de diferenciação entre guardas e presas. A instituição prisional parece ter se aproveitado de um evento específico – a chegada do vírus da AIDS nos presídios – para reforçar o ideal institucional de diferenciação e separação entre guardas e presas.

Os efeitos dessa diferenciação não eram, no entanto, apenas negativos – tendo como consequência um afastamento radical entre guardas e presas[29] – mas criavam também aproximações: as presas se apresentavam para as guardas, muitas vezes, como objeto de curiosidade, já que haviam experimentado um tipo de ruptura com as regras morais as quais as guardas, por representarem uma instituição de ordem, estavam firmemente ligadas.

Solange fala de um certo tipo de "liberdade" experimentada pelas presas a que as guardas não tinham acesso. Tal liberdade liga-se à possibilidade da transgressão e da ausência de uma autoridade moral válida sobre as presas:

> "Mas aí eu penso que aquelas mulheres, elas já estavam fora, então, de todo o contexto de repressão. Embora estando reprimidas, no universo feminino elas estavam fora da repressão, porque elas se tornavam lésbicas ou não. Eu acho que a mulher tem uma moral aí que ela deve para a sociedade, a gente deve uma satisfação, e a presa já não deve mais nada pra ninguém".

---

aprofundada sobre a presença do vírus HIV na população carcerária do estado de São Paulo, ver Rozman, 1995.

[29] Trata-se aqui de um afastamento moral marcado pelo distanciamento e diferenciação radical entre os grupos, já que, espacialmente, tais grupos encontravam-se em contato muito próximo.

O comportamento das guardas deve ser diferente das presas também em sua postura moral. Tanto na fala de Solange como nas das demais guardas entrevistadas foi possível perceber a força da palavra "decente". Em várias conversas, durante o trabalho de campo, ouvi pessoas sendo definidas como decentes: uma guarda decente, um diretor ou diretora decente, um jornalista muito decente. Não se ouve, no entanto, a palavra que seria o contrário de decente. Indecente não é um termo utilizado pelas guardas com quem trabalhei, sendo que o contrário de decente pode ser muitas coisas: o guarda que negocia com presos, e por isso se torna "suja"; o diretor ou diretora que cede aos apelos do PCC (Primeiro Comando da Capital)[30] e que, com isso, prejudica a carreira do agente prisional; ou simplesmente ser a "bandida", aquela que está do "lado de lá" das grades.

O que se percebe é que a guarda deve ser "decente", e tal conceito não se volta para uma postura determinada ou definida, em que certas atitudes são encorajadas enquanto outras são proibidas: ser "decente" é ocupar um lugar diferente daquele ocupado pela presa, sendo diferente dela, comportando-se de modo diferente. Em relação às guardas, a cobrança por essa postura "decente" também aponta para uma adequação do par sexo e gênero: de acordo com Solange, uma guarda pode ser homossexual, mas não pode ser "sapatão"[31], já que tem que manter as suas orientações sexuais resguardadas – são as presas que escancaram esses comportamentos.

Neste sentido, Solange estabelece uma possibilidade de ruptura da unidade do gênero enquanto experiência, em que gênero, sexo, desejo e prática sexual definem-se mutuamente, criando uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003). Ao afirmar que uma guarda pode ser homossexual, mas não pode, no entanto, ser "sapatão", Solange aponta para uma realidade em que tanto guardas quanto presas criam possibilidades frente a tal unidade, sendo que sexo e gênero não definiriam o desejo e as práticas sexuais. No entanto, apenas as presas, de acordo com a fala de Solange, seriam capazes de romper com as identidades de gênero

[30] O Primeiro Comando da Capital é um coletivo de presos criado na década de 1990 e que atua em grande parte dos presídios paulistas. Estudos apontam que sua criação se deu com o intuito de melhorar a vida dos presos no convívio dos pavilhões nos presídios do estado. Sua atuação, no entanto, é fonte de diversas controvérsias tanto nas discussões acadêmicas quanto nas instituições do Estado. Ver Salla (2006), Biondi (2009), Marques (2009) Biondi e Marques (2010). Voltarei ao PCC mais a frente, quando a presença de tal coletivo é apontada por Solange como algo que modifica a dinâmica prisional a partir do ponto de vista das guardas.

[31] Padovani (2011), ao tomar como objeto de pesquisa as relações homoafetivas dentro de prisões femininas, aponta que o termo "sapatão" é ressignificado dentro do cárcere a partir de uma oposição à forma como ele é, normalmente, utilizado nas delegacias e instâncias legais. Em tais contextos, toda detenta lésbica é identificada como "sapatão". Dentro dos presídios, no entanto, as presas relacionam o termo "às homossexuais que corporificam atributos socialmente vinculados ao *masculino*" (PADOVANI, 2011, p.200, grifos no original).

criadas a partir da relação entre sexo e gênero, apenas elas poderiam assumir outra performance de gênero, que não a feminina.

Apesar da relevância da questão apontada por Solange – ao afirmar que presas e guardas têm a possibilidade de vivenciar práticas sexuais parecidas sem que seja permitido às primeiras desafiar o padrão normativo de performance de gênero – é importante destacar que as mesmas questões são vivenciadas de forma singular pelas detentas. Dizer que as presas realizam tal ruptura – entre gênero e performance de gênero – aponta, antes, para uma disputa de constituição de sujeito dentro do cárcere do que para realidade prisional. Padovani (2011), em sua pesquisa sobre as relações homoafetivas em presídios femininos, reconhece construções diversas da sexualidade e dos discursos sexuais entre mulheres em presídios femininos, sendo que a normatividade também aparece, entre elas, como um fator ordenador ao mesmo tempo de enorme tensão.

A diferenciação entre presas e guardas aparece, na fala de Solange, como um fator de repressão sobre as guardas, enquanto as presas, ironicamente, estariam "livres" para vivenciarem o tipo de sexualidade que desejassem: "Embora estando reprimidas, no universo feminino elas estavam fora da repressão, porque elas se tornavam lésbicas ou não". A possibilidade das presas em escolher o direcionamento do desejo e a performance do gênero aparece como mais um marcador de diferenças, mesmo que essa "possibilidade" não seja, de fato, algo vivenciado sem tensões cotidianas.

O desconforto de Solange frente à "liberdade" das presas indica a presença de um discurso institucional em que as guardas devem se ver diferentes das presas porque estas, ao "escaparem" da heterossexualidade compulsória, deixariam de ser reconhecidas pela sociedade enquanto "mulheres", o que garante, assim, a diferença radical entre guardas – possíveis "mulheres" – e presas – "não mulheres" e também "não sujeitos" (BUTLER, 2003).

Esta disputa acerca das identidades, quando o outro é colocado o tempo todo sob intensa avaliação (GOFFMAN, 1999), torna-se, muitas vezes, um jogo perigoso. A extrema proximidade entre os dois grupos – guardas e presas – faz com que as trocas entre elas sejam constantes, e muitas vezes, apesar dos esforços de diferenciação, os grupos se tornam parecidos em alguns momentos.

Depois dos primeiros anos na profissão, Solange percebe que foi "engolida" pelo sistema, o que aponta para uma etapa de socialização em que o discurso institucional que procura diferenciar guardas e presas foi concluído em sua trajetória. A partir deste momento, Solange começa então a se diferenciar de outro grupo: as mulheres que não trabalham no sistema prisional.

"Que mulher eu sou?": quando as referências de Solange começam a mudar

A partir da experiência no cárcere, com um contato cotidiano com as presas, Solange começa a se perceber diferente de outras mulheres: aquelas que não conhecem a prisão. Tais mulheres – que nunca entraram num presídio – começam a ser vistas como "frescas", sem muita experiência na vida: elas são, para Solange, aquelas que "não sabem o que é viver". E esse viver, segundo Solange, é um dia a dia marcado pela aventura, pelo risco, pela proximidade da violência. A realidade vivida no presídio parece se tornar muito mais interessante e atraente e, mesmo fora do cárcere, são as situações de risco e violência que passam a ser valorizadas por Solange. É nesse período – antes de completar dez anos de profissão – que Solange se separa do primeiro marido e passa a valorizar sua independência. Independência financeira, independência nas decisões, independência sexual.

A socialização vivenciada pelos agentes prisionais foi apontada por Chies (2001) como um processo de prisionalização de tais profissionais, sendo possível perceber nesses atores muitos das características percebidas nos prisioneiros depois de certo tempo reclusos. Para este autor, os agentes prisionais, por passarem muito tempo da sua rotina também enclausurados, desenvolvem certos sintomas, como síndrome do pânico, síndrome do emparedamento, desconfiança exagerada de todas as pessoas ao redor, agressividade etc.

A experiência relatada por Solange aponta, no entanto, para outras consequências vivenciadas pelos agentes prisionais a partir da socialização profissional que experimentam no cárcere, diversas daquelas apontadas por Chies. Para além do desenvolvimento de algumas doenças, a experiência de Solange revela que o seu olhar sobre o mundo passa a ser um olhar proveniente do cárcere, que funciona a partir da lógica que é própria do sistema prisional. Nesse sentido, outros autores, como Douglas (1976) e Turner (1974) indicam caminhos interessantes para a análise.

A noção de contágio e perigo, desenvolvida por Douglas (1976), demonstra como uma experiência na qual indivíduos que se encontram nas fronteiras entre dois sistemas classificatórios distintos é vivenciada como uma situação de perigo, já que somatizam em sua experiência princípios antagônicos entre si.

Quando Solange se vê "engolida pelo sistema", fazendo uma alusão à socialização sofrida nos primeiros anos de trabalho, ela avalia que virou um "bicho mesmo". Esse movimento de incorporação do sistema prisional e da lógica da instituição – com sua violência, suas regras próprias, suas formas de avaliação da conduta das pessoas (um olhar treinado sobre o outro) – é algo que aponta para o perigo, de um lado, e para a coragem, de outro. A "verdadeira experiência de vida", para Solange, era enfrentar situações de risco, e agora, no momento da pesquisa, depois de tantos anos passados, ela avalia: "eu acho que quando a gente perde o medo das coisas é mais perigoso".

Neste período Solange compra uma arma – já que começa a ter receio de andar desarmada pela rua – adquire uma moto e tem suas primeiras experiências com o uso de drogas, assim como começa a se relacionar amorosamente com pessoas que, de alguma forma, também trabalham em instituições de controle.

É possível perceber que essa imagem desenhada por Solange – de ser engolida pelo sistema – não aponta apenas para as relações que ela tinha dentro do cárcere – sua forma de olhar para as presas e se relacionar com elas – mas também para a postura que naquele momento passa a manter fora do presídio, em suas relações cotidianas com pessoas que não estavam diretamente envolvidas com o seu universo profissional. Nesse caso, é possível dizer que "ser engolida pelo sistema" é trazer a lógica que orienta as relações prisionais para as relações que se dão para além dos muros do cárcere.

Esse movimento que faz que Solange se reconheça como alguém que incorporou a lógica prisional – e as implicações de tal lógica para as relações pessoais – aponta para uma gama de interações sociais em que a experiência pessoal é valorizada em detrimento daquelas das demais pessoas. Solange não se vê mais parecida com as presas – já que elas são as pessoas que erraram e por isso devem ser custodiadas – e também não se identifica com as outras mulheres que não conhecem o sistema – essas, para Solange, são "frescas". Começa a se delinear aí uma experiência singular, construída a partir da interligação entre dois universos que se mantêm separados um do outro: a presa não tem acesso à experiência das mulheres

“frescas”, por sua vez, tais mulheres não têm acesso às experiências vividas pelas presas. Solange encontra-se nesse lugar perigoso de transição entre os dois mundos. Lugar de perigo e de poder.

As experiências que Solange vivenciou a partir do uso de drogas indicam um lugar perigoso de fronteira entre os dois universos que ela ocupava: certas mulheres que Solange vigiava estavam ali, presas, devido ao uso ou tráfico de drogas. Ela também fazia uso desses entorpecentes, no entanto, por representar o sistema prisional, por estar “do lado de cá”, ela avalia a sua experiência como diferente daquelas das presas: para Solange, ela podia fazer uso de tais entorpecentes, já que ela estava no “controle”. O problema das presas, então, é que elas usavam tais substâncias sem estar no “controle”, não sendo respaldadas por um sistema forte, como era o caso de Solange.

Como deveria, no entanto, ser a postura de Solange ao fazer uma blitz nas celas e perceber a presença de drogas? Ela poderia castigar a presa pelo uso de uma substância que ela também usava? Se não castigasse, como ficaria a sua reputação de guarda diante do coletivo de presas? Ela poderia correr o risco de perder a autoridade?

Nesse momento, a narrativa de Solange aponta para uma ruptura: a solução encontrada para os momentos em que ela apreendia maconha nas celas das presas era pedir para que elas comessem a droga. Assim ela não precisaria fazer um comunicado de evento – registrando a infração da presa e prejudicando o andamento da sua pena – ao mesmo tempo em que não perdia a autoridade frente aquele ato de indisciplina[32]. No final da sua explicação, Solange completa: “hoje isso parece surreal, você já imaginou pedir para alguém comer um cigarro de maconha? É surreal!”.

A partir deste evento começa a se desenhar, na narrativa de Solange, a apropriação das regras institucionais de forma a valorizar a sua autonomia frente à prática prisional. Mesmo que tal evento se coloque para ela como algo descolado de seus valores morais – Solange não se vangloria do poder que detinha para fazer que uma presa obedecesse a uma ordem avaliada

[32] Apesar da explicação oferecida por Solange para a ordem dada – obrigar a presa a comer o cigarro de maconha – apontar para uma experiência pessoal em que ela, como guarda e usuária de entorpecentes, não se sentia à vontade para realizar um comunicado de ofício e assim prejudicar o andamento da pena da presa, é possível encontrar explicações diversas para a mesma prática – que parece ser comum na relação entre guardas e detentos. Castro e Silva (2008) analisa os mesmos procedimentos em um presídio fluminense e aponta, a partir dos dados coletados, formas específicas de negociação entre guardas e presos a partir de uma lógica que valoriza as consequências imediatas de uma punição pautada na violência em detrimento de consequências a longo prazo, como é o caso das punições administrativas.

como esdrúxula – é a capacidade de fazer escolhas frente a uma realidade que não foi predeterminada pela instituição o que marca o poder da guarda prisional. Voltarei a esta questão no capítulo 5, em que tanto a trajetória de Solange como a de Leonor serão avaliadas a partir desta lógica de apropriação das regras institucionais.

Quando o jogo de identidades parece se tornar perigoso – num movimento constante de diferenciação e aproximação entre guardas e presas – Solange vivencia uma crise: não pensa mais em abandonar a profissão como aconteceu tantas vezes, mas muda a sua postura frente às diferenciações que faz entre si e os grupos com quem mantém contato. Ela fuma maconha pela última vez em sua casa quando perde um pouco a consciência e enxerga as grades das janelas de seu apartamento como grades de uma prisão. Depois desse momento marcado por tensões, em que Solange se vê igual às presas, ela nunca mais faz uso de nenhum tipo de droga: o olhar que Solange volta para as pessoas presas muda.

***

DOMINGO DE MANHÃ

Ao se voltar para a mesa da cozinha, depois de ter pego a garrafa d'água na geladeira, Antônio percebeu que Solange descascava a laranja com as mãos. Ele sorriu e gentilmente entregou a ela a faca para que terminasse seu trabalho. Em meio aos olhares encontrados, ela sussurrou um fraco obrigada, meu amor. Antônio bem sabia de onde vinha aquele costume, e nunca perguntou nada, nunca disse nada. Nas noites em que trabalhava no presídio, Solange aprendeu a se virar com pouco, e descascar laranja com as mãos foi um dos vícios que trouxe para dentro de casa.

Naquela noite, Antônio dormira sozinho, a mulher trabalhando num lugar que ele não conhece, que quase nada sabe, que quase nunca pergunta. Era final de semana, ela havia chegado ha pouco do plantão noturno, e ele olhava para ela com uma ternura dominical. O que ele sabia é que ela passara a última noite, assim como as noites dos últimos 10 anos, vigiando pessoas presas. O que ele sabia é que de noite ela tinha medo de assombração. O que ele sabia é que ela o amava exatamente porque ele não sabia quase nada, ele não perguntava quase nada.

Quando conheceu Solange, Antônio já conhecia o seu histórico: era divorciada, tinha um filho pequeno – o primeiro marido não aceitava a profissão da mulher. Talvez por isso Solange fizesse questão de dizer a todos quanto ousassem se aproximar que ela não era mulher fraca não, que não tinha medo de faca, revólver ou bandido, que era capaz de entrar em viela ou furacão. Antônio já sabia de tudo. Quando viu Solange pela primeira vez, olhou para ela e viu algo mais que muros e grades de prisão. Não que ela não fosse forte, mas o jeito altivo que ela trazia lhe dava uma graça que ele ainda não conhecia. Antônio não precisou perguntar nada.

E não perguntou até hoje. Nunca falaram de assunto de cadeia dentro de casa. Antônio ficava sabendo das notícias e novidades do trabalho de Solange pelo jornal, pela internet. Ele se inteirava por meio dos amigos e amigas dela, de seus parentes, que trabalhavam todos no sistema prisional. E a cada vez que ele gentilmente oferecia a ela a faca para que ela deixasse de lado o hábito de descascar a laranja com as mãos, Solange voltava a ele um olhar doce, agradecido, por ele sempre ter olhado para ela como uma mulher sem marcas de força, violência, medo ou prisão.

***

O conto acima retrata uma cena familiar cotidiana, em que Solange e o marido, Antônio, se encontram na mesa da cozinha depois de um plantão noturno. O marido, um dos poucos integrantes da família que não trabalha no sistema prisional, se mantém alheio às questões relacionadas ao cárcere, recusando-se a conversar sobre tais assuntos no ambiente familiar. A narrativa de Solange não aponta tal postura como uma fraqueza do marido, nem como um problema. Para ela, o importante é que ele foi capaz de perceber nela algo para além daquilo que ela mesma enxergava em si: o "bicho" no qual havia se transformado a partir dos anos como agente prisional.

Antônio foi o segundo marido de Solange, e a relação construída por eles também se apresenta como uma ruptura em sua trajetória. Acostumada a ser reconhecida como mulher forte e corajosa, colada, de alguma maneira, ao sistema prisional, ela se apaixona por um homem que não se interessa em nada pelo que acontece dentro do presídio. Nesse momento ela percebe que pode ser mais que simples histórias sobre presas; brigas; drogas; fugas ou

tiroteios. Ela, que se percebia “engolida pelo sistema,” passa, então a se sentir resgatada pelo olhar deste homem que não quer saber das suas histórias de prisão.

No entanto, a prisão vem visitar a sua casa. Não apenas nos vícios adquiridos no dia a dia do presídio, como foi trabalhado no conto acima, mas também nas conversas entre os parentes – quase todos envolvidos com o sistema prisional.

Nesse sentido, o marido – trabalhador no setor de vendas – aparece, por um lado, como um expectador, ao mesmo tempo em que na sua relação com Solange garante a ela uma vida distante da lógica do presídio: longe das laranjas descascadas com a mão, longe das noites em que ela precisa dormir com coturno e ser acordada de um susto a qualquer momento, longe da necessidade de aventuras e riscos. O marido, para Solange, é aquele que garante que ela faça parte da sociedade livre, daqueles que não se aproximam do presídio, por nenhum dos dois lados. É ele quem garante que ela saia daquela margem perigosa – lugar onde o presídio e a sociedade livre se confundem.

Ao se recusar a perguntar para Solange como é o cotidiano dentro do cárcere, o marido permite que ela retome uma experiência voltada para a reafirmação das fronteiras entre a prisão e a sociedade mais ampla, e nesse sentido, garante que o sistema classificatório seja mantido – dividindo o cárcere do resto da sociedade – restaurando, assim, a experiência social de Solange (DOUGLAS, 1976).

É significativo o fato de Solange se apaixonar por esse homem, um personagem alheio àquilo que ela valorizava em si, alheio aos territórios onde ela exercitava o risco e a força. Antônio, aos moldes do conceito de Douglas (1976), surge assim como aquele que restaura a experiência social de Solange ao permitir que ela reafirme a separação entre os dois universos, garantindo a consistência dos sistemas classificatórios que ordenam socialmente a separação entre o cárcere e a sociedade mais ampla.

Tornando-se parente de preso, ou quando as drogas mudaram a vida de toda a família

Na família de Solange quase todos os irmãos trabalhavam em instituições de controle. Seu irmão mais velho também era agente penitenciário, uma irmã era escrivã de polícia, um primo, PM, outro, também agente prisional. O uso de entorpecentes parecia ser algo comum entre eles, mas foi o irmão mais novo, que não trabalhava no sistema prisional, quem foi preso devido ao seu envolvimento com as drogas.

A história parece banal: para satisfazer o vício, o irmão, que era casado e tinha três filhos, roubou uma televisão das Casas Bahia. Não chegou a cumprir pena de prisão, ficando em liberdade condicional. Ainda usuário de crack, pegou um táxi e assaltou o motorista, exigindo dele que lhe desse R$10. Isso aconteceu por volta das 19h, os policiais que fizeram o atendimento do caso sabiam que ele estava em condicional e mantiveram-no na viatura até às 22h. Com isso, Pedro foi preso por infringir a condicional. Julgado e condenado, foi encaminhado para a Casa de Detenção[33].

***

A FACA E O PUDIM

Havia duas pessoas na fila à frente de Solange. Ainda dava tempo de desistir. Já ali, tão pertinho da guarda, ela sentia calafrios ao pensar que seria revistada antes de entrar no presídio para visitar o irmão. Tudo era tão recente, tão novo, o jeito como o irmão tinha sido preso, a ideia fixa de que tinham armado para cima dele, afinal, a condicional dizia que ele não deveria passar das 22 horas, e os caras enrolaram com ele, no carro, andando por aí, por qualquer lugar, até as vinte duas e trinta. Armaram pra ele. Agora só faltava uma pessoa. O calafrio aumentava. Se fosse embora, não poderia conversar com o irmão, saber se estava bem, saber como estava lidando com a abstinência. Não poderia entregar para ele as roupas limpas que trouxe, sabia que ele andava em farrapos, sabia bem como estaria sofrendo naqueles primeiros dias de cadeia.

Agora não faltava mais ninguém, ela era a próxima. A guarda que estava na entrada se adiantou, dizendo a ela para ir tirando a roupa. Ela bem sabia que deveria tirar a roupa, sabia, aliás, o ritual completo: tirar toda a roupa, colocar no caixote, a guarda apalparia tudo, ela

[33] Solange avalia a prisão do irmão como sendo uma armação dos policiais. No entanto, faltam elementos, em sua narrativa, para avaliar corretamente o ocorrido. Por um lado, o fato de os policiais terem "enrolado" e, com isso, avançado o horário da condicional pode ser avaliado como uma maneira de prejudicá-lo, já que faria que fosse preso por infringir a condicional. Por outro, as consequências legais de uma infração do horário da condicional são mais brandas que um assalto à mão armada nas mesmas condições. Se por um lado Solange avalia que os policiais "armaram" para o seu irmão, por outro, pode-se indagar se o que ocorreu não foi exatamente o contrário: os policiais poderiam ter protegido o irmão de Solange, possibilitando a ele uma pena menor – por uma infração menos grave – exatamente por ele ser parte de uma família em que muitos são agentes prisionais e policiais.

entraria em um quartinho, completamente nua, agacharia três vezes em cima de um espelho, a guarda olharia para ela com um olhar de quem a culpa simplesmente por ela estar ali. Parente de preso só pode ser gente ruim. Ela bem sabia. Por tantas e tantas vezes na vida passara seus domingos na revista, apalpando roupas, olhando para mulheres que vinham ali visitar o marido, o filho, o neto, oferecendo a elas um olhar hostil de quem desconfia, simplesmente.

Era a sua vez. Ela poderia dizer logo que também era guarda, que não precisava daquilo, que conhecia o diretor e poderia entrar direto na cela do irmão. Teve medo. Se soubessem que o irmão tinha quase toda a família trabalhando do lado de cá do sistema prisional certamente acabaria com ele. O irmão estava frágil, enfraquecido pelo crack, doente, faminto. Era preciso entrar e entregar a ele o pudim feito na véspera, era preciso oferecer a ele roupas limpas; sabonete; carinho, companhia.

Foi pensando no irmão que Solange agachou três vezes, tentando ignorar o espelho que lhe incriminava. A cada vez que agachava, Solange segurava o choro. Quando achava que aquilo havia acabado, Solange havia se esquecido de que deveria ainda abrir a sacola e mostrar tudo o que havia trazido. A mesma faca que cortou o sabonete furou por completo o seu pudim. Ela o havia feito com cuidado milimétrico – não é fácil atingir aquele ponto, sem deixar o doce endurecido por completo. Cada furo no pudim era sentido como uma picada em sua pele.

Ao entrar, Solange encontrou o irmão esquelético, enfraquecido, e apesar da tristeza de vê-lo assim ela ainda sentia em sua própria pele, como uma lembrança, os furos no pudim. Sabia que se não fizesse algo por ele, se não o tirasse dali, teria de enfrentar, semanalmente, aquele horror da revista. As coisas não poderiam continuar assim.

Na semana seguinte, Solange foi escalada para o plantão de revista no presídio onde trabalhava. A lembrança do pudim ainda a comichar a sua pele. Aquela cena voltando a cada minuto enquanto olhava para o espelho que revelava a culpa de cada pessoa que vinha visitar os parentes naquela prisão. No momento em que sua colega usou a mesma faca com que tinha cortado o sabonete para cortar um bolo pullman de uma visita qualquer, Solange sentiu que algo havia rompido dentro dela. Quando deu por si, ralhava com a moça, dizendo que não era justo agir assim. A colega, sem entender o motivo pelo qual Solange passara a defender aquelas pessoas, voltou-se para ela com o chavão de sempre, separando os guardas daqueles que eles vigiam: "Por que eu tenho que tratá-los bem? Eu não tenho parente preso!".

Foi nesse momento que Solange percebeu, com uma clareza perturbadora, que não se encaixava mais naquela classificação, que a partir de agora ela estaria sempre deslocada, fosse na prisão onde trabalhava, fosse na prisão onde visitaria semanalmente o irmão.

***

No momento em que o irmão mais novo de Solange é preso outra categoria de pessoas entra para o jogo de disputa de identidades: o familiar de preso. Diferentes das pessoas que nunca se relacionaram com o sistema prisional, os familiares, apesar de gozarem de liberdade, são olhados com desconfiança pelos guardas, já que fazem parte daquela parcela da população que está envolvida, de alguma maneira, com a criminalidade e, principalmente, porque se relacionam com o sistema penitenciário a partir do "lado de lá", ou seja, a partir do lado do preso. Ser parente de preso é estar sob suspeita[34].

Solange assume, então, uma posição ambígua: é guarda e também parente de preso. Mais uma vez ela se coloca numa margem, uma brecha perigosa, uma posição que liga dois grupos antagônicos. A partir do conto acima é possível perceber as barreiras que precisaram ser transpostas para que Solange fosse visitar o irmão, vivenciando os desafios de se tornar parente de preso, o que pode ser percebido não apenas no momento da primeira visita – em que Solange precisou ser revistada, sofrendo ela mesma o tratamento que geralmente dispensava aos familiares de presos – mas principalmente na postura que assume posteriormente enquanto guarda que se recusa a desprezar tais familiares.

O chavão usado pelas guardas para justificarem o mau tratamento dispensado a familiares de presos – "eu não tenho parente preso" – reafirma a distância entre o grupo de guardas e o outro, onde se encontram as pessoas presas e também os seus familiares. A desconfiança em relação a tais pessoas aponta para o olhar que a instituição prisional volta para o preso e para tudo o que se liga a ele, reafirmando os ensinamentos institucionais dos primeiros anos da profissão de guarda. Mesmo que um indivíduo nunca tenha tido problemas com a justiça, se

[34] Buoro (1998), em pesquisa realizada sobre os familiares de presos, aponta para as dificuldades vivenciadas por esse grupo que é percebido como aquele que se coloca entre os "homens do crime" e os "homens de bem".

há na família dele algum preso, e se esse indivíduo se dispõe a ir visitá-lo, ele é percebido como parte daquela parcela da população passível de um dia vir a sofrer pena de prisão[35].

Segundo Buoro (1998), a partir do momento em que um parente se dispõe a visitar um preso ele assume, frente ao sistema de justiça criminal, uma identidade de parente de preso. Para realizar qualquer tipo de visita, não basta apenas se dirigir ao presídio nos finais de semana, é preciso, antes, fazer um cadastro, obter autorização, receber instruções quanto ao que é permitido ou proibido. O parente de preso passa, então, a ser reconhecido como tal pelo sistema de justiça criminal.

É evidente que nem todos os parentes de um preso se dispõem a isso. Quando os guardas usam uma fala que provoca um distanciamento entre eles e o preso – "eu não tenho parente preso" – muitos dos agentes prisionais escondem fatos e acontecimentos na família que de alguma forma já o ligaram ao sistema prisional a partir do lado do preso. No entanto, ao se recusar a ser reconhecido como parente de preso – recusando-se, muitas vezes, a visitar algum parente na prisão – o guarda que usa tal discurso reafirma uma identidade marcada pela diferenciação completa frente aos detentos.

Solange, ao contrário, enfrentou a fila das visitas, assumindo esse novo papel, essa nova identidade de parente de preso. Para tanto, se submeteu à revista – já considerada popularmente como revista vexatória – e se recusou, a princípio, a utilizar as prerrogativas que teria por ser uma guarda, como foi visto no conto acima. Se Solange assumisse, logo de início, sua identidade de guarda, ela poderia visitar o irmão durante os dias da semana – e não juntamente com todos os demais parentes dos detentos – no entanto, sua preocupação voltava-se para a segurança dele dentro do cárcere, que certamente sofreria ameaças quando o coletivo de presos descobrisse que quase toda a sua família trabalhava como agente prisional ou como policial.

Apesar do desconforto inicial, Solange assume a identidade de familiar de preso e passa a visitar semanalmente o irmão. Aos poucos ela vai se sentindo à vontade neste novo papel e não esconde mais a identidade de guarda no presídio onde o irmão se encontra preso. Durante

[35] Foucault (1997) nos chama atenção para a forma como as instituições disciplinares criam a delinquência a partir de um recorte muito específico de uma parcela da população sempre passível de ser apenada. As instituições disciplinares, assim, não agiriam no sentido de conter a delinquência, mas, ao contrário, produziriam essa delinquência ao ordenar a vida social a partir de um recorte que fragiliza e pune preferencialmente grupos com características específicas.

os quatro anos que visitou o irmão cotidianamente, Solange transitou por tal presídio de uma forma diferente daquela que estava acostumada: enquanto visitava o irmão, o pavilhão marcava seus limites, diferentemente dos momentos em que atuava como guarda, quando tinha a liberdade de transitar por todo o presídio onde trabalhava[36]. Apesar de saber e conhecer, de certa forma, toda a estrutura do presídio onde o irmão estava preso, Solange ficava, ali, confinada ao pavilhão dos presos, seu trânsito era assim limitado pela sua condição de parente de preso.

Ao assumir a identidade de guarda no presídio onde o irmão se encontrava preso, algumas coisas mudam, mas não no sentido esperado: por um lado ela passa a ter acesso direto ao diretor e por isso consegue algumas regalias para o irmão, por outro, é ainda mais discriminada pelas guardas do presídio, que reforçam toda a vigilância sobre ela no momento da revista: ao assumir a identidade de parente de preso é como se Solange expusesse todas as guardas a uma fissão em sua identidade – identidade marcada pela diferença radical entre guardas e presos. Com isso, as guardas do presídio do irmão se mostravam ainda mais duras com ela que com os demais familiares de presos.

Os estudos de Turner (1974) sobre os rituais de passagem e os estágios liminares assumidos pelos indivíduos em tais momentos, assim como as análises de Mary Douglas (1976) sobre os sistemas de classificação e as maneiras pelas quais as sociedades se protegem do perigo de contágio trazido por aquilo que escapa a tais classificações, mostram-se como caminhos possíveis de análise para compreender a posição ocupada por Solange, quando assume para si a identidade de parente de preso enquanto também atua profissionalmente como guarda. Quero aqui chamar atenção para o aspecto de poder e perigo que marca a experiência de sujeitos que assumem papeis liminares, nos termos de Turner, ou, para Douglas, sujeitos que se colocam entre dois sistemas de classificação diferentes.

A experiência liminar trabalhada por Turner volta-se para um estágio da vida em que certos indivíduos são colocados à parte da vida social como forma de prepará-los para assumir,

[36] Os fatos narrados por Solange ocorreram na década de 1990, enquanto o PCC ainda não detinha o controle da dinâmica prisional em diversos presídios paulistas. Nesta época, diferente do que acontece hoje, os guardas desfrutavam de livre trânsito nos pavilhões onde se encontravam as celas dos presos. As informações que hoje são divulgadas por agentes prisionais em diversos meios de comunicação – o que também pude ouvir em conversas com diversas guardas – é que, em muitos presídios, devido à atuação do PCC, os guardas não têm mais acesso ao pavilhão dos presos.

posteriormente, um novo papel social[37]. Um bom exemplo deste tipo de ritual são aqueles voltados para a iniciação de adolescentes Ndembu, quando estes são preparados para deixarem a infância e entrarem na vida adulta, assumindo, depois disso, todas as responsabilidades de um adulto. Turner chama atenção para o caráter liminar de tais rituais: os adolescentes são colocados à margem da sociedade por um período de tempo, formando um grupo com características bem específicas: perdem seus nomes e suas marcas sociais, todos são vistos como sendo exatamente iguais, sofrendo diversos tipos de humilhação. A falta de diferenciação e hierarquia, juntamente com a ausência de regras sociais, marca o período liminar como um estado de suspensão da estrutura social: ao serem tomados como iguais, os indivíduos liminares apontam para outro tipo de sociedade, ou, uma não-sociedade, já que as formas de classificação típicas da estrutura social estão ausentes ali.

O período liminar, no entanto, é apenas uma preparação para o retorno posterior à estrutura: depois de vivenciada a experiência liminar, tais adolescentes – já transformados em homens adultos – retornam ao convívio social em seus novos papeis e relações. Turner chama atenção para o caráter de poder e perigo deste período: numa situação de suspensão de regras sociais é possível o surgimento de diversos elementos que ameaçam a estrutura. O período liminar é assim percebido como um momento de grande criatividade exatamente por ser marcado pela ambiguidade de, por um lado, se colocar entre duas fases distintas – uma posição intermediária entre a mudança de papeis – e, por outro, de ser a negação da estrutura social.

Mary Douglas (1976), por sua vez, não se volta para as experiências vivenciadas pelos indivíduos: sua atenção é colocada sobre os sistemas de classificação e a forma como as sociedades lidam com os elementos que escapam a tais classificações. Nesse sentido, importa conhecer as maneiras como as sociedades definem conceitualmente a experiência social a partir do estabelecimento de regras claras relativas às fronteiras sociais e aos cuidados que se deve ter com elas.

As regras relativas ao corpo, por exemplo, são apontadas pela autora como pistas valiosas para compreender a maneira como as sociedades lidam com a ameaça da dissolução social: se uma sociedade apresenta regras muito rígidas referentes à alimentação e práticas sexuais – num esforço de proteger os limites daquilo que entra nos corpos dos indivíduos – é porque se

[37] Turner volta-se, especificamente, para os rituais de passagem Ndembu, e a partir deles o autor analisa o papel da liminaridade em sua relação com as estruturas sociais.

encontra preocupada com as pressões externas sofridas pelo grupo e se protege da ameaça de dissolução.

Se a coerência da experiência social encontra-se na definição de limites claros sobre aquilo que faz parte da sociedade, tudo aquilo que escapa à classificação coloca-se como um elemento que ameaça a estabilidade e o equilíbrio social. Nesse sentido, Douglas aponta para os alimentos rejeitados pela dieta judaica como aquilo que se encontra em desacordo com a visão de mundo oferecida pela Torá: um animal que rasteja e tenha patas faz parte da lista de alimentos proibidos, já que é tido como um animal ambíguo – ele estabelece uma confusão nos limites bem estabelecidos entre os animais que rastejam e aqueles que possuem patas. A santidade estabelecida pela Torá para os judeus volta-se para um estado de pureza marcado pela rejeição de tudo aquilo que mistura elementos contraditórios, ameaçando a ideia de Deus como um ser íntegro, inteiro, integral.

Desta forma, os elementos trabalhados por Douglas, apesar de não se voltarem para a experiência individual, oferecem diversas pistas para a compreensão da ambiguidade vivida por Solange ao assumir dois papeis contraditórios – ser guarda e parente de preso ao mesmo tempo. Mais que assumir um papel liminar devido a uma experiência marcada pela transição entre dois momentos da vida – como aponta Turner em relação aos rituais de passagem – Solange assume um papel ambíguo ao transitar entre dois grupos específicos e bem delimitados socialmente.

Ao unir a experiência de guarda a de parente de preso, Solange ameaça os limites estabelecidos pelo ordenamento social, colocando em risco as fronteiras bem estabelecidas entre o mundo dos "homens de bem" e o mundo dos "homens do crime", no termos de Buoro[38], ou, nos termos de Feltran (2008), entre "trabalhadores" e "bandidos"[39]. No início, Solange se sente bastante incomodada com a ambiguidade do seu novo papel, no entanto, com o passar do tempo, ela usa isso a seu favor: Solange passa a jogar com os papeis que toma para si, assumindo os riscos dessa posição.

[38] Para uma discussão mais profunda sobre a divisão entre o mundo dos "homens de bem" e dos "homens do crime", ver Buoro (1998).

[39] Para Feltran, uma nomeação bipolar entre "trabalhadores" e "bandidos", percebida no trabalho de campo que realizou no bairro de Sapopemba, na periferia de São Paulo, é algo que define os lados de uma disputa pela repartição da legitimidade, o que o autor considera um elemento central na conformação do mundo público (Feltran, 2008, p.326).

Nos primeiros meses em que ia visitar o irmão, Solange se debatia internamente com a ideia de estar do "lado de cá", enquanto o irmão estava do "lado de lá". No entanto, aos poucos, ela passa a usar os poderes de influência que tem dentro do presídio para melhorar as condições do irmão. Por conta dos seus contatos enquanto guarda, ela consegue a transferência dele para outro presídio, com melhores condições de convivência e segurança.

Ao mesmo tempo, ao se aproximar da experiência de cárcere do irmão, Solange passa a conhecer melhor o "lado de lá", com as suas estratégias para burlar os controles efetuados pelos guardas. Nas trocas com o irmão, Solange lhe ensinava como se proteger dos guardas, e ele lhe ensinava onde os detentos costumavam guardar drogas e celulares em suas celas. Com isso, Pedro se protegia melhor quando estava sozinho no presídio onde se encontrava preso, ao mesmo tempo em que Solange obtinha mais êxito nas blitz que realizava no presídio onde trabalhava.

Aquela nova posição identitária, que a princípio se mostrava como uma tragédia familiar e também pessoal, foi aos poucos se revelando como um novo lugar, um novo papel assumido por Solange, que transitava, mais uma vez, por espaços que a princípio pareciam separados entre si. Tornar-se parente de preso possibilitou a Solange ser uma guarda mais eficiente, ao mesmo tempo em que permitiu que o olhar voltado para as presas e seus parentes se tornasse mais humanizado. É como se aquela pergunta que Solange se fazia nos primeiros anos – "no quê as presas são diferentes de mim?" – voltasse com novas implicações.

Nesse momento Solange começa a se destacar na carreira, torna-se chefe de disciplina e segurança e neste novo cargo, não permite mais certos abusos contra as presas, o que era comum no sistema prisional no tempo em que ela era apenas uma guarda de turma.

***

PEDRO E VITÓRIA

Ainda não era inverno, mas Pedro não se lembrava de ter vivido uma manhã tão fria desde que chegara ao presídio. Apesar dos calafrios que sentira à noite, até que dormira bem, os fantasmas que rondam a prisão não tinham lhe incomodado. Acordara pensando na irmã,

Solange, que estava prestes a dar a luz. Ela havia aparecido no dia anterior, para uma visita, com a barriga enorme que parecia estourar a qualquer momento. Pedro esperava ainda outra visita antes do bebê nascer: Solange era teimosa, insistia em entrar no presídio mesmo nos últimos dias de gravidez. Ela era guarda, trabalhava em um presídio feminino, talvez por isso cadeia não lhe botava medo, e ela fazia visitas ao irmão quando bem entendia – tinha ela suas regalias.

Solange dormira pouco naquela noite, tinha pressentimentos. Enquanto o cunhado e o marido discutiam quem a levaria para o hospital quando a bolsa estourasse, Solange fazia planos de visitar Pedro ainda uma vez. O dia amanhecera frio e ela bem sabia que em cadeia o banho na cela é gelado e o banho de sol pouco serve para secar a alma encharcada. Queria levar roupas limpas para o irmão, contar a ele que descobriu que na verdade era seu pai quem havia arrumado um emprego para ele dentro da cadeia, por meio de um amigo. Ela queria que ele soubesse que mesmo sem nunca dizer uma única palavra sobre o filho preso, o pai velava por ele de forma secreta.

Foi no momento em que escolhia umas roupas do marido para levar para o irmão que a bolsa finalmente estourou. As roupas ficaram largadas em cima da gaveta ainda aberta. Veio marido, cunhado, irmã, cunhada – todos para acudir o bebê que estava para nascer. Era feriado, não havia trânsito, chegaram num minuto no hospital. Ainda no carro, Solange colocou no toca fita uma música que Pedro gostava – ainda pensava nele.

Solange deu entrada no hospital, Pedro deu entrada na enfermaria. Ele sentia calafrios enormes e grande dificuldade para respirar. Puta merda, ele pensava, me roubaram a liberdade, me roubaram a família, e agora o ar. Puxava forte o ar no fundo do pulmão, e nada. Procurava os olhos da irmã nos olhos do enfermeiro que lhe prestava socorro. Ela me salvaria, se ela estivesse aqui, ela me salvaria. Queria dizer para o enfermeiro que sua irmã conhecia o diretor, conhecia o secretário, conhecia o prefeito. Ele tinha que fazer alguma coisa para lhe devolver o ar. Pedro recebeu uma injeção na veia, sentiu uma sensação de alívio percorrendo seu corpo e adormeceu.

O bebê de Solange já anunciava sua teimosia – teimosia da mãe. Apesar de a bolsa ter estourado, o bebê estava sentado – seria preciso fazer cesárea. Solange recebeu a anestesia, o parto correu bem, a menina que nascia era grande, e em pouco tempo Solange estava no quarto. Mas não havia ninguém para recebê-la. No quarto vazio, ainda sem a pequena criança,

Solange não adivinhava o que tinha acontecido. Perguntava para a enfermeira pelo marido e pelos familiares, as respostas eram vagas, eles deviam de estar chegando.

Enquanto a pequena Vitória nascia, Pedro ia a óbito na enfermaria do presídio. Apesar de seu quadro ser de princípio de tuberculose, não havia ali recursos suficientes para lidar com o agravamento rápido da doença em um dia frio como aquele. O enfermeiro sabia disso, não seria possível atender ao pedido daquele olhar, ele não poderia fazer nada para lhe devolver o ar, a vida, a família, a liberdade. Ele lhe ministrou uma injeção para que Pedro parasse de sofrer, e o deixou ali, no leito, sem camisa, morrendo.

Os familiares de Pedro chegaram ao presídio algumas horas depois, e entraram todos com enorme facilidade, acostumados que estavam em lidar com o sistema. Enquanto esperavam o exame necrológico, alguns voltaram ao hospital: a pequena Vitória já devia de ter chegado. No momento em que o marido de Solange pegava a filha no colo pela primeira vez, o pai de Pedro lhe passava as mãos no rosto pela última vez.

Solange levou uma semana para saber o que havia acontecido. O marido inventou uma história de que seu irmão mais velho tinha batido o carro, parece que a pessoa do outro lado ficou machucada, todos tiveram que dar algum tipo de ajuda, testemunha; delegacia; reconhecimento; balística; pronto socorro; essas coisas. Quando chegou em casa Solange perguntou sobre Pedro, queria saber se ele estava bem. Foi quando soube de sua morte. As camisas que levaria para ele não estavam mais jogadas sobre a gaveta aberta. A sacola que havia preparado não estava mais sobre o sofá da sala. Não adiantava mais.

Naquele momento foi até o quarto da neném e pensou que ela era a promessa do futuro, enquanto a morte do irmão apontava o passado. Vitória certamente carregava a esperança de uma juventude longe das drogas, longe da violência e de qualquer tipo de trabalho que lidava com o sistema penitenciário. A morte do irmão lhe lembrava as loucuras da juventude, os erros familiares, a vida desregrada que levou, ela mesma, por tanto tempo.

Solange levou anos para compreender que tudo se dera da maneira exatamente inversa: a pequena Vitória sempre lhe lembrava o irmão, triste sina de nascer em dia de morte; a morte do irmão, por sua vez, apontava para o futuro, para um novo jeito de lidar com o sistema prisional, para uma nova Solange que nascia naquele momento e que seria certamente outro tipo de guarda, aquela para a qual Pedro olhava enquanto lhe faltava ar, e certamente agora

ela lhe prestaria socorro. Com a morte de Pedro, Solange enterrou a mulher que estava acima do bem e do mal, que desafiava o sistema, que brincava com os riscos. Foi Pedro quem conduziu Solange por caminhos mais humanos dentro de um lugar que sempre lhe lembrava o cheiro de morte.

***

O conto acima aborda diversos elementos da narrativa de Solange ao falar sobre a morte de seu irmão. A prisão do irmão já havia modificado a experiência cotidiana de Solange frente ao sistema prisional, redefinindo sua identidade profissional ao oferecer a ela diversos desafios em lidar com as categorias anteriormente definidas sobre os grupos com os quais ela se relacionava.

A morte de Pedro, por sua vez, se revela como uma ruptura radical na maneira como Solange encara o sistema penitenciário. Dois anos depois da morte do irmão ela soube que ele não foi devidamente atendido no presídio: os rumores apontam para uma demora no atendimento devido à falta de estrutura da penitenciária. Os detalhes desse episódio são poucos, mas indicam um desconforto de Solange quanto às posições que ocupou durante sua profissão: quando ficou sabendo que Pedro não foi atendido no presídio e veio a falecer por conta disso, Solange se culpa, dizendo que foi ela quem matou o irmão. Neste momento, Solange se identifica com o sistema prisional: um sistema que mata pessoas e que matou também o seu irmão.

Não é apenas Solange que se culpa pela morte do irmão e passa a viver uma crise bastante séria em relação ao sistema prisional e à profissão. O irmão mais velho, também agente penitenciário, vive, a partir de então, assombrado pela ideia de que foi ele quem ofereceu o primeiro cigarro de maconha para o irmão mais novo, sendo assim, seria ele o culpado por aquele desfecho. Segundo Solange, o irmão mais velho não conseguiu voltar a trabalhar no cárcere depois disso, pedindo licenças constantes e se afastando de vez dos presídios.

O irmão mais velho de Solange também veio a falecer, um tempo depois, vítima do vírus da AIDS. Guarda violento, foi contaminado pelo vírus em uma briga dentro do presídio, quando

um preso o picou com uma agulha infectada. No entanto, esta versão apresenta-se como a história oficial: a explicação da maneira como se infectou com o vírus numa briga no presídio é acompanhada por desconfianças dos familiares quanto ao seu próprio comportamento frente às drogas. Pairava uma dúvida se a contaminação pelo vírus não teria se dado a partir do contato prolongado do irmão com o uso de drogas.

Solange perdeu dois irmãos: o mais novo, preso por consequência do seu envolvimento com drogas, morreu dentro do presídio, como preso, estando "do lado de lá"; o mais velho, agente prisional, também usuário de drogas, morreu por consequência do vírus da AIDS, estando "do lado de cá". Ambos eram usuários de drogas, ambos morreram. Um "do lado de lá", outro do "lado de cá". O que diferencia a vida dos dois irmãos é o fato de que eles ocupavam lugares opostos num contexto marcado pela proximidade entre a sociedade e a realidade do cárcere: um do lado de dentro das grades – preso – outro, do lado de fora – agente prisional.

Se pensarmos numa linha do tempo, a experiência de vida dos dois irmãos teve início em lugares parecidos, assim como terminou em lugares semelhantes: o uso de drogas e a morte precoce parecem estabelecer os limites iniciais e finais da experiência de vida de ambos. No entanto, o percurso, ou o meio do caminho, pode revelar escolhas importantes: ambos foram ligados, de alguma forma, ao sistema penitenciário, por lados opostos, no entanto, ambos tinham a experiência colada ao sistema. O que impediu o irmão mais velho, tão igual ao irmão mais novo, de estar do "lado de lá" – ter sido preso devido ao seu contato intenso com as drogas – foi o fato de ter optado pelo "lado de cá": ao se tornar agente prisional o irmão mais velho foi protegido pela instituição e pôde continuar a sua experiência com as drogas sem correr o risco de ser preso por conta disso.

Se o sistema prisional, como afirma Foucault (1996), atua no sentido de construir positivamente a delinquência a partir do recorte de uma parcela da população passível de ser punida, é possível afirmar que tanto o irmão mais novo – preso – quanto o irmão mais velho – guarda prisional – fazem parte desta parcela da população passível de punição por encarceramento. No entanto, como podemos explicar que os mesmos atos dos dois irmãos causam consequências diferenciadas? Possivelmente, se o irmão mais velho não fosse um agente prisional, ele também teria sido preso em algum momento de sua vida devido ao seu envolvimento com as drogas. Desta forma é possível dizer que uma das estratégias possíveis para escapar do discurso punitivo voltado para essa parcela da população é fazer parte do

sistema prisional, é se adiantar, colocando-se "do lado de cá". Assim, apesar de percorrer trajetórias parecidas às das pessoas que foram presas, guardas e outros trabalhadores das instituições de controle encontram-se a salvo dos recursos punitivos, já que se dispõem a trabalhar em favor de tais instituições e, consequentemente, a favor da punição.

Falando de profissão: motivos pelos quais Solange não abandonou o sistema

A narrativa de Solange sobre sua trajetória profissional é marcada por diversos momentos de crise. Várias vezes ela afirma que desejou abandonar o "sistema". A expressão "abandonar o sistema" aparecia em sua narrativa fosse para falar dos seus sentimentos em relação à profissão, fosse para contar casos de outras guardas que se envolviam com questões parecidas com as dela.

Em alguns momentos, Solange reflete sobre os motivos que a impediram de abandonar a profissão, e mesmo estes motivos vão se alterando com o decorrer do tempo. A primeira questão abordada por Solange foi o fato de não se sentir segura em relação a sua capacidade profissional: sua sensação era de não ser capaz de realizar nenhum outro trabalho, já que, do seu ponto de vista, o guarda não é qualificado para nada, a não ser para vigiar preso. Em tom anedótico, ela conta que se deixasse de ser guarda, a solução seria se unir com seus parentes para formar uma quadrilha que cuidasse de cativeiros. A única coisa que sabia fazer era vigiar pessoas.

A razão encontrada, portanto, para não abandonar a profissão, num primeiro momento, é a falta de qualificação para assumir qualquer outra função que lhe garantisse a mesma estabilidade que o cargo de agente penitenciária lhe conferia. No entanto, em certa altura da narrativa, Solange conta que ela prestou, juntamente com a irmã e a cunhada, concurso para a Polícia Militar de São Paulo. Concurso que ela passou, mas não quis assumir. A razão para a recusa voltou-se para o uniforme: ela não se sentia bem em ter que trabalhar fardada.

A razão apontada por Solange traz consigo significados mais profundos que o simples desconforto com uma vestimenta. Trabalhar na Polícia Militar lhe traria outro *status*, com maior reconhecimento social, assim como permitiria uma ascensão mais rápida na carreira, no entanto, formas de identificação profissional tão explícita quanto àquela trazida pelo uniforme parece incomodar Solange. Além do mais, a possibilidade de se tornar policial militar não lhe aparecia como uma verdadeira oportunidade de mudar de profissão. Ela continuaria lidando

com questões parecidas, e continuaria vivendo uma vida atrelada à criminalidade e à população encarcerada. Melhor deixar como está.

No entanto, é a partir das histórias que Solange conta sobre o dia a dia no presídio, o trabalho que realizava enquanto guarda de turma, depois chefe de disciplina, e ainda como diretora de disciplina, que aponta para outros significados do trabalho do agente prisional possibilitando que ela, apesar de todas as mazelas da instituição, continue.

Lendo as cartas, adivinhando a vida

Uma das atividades que Solange realizava enquanto ainda era guarda de turma – quando fazia parte do plantão que cuidava do dia a dia do presídio (diferentemente da equipe administrativa, que são reconhecidos como diaristas por não fazerem plantão e não atuarem próximos à população carcerária) – era a de ler as cartas que chegavam para as presas antes que fossem entregues a elas.

O argumento oficial era o de ser preciso ler as cartas para ter acesso a algum plano de fuga, resgate etc. e também ter o controle do que acontecia na família das presas. Assim, por exemplo, se a morte de um parente fosse comunicada via carta, as guardas já saberiam de antemão a informação e poderiam adiantar o atendimento psicossocial para a presa.

Na prática, no entanto, o que se apresentava era um mecanismo de poder expresso pelo controle da vida íntima das presas. Segundo a fala de Solange, a leitura das cartas visava, principalmente, saber o que estava acontecendo com as presas de forma a controlar a sexualidade dentro do presídio. A grande maioria das cartas era escrita por namorados das presas, eles também presos, e com isso o conteúdo de tais cartas versava, principalmente, sobre sexo. A leitura das cartas era uma forma de censura para dizer o que era e o que não era permitido. Eram as guardas quem definiam o que era decente e o que era indecente neste caso. Uma carta descrevendo um ato sexual com penetração vaginal era considerada decente, por isso, passava pela censura da guarda responsável. A descrição de sexo oral era barrada, já que era avaliado como algo indecente.

O controle, desta forma, não se dá apenas sobre as ações das presas, mas também em nível mais subjetivo, em que se procura controlar o imaginário e as sensações das detentas. Numa realidade marcada pelo cerceamento da liberdade, as questões referentes ao imaginário e as sensações tomam proporções maiores se comparadas com a vida cotidiana fora do cárcere.

Quando eram detectados casos de “abusos” escritos nas cartas vindas de fora, as presas destinatárias poderiam pegar dias de castigo por conta da “indecência”, o que faziam com gosto, e troçavam com as guardas dizendo que elas iriam para o castigo felizes, pois lá elas poderiam “gozar”.

Um castigo de 20 dias, em que a presa fica isolada numa solitária por ter recebido uma carta que descreve um ato sexual tido como ilícito, parece algo exagerado. No entanto, é possível perceber um esforço, por um lado, em controlar as subjetividades dentro do cárcere, e por outro, uma recusa completa desse controle por parte das presas. A atitude de ir de “bom grado” para o castigo é uma forma de desafiar o controle das guardas, preservando a liberdade desta subjetividade. Por outro lado, é possível perceber, mais uma vez, a disputa que se dá entre guardas e presas, quando as primeiras se ressentem desta liberdade subjetiva que as presas gozam, enquanto as próprias guardas se veem, o tempo todo, vigiadas por uma moralidade estrita e cerceadora.

Solange aponta, por sua vez, para a sensação de poder em controlar o dia a dia das presas. “Você tá lendo a carta dela, você controla a hora que ela toma banho, você controla a roupa dela... nossa, isso te dá uma sensação de poder imensa! Imensa! E elas ficam dependentes disso também”. Tal dependência volta-se para o fato de que as presas também se acostumam com ideia de que alguém está, de certa forma, cuidando de sua vida, apegando-se à presença de alguém que resolve os problemas do presídio, dando apoio e organizando o cotidiano, dizendo o que pode e o não pode, o que faz que as guardas, mesmo que desafiadas em alguns momentos pelas presas, se sintam numa posição de controle efetivo da vida das detentas, sendo capazes de ordenar a realidade na qual as presas se encontram.

Tornando-se diretora de disciplina

Essa sensação de poder, controle e dependência na sua relação com as presas aparece em outros pontos da fala de Solange. Em momento posterior da sua carreira, depois da morte do irmão mais novo, Solange foi convidada a se tornar diretora de disciplina num presídio que estaria sendo inaugurado. Nesta situação, Solange viu-se frente a um grande desafio: ela precisaria estruturar um presídio. Desafio ao mesmo tempo cruel e estimulante, já que, por um lado, ela contava com pouquíssimos recursos para fazer o presídio funcionar, e por outro, ela poderia tentar colocar em práticas noções diferentes daquelas que estava acostumada com as experiências anteriores.

A estrutura herdada para o novo presídio fazia parte de um complexo da antiga FEBEM, no entanto, teve de ser adaptada para receber as novas mulheres. A partir da experiência anterior trabalhando com mulheres, Solange foi, aos poucos, fazendo pequenas reformas para que as internas pudessem se sentir minimamente confortáveis. Nesse sentido, encontrou diversas dificuldades em convencer não apenas o diretor geral do presídio, um homem, como também muitos dos guardas masculinos que foram alocados para lá, das necessidades específicas de tais mulheres.

Segundo Solange, num presídio feminino não pode faltar água, jamais. Ela aponta que mulher gosta de lavar, qualquer coisa: chão, cabelo, roupa. Mulher precisa de água em abundância. O diretor não percebia a urgência dessa necessidade, e foi Solange, nas suas atribuições como diretora de disciplina, quem precisou resolver esse problema. Construiu um tanque no pátio, que serviria para lavar roupa, assim como funcionaria como bebedouro. Outro problema com os guardas se deu pela presença dos varais nos pátios: segundo eles, os varais impediam a visão para dentro das celas. Solange entendia que a mulher precisa ser preservada tanto na sua intimidade – tendo o direito de não ser vista na sua cela – como também no direito de estender e secar as roupas que lavou durante o dia.

Solange aciona atributos que considera femininos num esforço de preservar a mulher presa. No entanto, ao definir quais são esses atributos e a maneira como eles devem ser "preservados" dentro de um presídio – a exemplo de dizer que "mulher precisa de água" – Solange define um ideal de mulher que ela mesma não compartilha. Na narrativa de sua trajetória, ressalta os momentos em que se afastava de tais atributos, valorizando em si diversas questões que aponta como masculinas, a exemplo prazer no risco, no envolvimento com questões de violência e também na falta de etiqueta no dia a dia do presídio.

A partir do momento em que Solange aciona tais atributos, ela reforça uma visão sobre a mulher em que se valoriza a fragilidade e a intimidade, o que a coloca numa disputa de poder para definir quem é a mulher presa, quais são suas necessidades e quais as melhores formas de satisfazê-las. Mesmo que as presas não compartilhem de sua ideia quanto à "necessidade da mulher", o que está em jogo aqui é o poder de Solange frente a outros atores envolvidos no estabelecimento e estruturação de tal presídio em definir quem é a mulher e qual a sua necessidade.

Solange, enquanto diretora de disciplina, responsabilizava-se pela procura de solução para os problemas do dia a dia do presídio: ela resolvia o problema da falta de água; em um surto de escorpiões ela procurava saber qual era a cadeia alimentar que possibilitava a presença daqueles animais ali; quando faltava comida, corria para o presídio vizinho, masculino, em busca de parcerias para o fornecimento de marmitas.

Na fala de Solange, o que se percebe é um prazer em cuidar do urgente que vai tomando o seu dia a dia. Segundo ela, apagar incêndios é mais prazeroso do que pensar em resultados a longo prazo. "É tudo urgente, e eu acho que isso é umas das coisas também, Adriana, é uma das coisas que nos vicia: apagar incêndio, tudo é muito urgente, você tá sempre numa adrenalina". E essa dinâmica do urgente vai moldando as relações dentro do presídio: "E aí a população fica muito dependente disso, fica dependente de que você resolva as coisas, de que você saiba disso. E eu acho que isso também, que isso vicia, porque você tem o poder, você tem o controle, você tem o conhecimento de administrar, de resolver, você é a bambambã, você é a que resolve!". Solange acredita que o poder dado ao guarda de controlar a vida do preso é algo que gera enorme satisfação, mesmo que de modo inconsciente. "Eu posso, eu deixo você, eu deixo fulano te visitar. Tudo isso é um poder, não? Eu acho que o agente penitenciário gosta desse poder, não só por ele ser agente penitenciário, eu acho que qualquer um gosta de mandar".

Nesse sentido, Solange expõe os motivos pelos quais os agentes penitenciários, femininos e masculinos, encontram algum tipo de retorno pessoal em meio às relações quase sempre tensas que se dão no exercício de sua profissão. Dizer apenas que os guardas estão sujeitos à enorme risco e pressão, mas que permanecem na carreira por possuírem estabilidade profissional e um salário razoável – como acontece em alguns estudos até agora publicados sobre agentes prisionais – não explora os motivos pelos quais eles se mantêm na profissão. As satisfações encontradas no dia a dia da profissão de guarda apontam para questões muito mais delicadas e, ao mesmo tempo, relevantes em se tratando de uma análise das relações sociais e das construções simbólicas: a satisfação ao exercer posições de poder e mando sobre uma parcela da população, aponta para maneiras específicas de perceber a própria punição e a segregação como possibilidades de construção de diferenciação social a partir do estabelecimento de hierarquias legais – isto é, pautadas na lei – dentro de um grupo bastante homogêneo em relação às origens sociais.

O urgente torna-se algo essencial para a dinâmica prisional sendo difícil para o guarda vislumbrar ou mesmo compreender no dia a dia a razão da existência do presídio e, com isso, a existência de sua profissão. O poder de cuidar do dia a dia, de resolver problemas, de controlar a vida do preso assume a centralidade da função do agente penitenciário, o que, segundo Solange, faz que o guarda fique viciado nessa dinâmica, nesse cenário em que ele, de alguma forma, dá a última palavra dentro do pavilhão. Mesmo que tenha de acatar as ordens do diretor, ali, no pavilhão, é ele quem manda, é ele quem define como as coisas devem ser (tal cenário mudou muito depois que o PCC passou a ter presença maciça nos presídios paulistas, controlando parte significativa da dinâmica prisional, voltarei aos impactos do PCC para o dia a dia dos agentes prisionais mais adiante).

Segundo Solange, falta, ao agente penitenciário, um objetivo em longo prazo em sua carreira:

> "A polícia prende, tem um meio e tem um fim, tem um início e um fim. Eu persigo bandido, e o meu objetivo é prender. O juiz condena (...). E o agente penitenciário? Ah, não fugir. Tá bom! O objetivo é não fugir. Mas aí você tem um artigo lá, no momento da criação, que é custodiar e ressocializar. Quem ressocializa? Não é o agente penitenciário quem ressocializa! Você tem uma cobrança que você é um agente socializador também! Eu prego isso para as pessoas que eu converso, que você é o único vínculo que esse cara tem com a rua, que essa mulher tem com a rua. Mas você não vê... eu acho que perde o sentido porque você não vê o final disso, você não vê o preso ressocializado. Ele vai sair dali e você não vai nem saber onde ele foi, o que ele vai fazer".

Para Solange, a lógica da segregação das pessoas que cometeram certos crimes a partir da pena de prisão é o princípio da irracionalidade da profissão do agente prisional: é essa lógica que faz da atuação deste profissional vazia de sentido no longo prazo, o que traz como consequência uma atuação calcada no urgente, naquilo que é possível fazer e resolver no momento. "Se você perguntar na lata para um agente penitenciário: 'O que você faz?', ele vai dizer: 'Eu abro e fecho cela'. Que é a ideia do ir e vir, é a própria segregação. Mas se você perguntar por que ele está lá, você tem que perguntar o porquê da segregação, aí acho que fica muito complexo".

A distância entre a realidade prisional, com a sua dinâmica própria de riscos e benefícios para a vida do guarda, e os resultados de uma política de encarceramento – sejam eles avaliados como bons ou ruins – faz que o guarda não perceba os efeitos do seu trabalho dentro de uma lógica mais ampla, em que pese a possibilidade (ou impossibilidade) de ressocialização da pessoa presa. Uma discussão sobre o que a LEP define como atribuições da pena de prisão, em que a pessoa presa deve ser respeitada em todos os seus direitos, sendo restringida apenas naquele sobre a qual recai a sua condenação, tendo em vista o retorno de tal pessoa à sociedade é algo distante do cotidiano do guarda, que percebe a sua função a partir apenas da segregação: vigiar os presos para que não fujam, vigiar para que não se matem, vigiar para que não descumpram as regras da instituição.

Se a tarefa é apenas vigiar, o questionamento de Solange volta-se para o motivo pelos quais tais pessoas estão ali: se a prisão não busca ressocializar, qual o sentido de manter tais pessoas cativas? A resposta aponta para uma ideia de pena voltada apenas para a punição: certas pessoas cometeram crimes e por isso devem ser punidas, perdendo o direito à liberdade. O guarda assume a tarefa não apenas de vigiar o preso para que ele não fuja, mas também toma para si a tarefa de exercer sobre o preso tal punição. Esta punição é exercida cotidianamente, diariamente, até o cumprimento total da pena. Não há, assim, uma visão da profissão do agente prisional no longo prazo: o que importa é a punição no presente, a todo momento presente.

A partir do que foi discutido acima, não é possível pensar em apenas uma resposta para a pergunta "por que não abandonar o sistema?". A profissão de agente prisional revela-se bastante penosa em muitos aspectos, ao mesmo tempo em que enreda uma rede complexa de benefícios que valorizam os profissionais, sejam institucionais, relacionais ou simbólicos. O que aponta para novos caminhos na compreensão desta profissão – caminhos ainda não explorados na academia.

A presença do PCC e a nova dinâmica no jogo de identidades

O cenário descrito anteriormente, em que as guarda tinham o controle do que acontecia dentro dos pavilhões dos presídios e controlavam a dinâmica prisional, foi bastante alterado depois que o PCC passou a atuar nos presídios paulistas. Mais que apontar ou discutir o poder

ou surgimento de tal coletivo de presos[40], a história de Solange – e as entrevistas realizadas com outras guardas – revelam as maneiras pelas quais a atuação de tal grupo alterou a percepção que os agentes prisionais possuem sobre a sua própria atuação dentro dos presídios, alterando, assim, o jogo de identidades presente na dinâmica prisional.

A partir da fala de Solange é possível perceber que a presença do PCC é sentida como um medo constante: medo de ser atacada, medo de morrer, medo de emboscada. No entanto, esse medo não é sentido dentro do presídio, local onde as guardas e os guardas ainda se sentem donos do pedaço – espaço conhecido, delimitado. O perigo vem da rua, esse lugar confuso, indefinido, desconhecido.

É na rua, então, que os agentes prisionais precisam tomar mais cuidado. É ali que é preciso não se identificar, escondendo o uniforme, camuflando a filiação institucional. A partir da fala das entrevistadas e também de Solange, percebe-se que antes do PCC havia um orgulho em se identificar como guardas – os filhos na escola diziam claramente que os pais eram agentes prisionais. Hoje, ao contrário, é melhor não dizer nada, é melhor não se expor[41].

Sabe-se, entre as guardas, quem corre risco de ser atacada. A guarda justa não precisa temer. Quem teme é a guarda violenta e a corrupta: aquelas que de alguma maneira abusam do poder, ou então, são consideradas, na visão do coletivo de presas, tão criminosas como as presas e por isso deveriam elas estar reclusas também. Ninguém quer, no entanto, correr o risco, ele pode vir de qualquer lugar.

O interessante a notar é que a presença do PCC modifica a dinâmica do jogo de identidades, trazendo um caráter espacial invertido: o guarda passa a sentir medo na rua, sentindo-se seguro no presídio. O PCC, de certa forma, prende os guardas no presídio, enquanto controla a dinâmica da cidade. Não quero aqui dizer que o controle de toda a dinâmica urbana está sob o mando do PCC, quero apenas apontar para esse caráter de medo difuso que a presença de tal coletivo tem gerado entre os agentes prisionais, que agora se sentem mais seguros no lugar onde se encontram os presos.

---

[40] Para tanto, ver Salla (2008), Feltran (2008), Biondi (2009), Marques (2009), Nunes (2009).

[41] Esta postura, em que as guardas "escondem" o uniforme, é típica das guardas paulistanas com quem conversei durante o trabalho de campo. O mesmo, no entanto, não acontece em Itirapina, uma cidade pequena do interior de São Paulo, estudada por Raphael Sabaini (2011), em que os agentes prisionais formam uma classe profissional valorizada na cidade, já que possuem salários considerados acima da média da população. Neste contexto, Sabaini aponta para um "orgulho" de ser agente prisional, que é estampado e reforçado nas relações urbanas cotidianas.

Antes do surgimento e fortalecimento do PCC nos presídios paulistas – o que aconteceu em meados da década de 1990 – os agentes prisionais se colocavam como aqueles que garantiam a ordem dentro do presídio: fosse por meio da negociação ou da repressão violenta, eram eles quem davam a última palavra dentro do pavilhão (Castro e Silva, 2008). Tal dinâmica já era marcada por enorme tensão, sendo baseada numa disputa constante de poder dentro do cárcere.

Ao apontar para a guarda a fragilidade de sua posição – realizando ameaças constantes sobre seus familiares – o PCC se coloca como outro ator dentro do sistema prisional, que também transita entre o cárcere e a sociedade mais ampla. Quando uma guarda recebe o recado de que eles – ou seja, o PCC – sabem o horário que sua filha chega em casa depois da faculdade, ou o horário em que seu marido sai para passear com o cachorro, ela entende que não é apenas ela quem trespassa os muros do cárcere, controlando seus fluxos constantes, mas que agora um outro ator também participa deste jogo, com prerrogativas de trânsito talvez maiores do que as suas.

Antes do PCC a guarda se percebia diferente da presa por vários motivos, mas o principal era que a presa estava do "lado de lá" das grades, enquanto ela estava do "lado de cá", gozando da liberdade de transitar entre o cárcere e a sociedade fora dele. Com o PCC, essa diferenciação se dilui, já que a presa também tem controle do que acontece fora do cárcere.

Com isso, tem-se um novo cenário em que as antigas formas de identificação – e diferenciação – sofrem alterações importantes, apontando para novas dinâmicas, diferentes daquelas narradas por Solange durante seus primeiros 20 anos de carreira.

*

Uma narrativa em aberto: buscando um final para nossas conversas

No período em que realizei as entrevistas com Solange, ela estava vivenciando momentos delicados em sua carreira, já que se envolvera num processo de denúncia contra o sistema prisional e, por isso, foi colocada na "geladeira". Ser colocada na geladeira significa ser afastada do presídio, sendo transferida para outros postos de trabalho. Depois de ter ocupado um cargo importante em sua carreira, Solange foi transferida para setores administrativos, e depois, para a portaria do presídio – lugar mais próximo da rua.

Essa nova posição de Solange, no entanto, não foi incluída em sua narrativa porque faz parte de seu presente, o que dificulta, de certa maneira, sua elaboração. No entanto, tais questões estavam presentes em nossas conversas e a vida de Solange continuava em movimento mesmo no momento em que eu tentava finalizar as entrevistas, fechando, assim, os fios de sua narrativa.

Uma maneira de finalizar nossas conversas foi mostrar à Solange os contos escritos a partir de sua narrativa, o que resultou em um novo encontro: Solange, ao ler os contos que escrevi sobre ela, pôde vislumbrar os resultados de sua narrativa e a forma como sua fala foi recebida por mim. Neste momento, Solange entrou em contato com a minha forma de interpretar a sua história. Se no início de nossas conversas ela afirma que não vai me contar a sua história, mas sim a sua interpretação sobre a sua história, ao ler os contos, Solange entra em contato com a minha interpretação sobre a história que ela escolheu para me contar.

Se a narrativa de Solange assume a função de organizar os eventos de sua vida, a leitura dos contos demonstra que sua narrativa pôde também ser compartilhada. Ao ler algumas trechos que escrevi sobre ela, Solange repetia "foi assim mesmo, era assim mesmo que acontecia". E então eu percebia a alegria de Solange ao ver que alguém que não está inserida no cotidiano prisional pôde, de alguma forma, vislumbrar aquilo que ela narrava como sua experiência de vida.

Para além de indicar os momentos em que eu pude, a partir dos contos, retratar de forma fiel os acontecimentos relatados por Solange, ela também apontou para alguns erros, pontuando imprecisões na minha interpretação. O que me colocou frente a um desafio: acatar as correções de Solange, ou manter a interpretação que eu fiz sobre a sua história? Optei por manter a minha interpretação, indicando, ao final, as correções que foram feitas por Solange. Dessa forma seria possível construir um texto em que eu me coloco como autora (GEERTZ, 2005), ao mesmo tempo em que reforço que esta é a minha interpretação da história de Solange, sendo que ela mesma interpreta a sua história de outra forma. Tal postura cria possibilidades de novas interpretações, valorizando a polifonia dos dados etnográficos.

A avaliação feita por Solange sobre os contos que escrevi a partir da sua narrativa foi trabalhada no conto final. Tal conto foi construído na forma de carta, em que Solange descreve a maneira como avaliou o material elaborado. Ao optar por tal estrutura discursiva, valorizei a fala de Solange em detrimento de uma visão mais distanciada – típica das narrativas em

terceira pessoa. O processo de construção de tal texto foi inteiramente igual aos demais: procurei organizar os elementos da fala de Solange, em busca das causalidades não evidenciadas, mas presentes.

Os narradores em primeira pessoa são tidos, pela teoria literária, como aqueles que estão sob suspeita, sendo considerados não confiáveis. Por estar localizado em apenas um personagem – ele próprio – o narrador em primeira pessoa possui menos chances de saber de si do que o próprio leitor (WOOD, 2011). Por outro lado, a narração em terceira pessoa (narrador onisciente) é avaliada como mais confiável, já que tal narrador se coloca a certa distância dos personagens, permitindo uma visão mais ampla da trama.

O narrador em terceira pessoa pode, no entanto, se identificar com algum personagem específico, contando com uma onisciência apenas parcial. É como se ele olhasse o mundo a partir do ponto de vista do personagem, sem se identificar totalmente com ele. Assim, este tipo de narrador pode se manter distante da trama, e permite, principalmente, que o autor traga as marcas do seu estilo.

Essa foi a escolha que fiz em todos os contos deste capítulo, exceto no último, em que optei dar voz à Solange e permitir que ela falasse a partir do seu ponto de vista. E o fiz, principalmente, para que ela pudesse se rebelar contra a autora, recusando, à sua maneira, o papel que eu dei a ela.

O risco de tal opção – mudar o foco narrativo da terceira pessoa para a primeira – volta-se, por um lado, para uma desconfiança quanto à autoria do texto – afinal, a carta foi escrita pela pessoa em que foi baseada a personagem Solange ou, ao contrário, foi escrita por Adriana? – e por outro, para uma possível deslegitimação do narrador, que passa, então, a se identificar com o personagem de forma a não permitir um distanciamento crítico.

A possibilidade, no entanto, de permitir que a personagem avalie a minha interpretação sobre a sua narrativa, mostrou-se como uma vantagem considerável frente aos riscos envolvidos. Ao concluir este capítulo sobre a história de vida de Solange enquanto guarda com um conto em primeira pessoa, eu busco evidenciar o caráter de construção coletiva de sua narrativa, em que o tempo e a presença do outro se revelam como elementos importantes na elaboração daquilo que foi vivido (VEENA DAS, 1999).

***

AVALIAÇÃO

Adriana,

Confesso que eu estava curiosa para saber o que você ia fazer com tudo aquilo que te contei nas tardes que conversamos ali perto da ESP. Acho que você chegou a me dizer que iria escrever uma história, misturando histórias minhas com a de outras pessoas com quem você ia conversar. Mas pelos contos que você me mandou, acho que você escreveu mais sobre mim mesma, é isso?

Quando recebi os textos no meu e-mail, imprimi assim que chegaram, mas levei um tempo para ler. Era essa coisa, uma ansiedade para saber o que você falou sobre mim, e um medinho, no fundo. Você sabe que eu conheço alguns antropólogos, sabe que nem sempre eu concordo com eles. Acho que o medo era de ser julgada – nas minhas histórias, nas decisões que eu tive que tomar em muitos momentos – eu sempre pensava "o que será que ela está pensando de mim?".

Mas no fundo sempre gostei das nossas conversas. Acho que por elas terem acontecido paralelas à terapia, facilitou muito, tanto pro lado de lá quanto pro lado de cá. A terapia me ajudou a te contar muitas coisas com mais tranquilidade. Já as nossas conversas, e depois os seus textos, me ajudaram a olhar para a minha história de um jeito que eu não tinha pensado antes.

Acho que não preciso te contar que chorei quando li alguns dos textos. Mas para além da emoção de lembrar de algumas histórias, de rever algumas sensações, o que mais me tocou foi a possibilidade de ver a minha própria história de fora, como se fosse um filme mesmo. Eu nunca imaginei, por exemplo, que no mesmo momento em que a bolsa estourava, na gravidez, podia ser naquela mesma hora que meu irmão dava entrada na enfermaria. É como se fosse um filme, né? Você ali, vendo as duas cenas acontecerem ao mesmo tempo. A gente sempre acha que o mundo parou enquanto a gente está aqui, é como se as coisas ficassem em suspenso. Mas não é assim. E você, de alguma forma, me ajudou a imaginar as coisas de um

outro jeito, de um jeito que eu não tinha pensado antes. Foi impactante isso. Foi impactante pra mim.

A cena do pudim também, era aquilo mesmo, aquilo mesmo. Aquele desespero, aquela vontade de sumir dali, e o pudim, a faca cortando o pudim, a cara de nojo da guarda revistando a comida de "parente de preso". Porque a comida tem isso, né? Eu nunca tinha imaginado, antes disso, o quanto a comida é importante, o quanto ela diz sobre a própria pessoa. E a gente, os guardas, a gente tinha nojo da comida que os parentes traziam para o preso. Sabe aquela coisa de não saber em que condições aquela comida foi preparada? A gente olhava com cara de nojo. E aí veio aquela faca, furando o pudim, que eu tinha feito com tanto cuidado, que não podia estar fresquinho porque eu tinha que preparar na véspera... puxa, foi aquilo mesmo que você escreveu.

Mas tem coisas que você errou. De tudo, a única coisa que não gostei mesmo foi quando você disse que a Vitória vivia uma triste sina de nascer em dia de morte. Não foi uma triste sina. Pelo contrário. Não foi triste sina. A gente lembraria do dia da morte do meu irmão de qualquer jeito, sempre. Mas aí, para além da morte, a gente tinha o que comemorar. Era a vida dela, a vitória dela. E a gente sempre comemorou. Não teve um aniversário que não teve bolo, refrigerante, chamar os vizinhos. Não foi triste sina. Não é justo dizer isso, não é justo olhar assim para ela.

O resto são detalhes: meu irmão morreu de pneumonia, e não de tuberculose como você coloca no seu texto. Foi minha irmã que passou a mão do rosto dele, e não meu pai. Mas acho que isso não é importante. Eu não pediria para você mudar, se você estivesse disposta a mudar. O principal tá ali. É o que importa.

Eu ainda não digeri tudo, tudo o que li. Uma sensação estranha, boa e ruim ao mesmo tempo. Estou surpresa, uma surpresa boa, sabe? É quase como se eu estivesse feliz por você ter escrito tudo isso, por você ter feito isso a partir de tudo o que eu te contei. E é difícil escrever essa carta, porque o que eu sinto, o que eu senti ao ler os textos não dá muito para dizer em palavras, sabe? É uma sensação, uma sensação boa. Queria que você tivesse sucesso na sua pesquisa, nos seus escritos, que você continuasse, fosse adiante. Mas que também você não se esquecesse de mim. Eu gosto das nossas conversas.

Com o meu carinho. Solange

CAPÍTULO 4

QUANDO A DOR É CONTEÚDO E FORMA: A HISTÓRIA DE LEONOR

ADVERTÊNCIA

Enquanto me contava aquela história horrível, a Léo me olhava nos olhos. A cada novo elemento na cena ela se voltava para mim a certificar-se da minha atenção. Eu me sentia diluindo por dentro com o horror presente em cada detalhe. Jamais afeita à filme de terror, eu me sentia paralisada.

Uma mulher, um avião, um bebê. Aeromoças, serviço de bordo, passageiros. Tranquilidade, silêncio, ausência de choro. Ausência completa de qualquer choro. Voo internacional, alfândega. Desconfiança. Uma mulher paraguaia sendo presa em terras brasileiras. Um bebê oco, recheado de pequenos pacotinhos. Tráfico internacional de drogas. Homicídio também? Não sei. Infanticídio? Talvez.

A Léo ainda a me olhar nos olhos. Eu seria capaz de suportar aquela história? Voltaria a conversar com ela, a perguntar-lhe sobre acontecimentos, trechos marcantes, relatos de um pedaço de sua vida? Era esta, então, a sua vida?

Desviei o olhar. Aquela cena abjeta se desenhando na minha cabeça. Um bebê recheado de drogas. Não podia ser verdade. Não podia. Algo não combinava, faltavam elementos. Não podia ser verdade. Não podia. Olhei novamente para a Léo e, enquanto esperava encontrar em seus olhos uma leve expressão de vitória – sabia que essa garota não suportaria – não pude perceber nela um único traço de maldade.

Seus olhos brilhavam de uma doçura triste. Foi ao longo de muitos encontros e muitas conversas que entendi o significado da primeira história que ouvi da Léo. Sua dura narrativa era um convite – um convite triste. Se o que eu buscava era conhecer a sua história – os acontecimentos que marcaram sua memória – eu deveria estar disposta a ter um encontro com a dor. Se eu pudesse enfrentar a dor do horror, da irracionalidade que é capaz o ser humano, então eu seria bem vinda, e ela me contaria tudo quanto eu quisesse saber.

Se não fosse capaz de tanto, a história da Léo que eu viria a conhecer seria diferente ou nossos encontros terminariam ali. O que eu não imaginava era que a minha persistência acadêmica, que me fez continuar com aqueles encontros – apesar da dor, apesar do horror – me conduziria por caminhos insuspeitados de doçura e cuidado, de reinvenção do ser humano frente a uma opressão extrema, de amor ao próximo, mesmo que Deus pareça estar ausente ou que tenha se esquecido de alguns dos seus.

***

Encontrando-me com Léo

Leonor é uma guarda conhecida nas rodas dos militantes de direitos humanos que trabalham no cárcere. Lembro-me de ter ouvido histórias sobre ela antes mesmo de dar início à pesquisa de mestrado. "Você precisa conhecer a Leonor", me diziam as colegas que sabiam do meu interesse em pesquisar a trajetória de agentes de segurança penitenciária. A fama de Leonor volta-se, por um lado, para a luta que empreendeu frente ao sistema penitenciário e, por outro, pela sua performance de gênero, fortemente marcada. O que me interessava, no entanto, eram as histórias de resistência frente ao sistema prisional e as diversas transferências que Leonor havia sofrido no decorrer de sua carreira.

No momento em que iniciei minha pesquisa de campo, mais uma vez ouvi falar de Leonor. Algumas guardas com as quais eu conversava também me diziam: "Você precisa conhecer a Leonor". Foi então que peguei o seu contato com uma dessas guardas, pedi a uma amiga pesquisadora que já a conhecia que lhe falasse sobre a minha pesquisa. Minha amiga, antes de terminar o telefonema em que me contava sobre a conversa com a Leonor, dizendo que eu poderia ligar diretamente para ela, advertiu: "chame-a de Léo".

Já ao telefone, quando tentávamos agendar um local para nossa conversa – realizada no centro de São Paulo – eu tentava explicar à Leonor algo sobre minha aparência, para que ela pudesse me identificar. Disse então que eu tinha por volta de 30 anos, cabelos castanhos compridos, nem muito alta, nem muito baixa, nem gorda, nem muito magra. Frente a uma descrição tão duvidosa quanto a minha, Leonor tomou as rédeas: seria melhor dizer como ela

era. E ela era assim, meio andrógina. Preferiu fazer alusão ao que definiu como uma identificação de gênero: “Eu tenho uma identificação de gênero masculina, ok? Assim fica fácil você me reconhecer”. Ao me despedir no telefone, dizendo “Então, nos vemos na quinta! Obrigada, Leonor”, o conselho anterior da minha amiga fez sentido: “Léo, por favor, me chame de Léo”.

Léo, já no primeiro contato que travamos, fez alusão a uma identidade de gênero (masculina), e não a uma identidade sexual (homossexual). Para que eu pudesse identificá-la, chamou atenção para as diferenças, frente a um padrão tão dentro da normalidade como o meu (“nem alta, nem baixa, nem gorda, nem magra”). A identidade de gênero assumida por Léo aparece, aqui, como um marcador de diferenças, mais que uma problematização sobre suas escolhas sexuais (WEEKS, 2000). No decorrer de nossas conversas, no entanto, é a orientação sexual de Léo o que marca fortemente a sua trajetória e os seus relatos de vida, a sua escolha por uma performance masculina volta-se para uma problematização do trio gênero/sexo/sexualidade (BUTLER, 2003).

O local escolhido por Léo para as nossas conversas foi um instituto que trabalha em prol dos direitos tanto de pessoas presas quanto de outras minorias, com o qual ela mantém intenso contato. Ali se sentia segura para conversar e me contar sua história. Quando cheguei, encontrei Léo na porta, o instituto ainda estava fechado e optamos por tomar um café na padaria mais próxima.

Assim que bati os olhos em Léo sabia que era ela. Diferente daquilo que tinha imaginado sobre sua aparência, encontrei uma mulher que de fato se parecia com um homem. Não era para uma mulher masculinizada que eu olhava, mas para um homem. Um homem bonito, bem cuidado, bem vestido. Nas primeiras palavras que trocamos, no entanto, Léo era uma mulher. Léo era feminina. Percebi o impacto que Léo tinha me causado quando saí de nossa primeira conversa e eu não conseguia classificá-la. Ela era gente, ela era pessoa, e era assim que ela queria ser vista, fui perceber muito tarde.

Léo, ao assumir uma postura masculina a partir de um corpo feminino, problematiza a relação entre sexo, sexualidade e gênero. Ao se identificar como masculina, se opõe ao estereótipo

feminino de fragilidade e passividade, optando por uma postura que recusa veementemente o feminino como dependente do masculino[42] (PISCITELLI, 1997; WEEKS, 2000; BUTLER, 2003).

Não seria, no entanto, apenas a performance de gênero de Léo o que me traria certos desconfortos em nossa primeira conversa. Como descrevi brevemente no conto que abre este capítulo, assim que pedi a ela que me falasse um pouco sobre sua trajetória profissional, as histórias que ouvi foram extremamente dolorosas. Léo não me poupava dos detalhes cruéis, e me escancarava, ali naquela padaria, histórias de loucura e de dor que eu não conseguiria imaginar sozinha. E não foram poucas histórias. A princípio, sentia que Léo estava me testando. Saí desta primeira conversa abalada. Foram necessárias algumas semanas para que eu conseguisse ligar novamente para ela e agendar um novo encontro.

Durante algum tempo achei mesmo que Léo me desafiava propositalmente e, eu, que sempre gostei de desafios, aceitei a empreitada. Voltei a conversar com ela. E foi no decorrer de outros encontros que percebi que aquilo não se tratava de um desafio e, sim, de um convite. As histórias que Léo me contava para narrar sua trajetória eram repletas de dor. Era a dor o marco principal de sua memória e, se eu quisesse conhecer os marcos de sua experiência, deveria, então, ser capaz de compartilhar com ela estes momentos de dor extrema, dela e daquelas que por tanto tempo conviveram com ela em lados diferentes das grades.

Nos meandros da memória e da dor

No segundo encontro que tivemos, Léo chegou munida de diversos recortes de jornais. Quando, na primeira conversa, eu disse que gostaria de conhecer a sua história enquanto guarda, ela me advertiu que tinha uma péssima memória, não se lembrando de muitas coisas, já que o uso contínuo de maconha tinha prejudicado seriamente sua capacidade de lembrar. Por ter consciência dessas lacunas da memória, Léo coleciona recortes de jornais num esforço de registrar sua própria história e poder voltar a ela depois.

Começou, então, a me mostrar fotos, recortes de jornais, cartas de presas que ficaram, por algum motivo, em seu poder. “Essa foto é um teatro que a gente fez com as bandidas, eu

[42] A escolha pelo nome da personagem, “Leonor”, seguiu a estratégia utilizada pelo nome desta interlocutora, em que, apesar de ter sua raiz em um nome feminino, indica sua preferência por uma identificação masculina. Já no final de nossas conversas, quando pude mostrar a ela alguns dos contos que havia escrito a partir de sua narrativa, perguntei como ela gostaria de ser nomeada. De imediato ela respondeu que não gostaria de ter nome de “coquete”, e que não aceitaria jamais o nome de Milena, Renata, Taís etc. Quando contei a ela que eu havia optado por Leonor, o que permitiria que ela fosse chamada de Léo, ela afirmou que Leonor era um nome forte, e sorriu, satisfeita com o nome do seu novo personagem.

trouxe para você ver como era diferente antes, antes do partido (referindo-se ao Primeiro Comando da Capital – PCC), como as relações ainda eram próximas. Essa daqui é a Maria Emília, a chilena do sequestro do Abílio Diniz". Metade da foto é escura, sendo possível distinguir apenas algumas silhuetas. Na parte clara da fotografia é possível ver três mulheres fazendo alguma brincadeira entre si, têm os rostos pintados, uma delas imitando um gato. É possível perceber os uniformes das presas: calça cáqui e camiseta branca, todas iguais. Elas sorriem, parecem estar se divertindo.

Depois da fotografia, Léo começa a me mostrar alguns recortes de jornais. Todas as notícias relacionam-se com algum tipo de denúncia feita contra o sistema prisional ou o sistema judiciário. "Juiz diz que cumpriu a lei ao manter prisão" é o título de uma reportagem que trata sobre uma senhora agricultora, de 79 anos, que foi mantida presa por tráfico de drogas (Folha de São Paulo, 28/11/2005, Cotidiano). "'Brasil tem várias Iolandas', afirma pastoral", reportagem do mesmo jornal no dia seguinte, com o subtítulo "Mulheres detidas por tráfico que têm doença terminal não são raridade em prisões, segundo coordenadora nacional" (Folha de São Paulo, 29/11/2005, Cotidiano). "Ameaçadas, presas são transferidas", reportagem que denuncia maus tratos e tortura sofridos por presas estrangeiras em confrontos com presas brasileiras ligadas ao PCC (Estado de São Paulo, 14/10/2008, Cidades/Metrópole). Depois dessas reportagens, ela me mostra uma série de outras que tratam sobre os atentados que ocorreram em maio de 2006 na cidade de São Paulo, e que foram atribuídos ao PCC.

Por fim, Léo me entrega um volume de cartas, todas em inglês, dizendo que foram barradas por certo diretor que buscava, assim, prejudicar algumas presas estrangeiras que realizavam trabalhos religiosos dentro dos presídios. O conteúdo das cartas, segundo ela, voltava-se para maus tratos sofridos dentro do presídio, num pedido de ajuda. Por não saber inglês, Léo me conta que nunca ficou sabendo do que realmente se tratavam as cartas. Entregou-as a mim e disse que eu teria material farto para entender um pouco o que se passava nos presídios onde ela trabalhava.

Ao me entregar o material, Léo conta que tem outros jornais em casa, já que recorta tudo que se relaciona com o sistema prisional, como forma de ter documentado o que aconteceu. A maioria das reportagens estava relacionada com denúncias que ela mesma havia feito, direta

ou indiretamente, sobre o Sistema Penitenciário de São Paulo, e que se transformaram em matérias ou reportagens jornalísticas.

Durante nossas conversas, no entanto, pouco falamos de tais recortes de jornais. Estes documentos voltam-se antes para um registro da história, essa história que, segundo Halbwachs, se interessa pelo passado e não pelo presente, por aquilo que a memória já não fixa mais, e que por isso pode ser esmiuçado sem esbarrar na opinião alheia de então, sem despertar maiores emoções (HALBWACHS, 2006, p. 133). Os recortes de jornal trazidos por Léo fixam datas, estabelecem linearidade, fazem-na recordar o que aconteceu antes ou depois, auxiliam na construção de uma história passível de ser contada de forma organizada e, assim, compreensível. Os documentos que Léo me oferece são, possivelmente, os únicos marcos temporais exteriores, fixados objetivamente, que ela possui sobre sua trajetória profissional para além de seu prontuário, no qual ela encontra, também, as datas de cada transferência que sofreu entre presídios paulistas.

Halbwachs (2006), ao trabalhar o conceito de memória coletiva e sua relação com o tempo, afirma que é apenas a partir do compartilhamento de certos estados de consciência individual de duração que somos capazes de criar marcos temporais:

> "Em torno de determinados objetos, nosso pensamento também encontra o dos outros – em todo caso, é no espaço que para mim represento a existência sensível daqueles com quem entro em contato em certos momentos, pela voz ou pelos gestos. Assim ocorreriam cortes, ao mesmo tempo na minha duração e na deles, mas cortes que tendem a se estender às durações e às consciências das outras pessoas, de todos os que estão no universo" (2006, p.116).

O tempo real, para Halbwachs, é o tempo social, aquele em que se expressam as consciências coletivas. Em oposição ao tempo matemático – marcado por intervalos vazios de qualquer significado, não importando onde está o seu início – o tempo social é aquele em que é possível identificar diferenciações a partir do compartilhamento de consciências individuais. A distinção entre momentos e os espaços vazios entre eles – um tempo em que nada acontece – é o que possibilita, segundo o autor, o trabalho da memória. Neste sentido, a memória só é possível a partir da marcação de diferenças numa superfície lisa. Só assim um indivíduo, ou grupo, pode identificar acontecimentos passados, pois eles se diferenciam um do outro numa linha do tempo: é possível, então, estabelecer o que veio antes, o que aconteceu depois etc.

Esta diferenciação, no entanto, só pode acontecer a partir de marcos externos à própria consciência:

> "Os homens concordam em medir o tempo através de certos movimentos que ocorrem na natureza, como os dos astros, ou criados e regulados por nós, como em nossos relógios, porque na sequência de nossos estados de consciência não conseguiríamos encontrar pontos de referência definidos suficientes, que pudessem valer para todas as consciências" (HALBWACHS, 2006, p.116).

É nesse sentido que o trabalho da memória precisa de referências externas para que a consciência não se perca em estados abstratos e por demais subjetivos.

Ao se utilizar de recortes de jornais – referência objetiva – Léo estabelece marcos externos para um experiência subjetiva, calcada em referenciais pouco compartilháveis e apenas superficialmente objetiváveis, como a dor que reconhecia tanto nas experiências das presas quanto naquelas que ela própria vivenciava. Deixando os recortes de jornais de lado, Léo se baseia em experiências envoltas numa atmosfera densa de dor para ordenar a sua narrativa e dar, assim, sentido à sua trajetória profissional.

Os referenciais da memória de Léo voltam-se para experiências compartilhadas com as presas. Num cotidiano de convivência com tais mulheres, que em muitas vezes ela chama de bandidas, são as histórias de dor – contadas, compartilhadas e vivenciadas – que saltam da simples sucessão dos dias e ficam gravadas em sua memória. Todo o resto é cotidiano. Todo o resto é cenário para tais histórias. O dia a dia no cárcere, o abrir e fechar das celas, a contagem das presas, as conversas cotidianas, o cheiro da rua e o cheiro da cadeia, as desconfianças das presas, as desconfianças das guardas, as desconfianças da diretora, as desconfianças dos familiares, tudo não passa de elementos cotidianos que colorem as histórias marcadas pela dor.

Diferentemente de Solange que, apesar de contar histórias de presas, também faz referências à história da sua família – morte da mãe; nascimento do filho; prisão do irmão; morte deste irmão; nascimento da filha; morte do pai etc – Léo, ao contrário, não faz alusão a marcos pessoais para além da sua experiência profissional. Não há, na narrativa de Leonor, a presença de sua família – a ruptura familiar se deu quando ela ainda era jovem. Não existem sobrinhos

que fazem aniversário, irmãos que se casam ou parentes que falecem. Existe uma ou outra companheira. Existem amigas que trabalhavam no cárcere com ela. E existem presas.

Tal cenário é uma escolha narrativa de Léo, que deixa ao largo o desenho de uma família que é, geralmente, considerada legítima. Há também um cuidado, explícito em sua fala, de demonstrar a falta de vínculos, de ser sozinha no mundo. Desta forma, sua experiência profissional – calcada na ideia de guerrilha – seria a de uma guerreira que não possui vínculos, e por isso, não tem por onde ser chantageada. Filhos, pais, irmãos não seriam, assim, um ponto fraco a partir dos quais ela poderia ser desmobilizada.

Na ausência de tais vínculos, que possibilitariam a Léo referenciais externos à sua profissão, são os acontecimentos relativos ao cárcere a integralidade das experiências narradas. Como uma boa guerreira, sua vida pessoal tem pouco valor.

O cotidiano na prisão é uma sucessão de presas chegando e saindo, cumprindo penas longas ou curtas e, neste intervalo, acontecimentos específicos saltam da sucessão dos dias e ficam guardados na memória. As lembranças de Léo pautam-se em experiências marcadas pela dor. Como no conto que inicia este capítulo, em que uma mulher trafica drogas dentro do corpo de um bebê, muitas outras histórias em que a dor extrema ofusca a capacidade da razão foram contadas pela Léo, numa busca por organizar a experiência e compartilhar a falta de sentido de uma trajetória marcada pela sucessão de histórias de tortura, de abandono, de descaso e de opressão.

A dor, dessa forma, toma lugar como o marco da memória, como aquilo que salta do cotidiano e possibilita, assim, uma organização da narrativa de Léo. Mesmo que a dor, por ser uma experiência em que duas consciências têm tão pouca possibilidade de se encontrarem de forma objetiva, seja, em si, pouco compartilhável (HALBWACHS, 2006), era a certeza de que eu compreenderia tais experiências – certeza de que a dor é, sim, algo passível de ser minimamente objetivo – que Léo passou a me contar sua trajetória e eu aceitei o desafio de adentrar em um universo delicado e instigante.

A narrativa de Léo sobre as dores presentes no cárcere, no entanto, são construídas a partir do trabalho do tempo. Num momento da vida profissional em que está contando os dias que ainda faltam para se aposentar, ela se volta para o início da carreira e inicia, então, uma narrativa em que a dor do outro – das presas, principalmente – é narrada como parte da sua

experiência. Veena Das (1999) aponta que a violência sofrida só pode ser trabalhada nas teias no tempo, ainda assim, a experiência violenta, em si, é quase indizível. A elaboração narrativa da violência apoia-se, antes, no contexto cultural que conforma tais experiências. A narrativa de Léo volta-se, da mesma forma, para as injustiças do sistema prisional, que tortura corpos frágeis, como aqueles que ela procurava cuidar. A sua própria experiência – os momentos em que ela mesma sofreu a dor e se sentiu injustiçada frente à instituição – é praticamente indizível. Neste momento, a narrativa de Léo dá vazão a devaneios. A dor, neste momento, é forma e conteúdo.

A vida como num filme

Pela falta de marcos exteriores bem definidos – como era, para Solange, a história familiar –, a narrativa de Léo é construída de forma confusa, e ela deixava a mim a tarefa de organizar a sua fala, pedindo que eu a interrompesse se divagasse demais. Mais interessada em suas divagações do numa ordem temporal bem delimitada, embarquei, juntamente com Léo, numa narrativa pouco lógica, em que os acontecimentos, muitas vezes, não mantinham relações claras entre si.

Nas dinâmicas de nossas conversas, procurei privilegiar uma fala mais livre, interrompendo Léo apenas raramente, quando eu já não conseguia acompanhar suas divagações. Desta forma, foi possível valorizar o fluxo de sua memória, percebendo quais elementos povoam sua lembrança quando se coloca a pensar sobre sua trajetória.

O resultado é uma narrativa em que a ordem dos acontecimentos importa pouco. A lembrança de Léo é marcada antes pela ação que pela causalidade. Em sua narrativa as cenas são bem demarcadas, descritas, performatizadas na própria fala. No entanto, assim que a cena se encerra, percebe-se um corte, e uma nova cena se inicia. A cena a ser descrita no momento seguinte, na maioria das vezes, não guarda relação aparente com a primeira, não existindo entre elas uma relação causal. A narrativa, assim, se parece mais com um texto focado na ação, em que os verbos são largamente utilizados em detrimento dos adjetivos.

No fluxo da memória de Léo, é possível que um elemento implícito na primeira cena traga à lembrança outra cena, criando um fio condutor. O que se percebe, no entanto, é que esse fio não estabelece causalidades, e se relaciona, primeiro, com a presença de elementos de dor, como foi dito anteriormente.

Segundo Halbwachs (2006), a dor é uma sensação pessoal e interna, real apenas no nível da consciência: tanto as dores físicas como as sensações no geral constituem ideias confusas ou inacabadas (HALBWACHS, 2006, p.122). No entanto, a partir do momento em que descobrimos que esta dor pode ser causada por uma ação exterior, podemos, então, imaginar como outras pessoas ou seres experimentariam a mesma sensação que sentimos. Este movimento de exteriorização é o que se chama de representação objetiva da dor. Tal representação nada mais é que uma impressão coletiva, um amontoado de diversas consciências, o que, por si só, não deixa de ser também incompleta e truncada.

Uma sensação tão íntima quanto a dor experimentada só pode ser compreensível na medida em que é compartilhada, já que esse seria o único caminho no sentido de uma exteriorização da dor:

> "Instintivamente procuramos e encontramos uma explicação inteligível deste sofrimento, com o qual os membros de um grupo concordem, da mesma forma com que o feiticeiro alivia o doente fazendo parecer que extrai de seu corpo uma pedra, uma velha ossada, um preguinho ou um líquido. Ou então despojamos o sofrimento de seu mistério descobrindo seus outros rostos, os que ele volta para outras consciências, quando imaginamos que pode ser experimentado por nossos semelhantes – nós o rejeitamos a um terreno comum a muitos seres e lhe restituímos uma fisionomia coletiva e familiar" (HALBWACHS, 2006, p. 123).

Ginzburg (2000), ao analisar as ideias de Shevchenko; Lévi-Strauss; Benjamin; Ginzburg e Ricoeur sobre a ordenação da matéria desordenada da existência, afirma que a narrativa assume a função de "dar suporte para pensar e operar com os episódios da experiência humana, dar referenciais ordenadores àquilo que é vivido como desordenado e sem sentido claro" (2000, p.5).

Neste sentido, a narrativa de Léo, por um lado, busca referenciais externos para a dor sentida internamente, alcançando objetividade para a experiência vivida. Ao narrar, no entanto, tais experiências, Léo ordena, de alguma forma, momentos marcados pela falta de lógica, pela irracionalidade, e o faz não a partir da busca de causalidades e temporalidades, mas sim calcada na chave da objetivação e compartilhamento, na busca desta explicação inteligível do sofrimento, como afirma Halbwachs, a partir da aceitação de um grupo exterior.

O resultado desta empreitada é uma análise que não privilegia a linearidade dos acontecimentos da trajetória profissional desta mulher, tampouco as causalidades que a levaram a mudar de atitude no decorrer de sua carreira, como seria típico de narrativas tradicionais (GINZBURG, 2000), mas sim as estratégias que ela encontrou para lidar – e sobreviver – com um cotidiano marcado por forte opressão, tanto sobre ela quanto sobre as pessoas com quem ela convivia.

A fala de Léo assemelha-se, assim, às narrativas modernas, em que a temporalidade e a causalidade dão lugar a uma narrativa fragmentada, e o resultado volta-se para uma pluralidade de caminhos interpretativos. A análise que realizo aqui se torna apenas uma possibilidade entre muitas. Os subtítulos deste capítulo poderiam vir em outra ordem. Muito do que foi dito por Léo foi deixado de lado, na tentativa de criar uma lógica analítica em que se privilegia a experiência vivida e o ato de narrar tal experiência.

Lidando com o sistema penitenciário

Diferentemente dos momentos em que narrava a sua trajetória profissional – em que era difícil compreender as causalidades presentes – quando Léo se colocava a falar sobre o sistema penitenciário – suas formas de agir, suas regras, suas falhas – a sua fala assumia outro caráter, com um tom mais organizado e, portanto, passível de ser compreendido mais facilmente. Mesmo que a sua postura frente o sistema prisional tenha sido construída a partir de sua experiência enquanto guarda – experiência dolorosa – ao mesmo tempo em que tais experiências se relacionavam, também, com a instituição, ao se focar nas críticas que faz ao sistema prisional, Léo cria uma narrativa diferente, em que causalidades são explicitamente construídas para explicar a falência do sistema prisional, assim como a maneira pela qual se encontra, hoje, sob o controle de grupos que ela nomeia como facções criminosas.

Dessa forma, é possível organizar a análise da trajetória de Léo levando em conta, por um lado, as experiências voltadas para a sua relação com as presas, momentos em que a dor criou os marcos da memória, e, por outro, as experiências de luta contra a instituição, em que a narrativa assume um tom menos emocional e mais distanciado, mesmo que a dor também esteja presente. Assim, portanto, será organizado esse capítulo.

*

Na véspera do segundo turno das eleições presidenciais do ano de 1989, um grupo formado por homens e mulheres apareceu na mídia com camisetas do PT (Partido dos Trabalhadores). Tal grupo era formado pela quadrilha que havia sequestrado o empresário Abílio Diniz, mantendo-o em cativeiro por seis dias. A cobertura da mídia, atrelando o sequestro do empresário à atuação do Partido dos Trabalhadores, teve consequências decisivas para o resultado das eleições presidenciais, já que depois de tais notícias, os eleitores optaram por Fernando Collor de Mello, que estava em segundo lugar nas pesquisas eleitorais, em detrimento do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva[43].

Tal fato, conhecido, de certa maneira, pela população brasileira – já que se tratava da primeira eleição presidencial democrática após a ditadura militar – foi escolhido por Léo como primeiro marco da narrativa de sua trajetória profissional. Localizando o princípio de sua história num fato amplamente conhecido, Léo dá início à narrativa de uma experiência marcada pela dor e pelo horror.

Alguns jornais da época divulgaram, um dia depois do resultado das eleições (19 de dezembro de 1989), que os presos da quadrilha responsável pelo sequestro na verdade haviam sofrido tortura nas delegacias e teriam sido obrigados a vestirem camisetas do Partido dos Trabalhadores, indicando um suposto envolvimento político no sequestro. Léo, por sua vez, conta que foi ela quem recebeu as duas mulheres que participaram do sequestro assim que elas chegaram ao presídio.

Antes da chegada das presas, Léo se lembra do quanto ficou tocada pela imagem do empresário veiculada pela mídia assim que saiu do cativeiro. Segundo ela, o homem se encontrava abatido, sabia-se que havia ficado dias em um quartinho minúsculo, ao som ininterrupto de um radinho. Para Léo, aquilo parecia desumano.

Outras imagens, no entanto, ficaram guardadas na memória de Léo sobre o ocorrido. As presas estrangeiras chegaram ao presídio torturadas. “Elas estavam sem o bico do seio”, Léo repetia, “estavam tão torturadas, estavam sem o bico do seio”. Neste momento, Léo parece se

[43] O sequestro do empresário Abílio Diniz foi bastante comentado na mídia da época. Alguns estudos realizados apontaram para o impacto causado nas eleições presidenciais depois do ocorrido. Para maiores informações, ver: http://www.redebrasilatual.com.br/blog/blog-na-rede/em-1989-sequestro-de-abilio-diniz-foi-relacionado-ao-pt-e-desmentido-logo-apos-eleicoes-mostra-pesquisa, consultado em 30/01/2012.

esquecer do que aconteceu do lado de fora do cárcere: empresário, radinho, camisetas do PT, nada mais tinha importância frente a um corpo tão torturado como o daquelas mulheres.

Esta é a primeira história que Léo conta quando começou a falar sobre sua trajetória, dizendo que isto ocorreu assim que ela entrou para trabalhar no presídio. Não importa muito se o fato aconteceu no primeiro, no segundo, ou no terceiro ano de profissão. Essa é a primeira história, o primeiro evento importante que marca a trajetória profissional de Léo.

***

UM QUARTO MUITO ESCURO

Ivonete não foi a primeira presa a surtar na cadeia desde que a Léo havia assumido o posto de guarda. Os surtos, à sua maneira, eram comuns, e não era o olhar de louca da presa o que tocava a Léo, nem mesmo seus gritos agonizantes de terror. Era o abandono a que a presa era relegada, era o seu poder de autodestruição, eram os cortes na pele da presa, a escuridão e a solidão da cela do castigo o que movia Léo na direção daquela presa interditada.

Essas eram as regras da cadeia, Léo bem sabia: bandida em castigo deve ficar incomunicável, deve sofrer, deve lidar com as próprias necessidades, com os próprios dejetos, deve se virar para tomar banho na privada, deve aprender a lidar consigo mesma. Ivonete, no entanto, não conseguiu. O que conseguiu foram cortes cotidianos na pele: primeiro um arranhão no braço, depois outro no outro braço. Os cortes começaram a ficar mais fundos, ela já não sabia há quanto tempo estava no castigo.

Era Léo, do lado de fora da cela, quem contava os dias. Ainda restava uma semana de castigo e ela temia que a presa não suportasse. Pela portinhola da cela, Léo observava os cortes, ouvia os gemidos da presa, imaginava a sua dor. Sabia que ela, também, estava sendo observada, que não poderia intervir, que a presa deveria ser abandonada à própria sorte. Presa em castigo merece o próprio sofrimento. Castigo para a presa, castigo para Léo. Enquanto a presa gemia na cela, Léo só fazia pensar em formas possíveis de aliviar um mínimo do sofrimento cotidiano daquela que poderia, por um motivo qualquer do destino, ser ela mesma.

Quando Léo percebeu que seu próprio limite estava prestes a estourar, não suportando mais os gemidos de Ivonete, quando a loucura da presa e a dor da presa estavam prestes a se tornar a sua própria loucura e sua própria dor, sentiu então que algo havia rompido dentro de si: ainda faltavam quatro dias de castigo e Léo trouxe de casa, sob a roupa, em pequenas trouxinhas, gases e porções mínimas de iodo em vidros diminutos.

Durante a troca de turno Léo se demorava um pouco, nos breves minutos em que a outra guarda responsável pelo pavilhão se afastava, ela chamava a presa para perto da portinhola, metia as mãos para dentro da cela, embebia os pequenos pedaços de gaze no pouco líquido que trazia consigo e, às cegas, espalhava iodo pelo corpo da presa, que não dizia nada, não se movia, mas sabia, de maneira grave, que estava sendo cuidada por aquela que também vigiava a porta de sua loucura.

Findado o castigo, a presa saiu da cela amarelada pelo pouco sol e pelo muito iodo. As feridas já cicatrizadas, o cabelo tomado por piolhos, os olhos ausentes. Enviada para a enfermaria, Léo não precisaria mais vigiá-la, nem cuidar mais dela. Ivonete, no entanto, fincou raízes na alma de Léo, que percebeu, como num estalo, que poderia, dali para frente, cuidar da dor daquelas que estavam tão perto de si, mesmo que a cadeia dissesse a ela que isso era terminantemente proibido.

***

A trama das histórias de dor narradas por Léo envolvem, na maioria das vezes, elementos de luta contra o sistema prisional. Como no conto acima, em que reconstruo uma destas histórias, retratando não apenas a ação em si, mas os elementos afetivos e sensitivos presentes na fala de Léo, os relatos que escolheu para me contar são carregados de símbolos de revolta e luta contra a opressão sofrida dentro do cárcere. Ao contar a sua história a partir de histórias de dor das presas com quem conviveu, Léo traça uma trajetória em que a militância em favor dos direitos humanos vai se delineando e tomando a dianteira da própria ação.

A partir da história das chilenas sequestradoras, Léo dá início a uma narrativa dura, em que, como mostrei no conto acima, começa a realizar um trabalho de cuidado dessas presas. Tal

postura, no entanto, não foi imediata: assim que começou a trabalhar no presídio ela temia o envolvimento com as presas, temia os olhares das outras guardas, temia ter que ser disciplinada por não cumprir estritamente as regras repassadas.

Tais regras voltam-se, antes de mais nada, a uma distância que deve ser mantida entre o grupo de guardas e o de presas. Qualquer envolvimento mais próximo pode ser interpretado como traição, como aquilo que pode facilitar fugas ou, ainda, como corrupção. Com regras explícitas como essas, uma postura que privilegiasse o cuidado com as presas era algo perigoso.

O primeiro posto assumido por Léo, assim que tomou posse da função de agente de segurança penitenciária foi na inclusão – um local de triagem das presas que estão chegando ao presídio. É ali que se dão os primeiros procedimentos, assim como são repassadas as primeiras instruções para as presas. As guardas alocadas em tal função devem, além de guardar os pertences que as presas trouxeram consigo, ler o processo de seu julgamento para saber por qual tipo de crime estão cumprindo pena e, assim, poder encaminhar cada uma delas para um pavilhão adequado.

Este foi, segundo Léo, o primeiro contato que tomou com os crimes cometidos pelas presas. Ela deveria saber os motivos pelos quais tais mulheres estavam cumprindo pena, logo, antes de conhecer as detentas, Léo conhecia seus crimes. Em um segundo momento, quando ela passou a trabalhar no pavilhão, em contato direto com as presas, eram as histórias contadas para justificar seus crimes o que preenchia o cotidiano. Quando Léo saiu do posto da inclusão e passou a trabalhar no raio – espaço onde se encontram as celas das detentas – passou então a conviver não mais com os crimes das presas, e sim com suas histórias.

Ao conviver diretamente com as presas e suas histórias, Léo começou a perceber que, apesar do crime cometido, havia ali um ser humano também passível de sentir dor. Para além do que havia acontecido fora do presídio e dos motivos que tinham levado tais mulheres a serem enclausuradas, Léo percebia um cotidiano marcado por opressão – opressão vinda do sistema prisional tanto quanto das outras presas e guardas.

Era de amplo conhecimento entre as funcionárias do presídio que a proximidade entre guardas e presas era mal visto pelo sistema prisional. Neste sentido, estender a mão para cuidar da dor de uma presa era algo proibido. Aos poucos, no entanto, Léo foi ganhando confiança em sua própria postura, ao perceber que era possível cuidar das presas sem se igualar a elas, sem

negociar com elas. A aprendizagem da carreira volta-se para um estado de equilíbrio entre o sim e o não, entre o permitir e o proibir. Foi apenas quando Léo se sentiu segura nesse equilíbrio tênue, nesta relação delicada e tensa ao mesmo tempo, que pôde, então, dar início a um trabalho árduo de cuidado com as presas.

É só então que Léo começa a levar vidrinhos de iodo escondidos na roupa, como retratado no conto acima, para poder cuidar de presas que julgava estarem sendo oprimidas pelo sistema prisional, torturadas, maltratadas por um Estado que deveria, antes, cuidar delas.

Outras histórias de dor e de militância começam a preencher os relatos de Léo. Aos poucos, ela oferece um leque de pequenas histórias a partir das quais consigo perceber que é a capacidade de sentir dor o que gera uma identificação dela em relação às detentas. Uma camponesa de 79 anos que ficou detida por tráfico de drogas e não pôde ser levada ao convívio com as outras presas, já que estava doente em fase terminal, e se quedou por meses na enfermaria do presídio; uma presa estrangeira que sofreu uma morte misteriosa, cujas correspondências eram barradas pelo diretor que também proibiu as guardas de prestarem ajuda; uma mãe de santo que foi presa por ter participado de um ritual onde crianças foram mortas; uma chinesa que, segundo Léo, sofria de "mongolismo" e foi presa por roubar um frasco de perfume numa farmácia.

A partir de cada uma destas histórias, Léo vai me explicando como o sistema prisional funciona, como ele segrega certas pessoas e lhes retira qualquer possibilidade de defesa; como, apesar das leis que protegem os presos, os guardas e dirigentes dos presídios agem à revelia das mesmas, criando regras próprias dentro do cárcere, garantindo sua autonomia a partir da sombra que lança sobre a realidade prisional. Para além desta aula sobre a instituição prisional e o seu funcionamento, as histórias contadas por Léo me ajudam a compreender a maneira como ela lida com esse sistema, e as estratégias que utiliza para sobreviver a ele, assim como os elementos capazes de gerar identificação e distância entre ela, as presas e as demais guardas.

Suzane versus Andreia

De todas as histórias que Léo me contou, em apenas uma ela se colocou numa postura contra a presa: era o caso de Suzane Von Richthofen[44]. Diferente de outros casos, Léo não precisava

[44] Suzane Von Richthofen foi condenada a 39 anos e meio de prisão pela morte de seus pais, o casal Manfred e

me contar a história de Suzane, não precisava relembrar qual foi o crime cometido por ela. Mesmo assim, me dizia que matar pai e mãe é algo horroroso, uma pessoa assim não merece perdão. Léo relembrava que Suzane é ré confessa, que assumiu perante o tribunal a participação no assassinato. Entremeado às minúcias do crime, Léo dizia que Suzane não merece viver em sociedade.

Essa certeza – de que Suzane não merece viver em sociedade – não vem apenas do crime cometido, mas principalmente do convívio que Léo teve com ela. "Ela é manipuladora, ela acha que pode tudo com aquela cabeça, ela é muito inteligente, ela tenta se utilizar da minha homossexualidade para conseguir o que ela queria". Foi o exemplo de Suzane que Léo usou para me falar de mentes criminosas. Segundo Léo, é possível dividir as detentas entre as que possuem uma carreira no crime – as bandidas – e aquelas que possuem uma mente criminosa – mulheres que cometeram apenas um crime, muitas vezes um homicídio com requintes de crueldade, mas não possuem uma carreira criminosa.

Suzane, para Léo, é o exemplo de uma mulher com uma mente criminosa. Quando começou a sua carreira como agente prisional, esse era o perfil mais comum entre as presas: mulheres que haviam cometido assassinato, muitas vezes contra o próprio marido. Essas penas eram longas e por isso o convívio com tais presas era duradouro. Hoje, ao contrário, o que se vê são mulheres com carreira no crime, participantes de quadrilhas ou traficantes[45] etc. Suzane entra no presídio num momento em que o crime pelo qual cumpria pena já não era mais tão recorrente.

Pelo clamor popular que seu crime suscitou e pela natureza do que havia cometido – parricídio – Suzane não poderia ficar no convívio com as demais presas, já que seria maltratada ou, ainda, poderia ser morta pelas colegas. Por isso, enquanto esteve presa onde Léo trabalhava, Suzane ficou todo o tempo detida na enfermaria, protegida, assim, do contato com as outras detentas. E mesmo ali, Léo conta que ela usava de todo tipo de manipulação para conseguir o que queria das guardas. Léo se lembra que Suzane era uma menina lindíssima e extremamente inteligente e que utilizava todas estas qualidades para manipular as pessoas e alcançar o que queria.

Marísia Von Richthofen. Suzane confessou a participação no crime e foi presa, juntamente com o namorado e o irmão deste, Daniel e Christian Cravinhos. Folha.com, Cotidiano, 22/07/2006. http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124232.shtml, consulta realizada no dia 29/12/2011.

45 O Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil, apresentado pela CEJILL *et all* à OEA em fevereiro de 2007, aponta que, para o ano de 2006, 40% das mulheres presas no Brasil respondiam por crime de tráfico.

Algum tempo depois, durante nossas conversas, Léo se lembra do caso de Andreia, outra presa que foi condenada por ter assassinado o pai e a mãe. Ao contrário de Suzane, Andreia foi colocada direto no convívio com as outras presas e teve sua mão tatuada com o crime que cometeu: “matei meu pai e minha mãe”. Léo conta que Andreia foi cruelmente torturada pelas detentas, e me dizia: “Imagina uma pessoa que sabe que está chegando a hora de apanhar, porque ela apanha todo dia, no mesmo horário, quando chegava dez horas ela sabia que estavam vindo para bater nela”. Eram as presas quem decidiam quando chegaria o fim de sua pena, quando seria o momento em que, de tanto apanhar, teria pago o crime cometido.

Diferente de Suzane, Andreia não foi protegida pelo Estado e ficou à mercê das demais presas. Léo, então, se compadeceu do estado de Andreia e se esforçou para cuidar dela, procurando oferecer, à sua maneira, a proteção que o Estado lhe negou. A dor de Andreia – que era torturada diariamente – atingiu Léo. Quando perguntei a Léo o que havia de diferente entre as duas, querendo saber qual o motivo pelo qual se identificava com Andreia, compadecendo-se da dor dela, enquanto acreditava que Suzane, apesar de ter cometido o mesmo crime – imperdoável, segundo a Léo – não deveria voltar ao convívio com a sociedade, Léo me responde que frente ao sofrimento de Andreia, frente ao corpo torturado, ela esquecia qual o crime cometido.

Andreia sofreu. Suzane, para Léo, não sofreu. Suzane foi protegida pelo Estado e continuava sua carreira manipuladora. Andreia foi largada à própria sorte em meio à presas furiosas em relação ao crime que tinha cometido. A dor de Andreia tornava-a humana frente à Léo, o que não aconteceu com Suzane: “Quando eu descobria, era engraçado, porque lá dentro, pra mim, era outra pessoa. Eu tinha tanta dó de saber que a Andreia apanhava, eu esquecia que ela tinha matado pai e mãe, ali eu convivia com a dor da Andreia, e a Andreia era frágil”.

Isso não significa que Suzane deveria ser torturada. Em momento algum Léo esboçou qualquer opinião neste sentido, sendo que, no caso de Suzane, o Estado cumpriu o dever de garantir a sua segurança no presídio, o que não ocorreu com Andreia, que também deveria ter recebido o mesmo tipo de proteção. No entanto, o que se percebe é que a dor que uma presa é capaz de sentir se sobrepõe ao horror do seu crime aos olhos de Léo. O único elemento de identificação entre Léo e as mulheres que custodiava era a dor. Na ausência de dor, ela se via completamente diferente, mesmo que as origens sociais, o nível educacional, ou qualquer outro elemento as tornassem parecidas.

*

Profissão, identidade, trânsito e dor: sentindo-se aceita pelas presas

Léo ingressou na carreira de agente prisional por volta dos 22 anos de idade. Ainda jovem, ela se identificava com o movimento *hippie*, e por isso possuía, desde então, uma aparência diferente dos jovens trabalhadores de sua idade: com 20 anos já havia tatuado o corpo diversas vezes, recusava-se a usar calça jeans e tênis, por considerá-los elementos da cultura americana, e vivia um cotidiano em que ela e os amigos faziam uso contínuo de maconha. Esses são os elementos que descreve para dizer os motivos pelos quais jamais conseguiria qualquer emprego que não fosse acedido via concurso público.

Foi assim que começou a trabalhar como agente administrativo na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo. Já de posse deste cargo, percebeu que o agente prisional exercia uma tarefa mais interessante e recebia um salário significativamente maior[46]. Sendo assim, Léo prestou o concurso seguinte para agentes prisionais e logo depois assumiu o cargo. No momento em que me conta sua história, Léo já possui quase 30 anos de carreira e, assim como Solange, avalia sua trajetória a partir da vocação. Mesmo que tenha iniciado sua carreira por motivos completamente alheios ao que acontece dentro do cárcere – bom salário, possibilidade de aceder à profissão via concurso etc – é a partir da vocação de trabalhar junto às presas que ela avalia o caminho trilhado – em oposição às guardas atuais, que, segundo ela, entram para a profissão sem nenhum preparo e sem nenhuma vocação.

O estilo de vida que Léo tinha na juventude não se mostrava como uma dificuldade apenas frente ao mercado de trabalho. As questões que envolviam sua sexualidade, o uso de drogas e as tatuagens no corpo também foram razões para desentendimentos familiares. Léo não se sentia aceita por sua família, sendo a homossexualidade o principal motivo para a distância que assumiu, aos poucos, em relação aos familiares. Como já foi dito, o rompimento com a família aparece na narrativa de Léo, por um lado, como uma estratégia de "guerrilha",

[46] Nos presídios paulistas, existem cargos tanto de agentes de segurança prisional, como aqueles voltados para a área administrativa. Os cargos administrativos, no entanto, possuem salários muito baixos se comparados com os agentes prisionais. O que se percebe, então, é uma baixa procura pelos cargos administrativos, ou, uma evasão grande dos funcionários que ocupam tais cargos. Para preencher tal lacuna, é bastante comum que diretores realizem desvios de função, ao destinar agentes prisionais a trabalharem em setores administrativos. Com isso, um ASP, com salário que fica em torno de R$2 mil, realiza a função de um funcionário administrativo, que deveria receber um salário mínimo.

evitando que laços afetivos possam ser armas usadas pelo inimigo para desestabilizá-la e, por outro, como um movimento em busca de aceitação de suas escolhas sexuais.

Ao ingressar na carreira de agente prisional, Léo começa a estabelecer contato com pessoas que também, de alguma maneira, foram colocadas à margem da sociedade por diversos motivos. A cadeia, para ela, estava cheia de gente diferente, que era a forma como ela se via. Aos poucos foi se sentindo acolhida por aquelas pessoas, e o que era apenas uma parcela de sua vida – o lado profissional – foi se tornando a integralidade de sua experiência vivida.

***

UMA PARTIDA DE FUTEBOL

Enquanto lustrava a chuteira, a acusação proferida pelas colegas no final de semana anterior ainda ressoava em sua cabeça. Léo titubeava: seria verdade que ela não tinha ambiente em casa? Era essa a explicação para aqueles finais de semana que, mesmo de folga, passava no presídio? O que as outras guardas viam era a verdade?

O pensamento não durou mais que três minutos, suficientes para lustrar a chuteira, colocá-la junto ao uniforme na mochila, jogar a mochila nas costas e dar no pé para o campeonato que estava por acontecer no presídio onde trabalhava. Ela mesma havia organizado o campeonato e naquele dia se dariam os primeiros jogos: as bandidas disputariam uma partida com o primeiro time formado com voluntárias da Confederação Paulista de Futebol, os outros dois times, também de voluntárias, disputariam a outra partida. O campeonato levaria seis semanas, com jogos a cada quinze dias, duas disputas por dia.

O campeonato foi organizado de maneira que todos os times pudessem jogar entre si, pontos corridos, seis jogos. Os três times de fora jogariam com o time da casa. As presas poderiam, assim, rivalizar com todos os demais em pé de igualdade.

Não seria fácil colocar toda aquela gente para dentro das grades. Léo estava ansiosa, preocupada. Assim que chegou ao presídio avistou o ônibus da Confederação já estacionado na rua ao lado. As jogadoras agitadas, curiosas. Léo se aproximou, revendo com elas as

orientações do presídio: era preciso deixar os documentos na portaria, iriam revistar as bolsas, alguns objetos seriam proibidos, tudo isso para maior segurança das próprias jogadoras.

O Pavilhão 1 foi o escolhido como sede do evento, por ser o mais seguro. Léo acompanhou as jogadoras até lá e depois foi buscar as presas. Encontrou-as também ansiosas, pensamos que a senhora não vinha mais buscar a gente. Bandida que é bandida vive sempre ansiosa. Léo sorriu e acompanhou as reeducandas até o Pavilhão 1, o mais seguro.

A partida correu bem, com um pequeno grupo de torcida na arquibancada, formado, por um lado, de poucas presas com permissão para assistir ao jogo, por outro, funcionárias escaladas para aquele plantão. Entre essas, algumas torciam, incentivavam as presas, gritavam pelos seus nomes. Outras, o olhar distante, miravam o campo e só viam o mundo lá fora.

A partida entre o time da casa e o primeiro time voluntário terminou empatada: 3 x 3. Na outra partida, entre os grupos voluntários, o placar foi de 4 x 2. Dali a quinze dias as bandidas jogariam de novo com outro time, e no final somariam-se as partidas ganhas e definiria-se, assim, o time vencedor.

Léo voltou para casa exausta, sabia que no dia seguinte deveria voltar ao presídio para cumprir o seu plantão. Encontraria as presas já de volta em suas celas, em seus mundos, em suas dores, e seria ela a encarregada de trancá-las, de contá-las, de vigiá-las. Enquanto se preparava para dormir relembrava, em flashes, detalhes da partida e, aos poucos foi percebendo que poderia ser mais que uma mera vigia: poderia ser parceira nas inúmeras partidas que jogariam enquanto ela tirasse a cadeia junto com aquelas bandidas. Não importava, ao final, se ela tinha ou não ambiente em casa. Ela queria ter um bom ambiente no trabalho, era isso que bastava. Era essa a sua casa.

***

Nos primeiros anos de profissão Léo não se sentia segura para realizar um trabalho voltado para o cuidado com as presas. No entanto, conforme foi adquirindo a confiança de seus superiores, ao demonstrar que era capaz de estar próxima das presas, realizando seu trabalho

de forma satisfatória sem errar – o que significa não negociar com as detentas – Léo passou a atuar de forma mais sistemática neste cuidado.

No conto se retrata um movimento em que Léo passa a utilizar seus dias de folga para realizar um trabalho voluntário dentro do presídio, o que era compreendido pelas outras guardas como um sinal de que as coisas não estavam indo bem no seu ambiente familiar. O que se percebe, no entanto, é um processo em que Léo vai se tornando "guarda de coração", como ela diz, e a realidade do presídio começa a tomar conta da totalidade dos seus dias. Mesmo nos dias de folga é para o presídio que ela se dirige para atuar, mesmo que de forma voluntária, pois é ali que se sente útil e também acolhida: "Lá eu era acolhida, porque lá só tinha diferente, lá passou a ser a minha família, porque lá eles me acolhiam muito bem, essa questão toda da homossexualidade (...). Eu achei que elas (presas) me preenchiam, era o sentido da minha vida, era o sentido mesmo", eram frases usadas por Léo para argumentar os motivos pelos quais passa a trabalhar no presídio também quando estava de folga.

Nota-se, no entanto, que o cotidiano no cárcere é uma realidade que mescla convívio com pessoas que, como ela, eram diferentes com um objetivo maior de cuidado e proteção dessas pessoas. Quando Léo afirma que era acolhida pelas presas, em momento algum se identifica de forma plena com elas:

> "Depois que a gente fecha a tranca e vai embora, aí que começa a cadeia de verdade, e por mais que eu tenha me envolvido todo esse tempo lá, eu nunca consegui entrar no mundo delas. Eu não posso dizer: 'eu, um dia, me senti inserida no contexto delas'. Por mais liberdade que eu tivesse, eu não conseguia atingir, é uma coisa estranha, tem um código entre elas, e que só é descoberto se você estiver do lado de lá, com matrícula, como presa, é uma coisa estranha".

Não ter um número de matrícula na prisão, como presa, era o que diferenciava radicalmente Léo das detentas, revelando que a proximidade não significava, em momento algum, identificação. A questão da homossexualidade, utilizada por Léo para argumentar o motivo pelo qual se sentia aceita no trabalho que realizava na prisão também se coloca de forma ambígua. Léo conta que logo nos primeiros anos de carreira ela se sentia vigiada tanto pelas presas quanto pelas demais guardas e seus superiores. A sua opção sexual, segundo ela, era percebida como um perigo para a direção do presídio, já que poderia, a qualquer momento, se envolver afetivamente, ou mesmo sexualmente, com alguma interna.

Num primeiro momento, Léo aponta para a irracionalidade de tal questão, afirmando que toda sua vida pessoal ficava resguardada. A imagem usada por Léo volta-se para os pertences deixados no almoxarifado do presídio: “a sua vida pessoal, tudo aquilo você é, sua fé, sua orientação sexual, tudo, tudo, você deixa na portaria quando entra, e retoma quando sai. Dentro do presídio você não é nada, você não pode ser nada”. No entanto, no decorrer de sua narrativa, Léo indica a presença de riscos frente ao envolvimento mais próximo com as presas, já que o cotidiano entre elas é marcado por uma forte disputa pautada na sedução: “Essa sedução já existe naturalmente quando você entra no crime, é uma sedução natural, aliado a sua própria fraqueza... porque tem dia que você vem mal, e quem te acolhe? Elas! O mundo te dava uma porrada e elas te acolhiam. E por que elas acolhiam? Porque elas precisavam, porque você trazia o mundo para elas, era uma troca”.

O convívio cotidiano com tais mulheres gera o risco, segundo Léo, de uma paixão “sem sexo”, segundo ela – paixão pela pessoa independente de seu sexo. Esse perigo, no entanto, apresenta-se de forma real, já que uma relação entre guarda e presa é tida como um caminho sem volta. A identidade de guarda nunca mais poderá ser retomada a partir do momento em que ela se igualar às presas, seja por meio de uma relação afetiva ou sexual, seja por meio de negociações, ou por corrupção.

A princípio, Léo aponta para a aceitação de suas escolhas sexuais como sendo o principal motivo por se sentir acolhida no cárcere. Em sua narrativa, no entanto, é a possibilidade de atuar cuidando de pessoas que são percebidas por ela como sendo diferentes – assim como ela mesma se percebe – o que faz que ela se sinta “em casa” quando está trabalhando no presídio. O valor que Léo concede ao espaço prisional volta-se para a possibilidade de fazer parte de um ideal pautado nos direitos humanos.

Ao longo dos anos – em que Léo identifica os anos de “luta” – vai se desenhando, para ela, uma realidade em que são definidos inimigos (o sistema prisional, com suas diversas formas de opressão), as vítimas (presas que sofrem essa opressão do sistema prisional e enfrentam momentos de dor extrema) e guerrilheiros (militantes de direitos humanos e guardas simpatizantes a esta militância).

O sentido da vida de Léo, voltado para as presas, não é a aceitação de sua homossexualidade, e sim a possibilidade de realizar algo mais duradouro em uma profissão voltada, basicamente, para a vigilância – o abrir e fechar de celas. Esse sentido só existe porque existe um sistema

prisional opressor, por um lado, e presas que são oprimidas, por outro. E a oposição entre eles dá espaço para uma atuação contundente que traz sentido à experiência vivida por Léo.

*

Léo recorre às experiências de outras guardas para falar dos perigos que a vida no cárcere oferece para aquelas que trabalham ali dentro. É significativo o fato de que, para Léo, quase todas as pessoas que trabalharam com ela adoeceram a partir de sua vivência no presídio. Aos moldes das narrativas de violências coletadas por Veena Das (1999), as experiências de violência ou adoecimento são mais facilmente identificadas de forma indireta, portanto, é para as suas companheiras de trabalho que Léo se volta para discorrer sobre os riscos que a profissão de agente prisional oferece.

Esses riscos voltam-se, basicamente, para a dificuldade em realizar uma separação bem feita entre aquilo que é vivido no cárcere e a vida fora dele. Guardas violentos, segundo Léo, geralmente são aqueles que, fora do presídio, vivenciam o presente com pouco poder de escolha e decisão. São aqueles que são humilhados em casa, ou na rua, ou na padaria e, por não conseguirem reagir, é no cárcere que exercem a "síndrome do pequeno poder", como define Léo. Tais guardas abusam do poder de disciplinar ou do poder de atrapalhar o andamento das penas, o que ela chama de "poder da caneta"[47].

Por outro lado, Léo identifica situações contrárias, em que guardas que não sabem lidar com a dinâmica do presídio tornam-se violentos em suas relações domésticas, como forma de exteriorizar a humilhação muitas vezes vivenciada nas relações dentro do cárcere, tanto com presos e presas, quanto com os colegas de trabalho e, principalmente, com os superiores.

A partir da trajetória de Léo, percebe-se que ela também não soube lidar com essa separação entre o mundo do cárcere e as relações que se dão fora dele, no entanto, sua estratégia voltou-se para uma vida vivida integralmente no cárcere. Mesmo nos momentos em que se

[47] Casto e Silva (2008), em sua pesquisa sobre as relações entre guardas e presos dentro dos presídios fluminenses, discute o que ele também chama de "poder da caneta", mecanismo fundamental para o desenvolvimento do conceito de violência negociada – ponto central do seu livro. Segundo ele, o poder do guarda é definido pela sua capacidade de produzir documentos descrevendo atos de indisciplina dos presos, o que tem como consequência um prejuízo no andamento de suas penas. Para Castro e Silva, o "poder da caneta" deveria funcionar como o cumprimento da Lei, e não como uma vingança do guarda sobre o preso, já o que acontece na prática é o uso de tal poder apenas para prejudicar o detento, e não para discipliná-lo. Segundo o autor, quando não há intenção de prejudicar o preso, dá-se preferência aos castigos físicos, o que, por sua vez, é considerado crime de tortura.

afastava dele, era com os militantes de direitos humanos que Léo se envolvia, numa tentativa de continuar atuando em favor daqueles que ela considerava oprimidos.

Qualquer estratégia para lidar com o trânsito entre a vida no cárcere e fora dele, portanto, parece melhor que nenhuma estratégia. Enfrentar a dor torna-se, para Léo, o elemento fundamental de busca de sanidade:

> "A maioria dos meus amigos estão chapados, a dor consumiu eles, porque o sistema é pesado, você tirar 12 horas de forma rígida (falando sobre a forma como muitos guardas atuam dentro dos presídios)... porque o sistema faz... sem sair, sem enxergar a dor do outro como se doesse em você... porque é um ping pong, você recebe o que deu. Eu não! Eu recebi uma overdose de sentimento legal, só coisa boa! Às vezes eu chegava morta e saía viva lá de dentro, porque elas me davam... isso me fez sobreviver no sistema, hoje eu tô de boa... a maioria não, a maioria é violenta, criaram os filhos na violência".

"Sobreviver no sistema" é uma alusão à relação que Léo manteve por tanto tempo com as presas. Ela identifica em sua trajetória diversos momentos de dor, de quase loucura, no entanto, para ela, as razões para esse adoecimento não se voltam para a convivência com as presas, e sim para a convivência com o sistema prisional, suas regras e sua lógica. É para irracionalidade da instituição e a sua forma de lidar com os funcionários, e também com os presos, que Léo se volta para identificar os momentos de seu próprio adoecimento.

Uma vez dentro do sistema prisional parece ser impossível não adoecer. Por um lado, Léo aponta para os colegas que adoeceram porque não souberam lidar com a dor do preso, agindo sempre de forma muito rígida e, por isso, foram se tornando violentos em suas relações pessoais e desenvolvendo diversos tipos de doenças físicas e mentais. Por outro, os guardas que se identificam de alguma forma com a dor dos presos e presas também adoecem, porque estes precisam enfrentar o sistema prisional.

Dentre suas companheiras de luta – maneira como Léo chama as guardas que, como ela, atuavam em favor das presas – todas adoeceram. E adoeceram porque o sistema prisional foi feroz na contenção de suas ações. Para Léo, não há como escapar, por um lado ou por outro, todos adoecem: guardas violentos e rígidos, assim como aqueles que se compadecem dos presos e presas.

Assim que assumiu o posto de guarda prisional e entrou para trabalhar no raio, Léo conta que foi lhe dado um molho de chaves. Neste momento Léo desenha a imagem típica do agente penitenciário, que se confunde com o carcereiro de cadeias públicas – profissional alocado nas cadeias ligadas às delegacias que se responsabilizavam apenas por vigiar os presos detidos ali, e vivia com um molho de chaves na mão, já que sua função era apenas a de abrir e fechar as celas. Ao chegar ao raio, é essa imagem que Léo desenha para a função de guarda: aquele que abre e fecha as celas.

Em seu primeiro dia de trabalho, Léo era responsável por abrir as celas, soltar as presas para o banho de sol e trancá-las novamente. O problema, segundo ela, não foi colocar as detentas de volta para as celas, já que, naquele tempo, há 20 anos, a dinâmica do presídio era marcada pelo respeito em relação às regras vigentes. O problema foi que ela não sabia como trancar a cela, já que, apesar de parecer banal, a fechadura tinha um sistema próprio de duas trancas, e ninguém a avisara sobre isso. Foi uma presa quem disse que ela havia trancado apenas uma das fechaduras, e que, dessa forma, ela, a presa, poderia facilmente destrancá-la. Nesse momento, ela tira um grampo de seu cabelo e mostra à Léo como poderia facilmente se libertar. Em seguida, a presa ensina a Léo como trancar as duas fechaduras, mantendo, assim, a segurança.

Essa cena é escolhida por Léo para contar a maneira como a aprendizagem sobre o funcionamento do presídio e as responsabilidades da função se dão na prática, e mais ainda, no convívio com as presas. E é a partir de então que ela tece várias críticas à formação dos guardas oferecida pela Escola de Administração Penitenciária, em que pequenos cursos preparatórios são oferecidos sem, no entanto, possibilitar ao guarda ingressante uma visão prática do sistema prisional e da realidade que ele encontrará lá dentro.

Castro e Silva (2008) observou diversas aulas ministradas no curso preparatório para inspetores de segurança penitenciária no estado do Rio de Janeiro. A tônica do curso, segundo ele, não se volta para as regras presentes na Lei de Execução Penal, por exemplo, mas para a experiência prática. Os professores daquele estado são, na sua maioria, agentes de segurança lotados na escola, e procuram transmitir um saber voltado para a experiência pessoal vivida no cárcere. Numa das citações que fez sobre um professor, o autor aponta para a fala do primeiro: “É na prisão que aprendemos nosso ofício” (2008, p. 146). O que chama atenção

neste cenário descrito por Castro e Silva, e de certa forma também aludido por Léo em nossas conversas, é a importância de um curso baseado em “conselhos” sobre uma profissão que só poderá ser apreendida na prática.

Em uma tentativa de me ensinar como são as coisas no mundo do cárcere, Léo conta que os professores dos cursos preparatórios não têm zinabre na mão. Zinabre é sinônimo de azinhavre que, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio, é um substantivo masculino que significa “camada verde de hidrocarbonato de cobre que se forma nos objetos de cobre expostos ao ar e à umidade”. Léo, no entanto, define zinabre de forma diversa: é a marca da experiência do guarda, mancha que fica na mão de tanto manusear as trancas do presídio. Um guarda seria, assim, reconhecido pela mancha verde de zinabre que traz em sua mão devido ao manuseio contínuo de materiais de cobre.

No período de formação, não é a experiência que marca o aprendizado. Sendo assim, Léo vê o curso preparatório como perda de tempo: “Eles (os professores dos cursos preparatórios) ensinam o mundinho *barbie* para as guardas. Quando elas entram e encontram outra realidade, aí é o choque”. Os cursos não seriam capazes de oferecer às guardas uma bagagem suficiente para lidar com os desafios da experiência do cotidiano no cárcere: “Os professores não conhecem o cheiro do preso, e o preso é reconhecido pelo olhar, e esse olhar você conhece no dia a dia, não adianta querer conhecer o preso fora da cela”.

Com essa fala, Léo define não apenas o trabalho do guarda, mas principalmente confere uma identidade ao preso: é aquele que está dentro da cela, com uma matrícula, fora da cela o preso não é mais preso. Portanto, a aprendizagem do guarda só pode acontecer dentro dos muros do presídio, único lugar possível de conhecer o preso com quem ele deve lidar cotidianamente.

Se a função do guarda só pode ser aprendida e apreendida dentro do cárcere, para quê serviria, então, os cursos preparatórios? A partir de um ponto de vista institucional, os cursos ofereceriam aos guardas ingressantes uma visão sobre as regras e a própria instituição, muito mais que um conhecimento sobre o dia a dia da prisão e os presos em si. O principal aprendizado do curso preparatório volta-se para uma ideia de que o guarda não pode se institucionalizar, ou seja, não pode se tornar parecido com os presos:

> "Lá na academia você vai aprender as normas lá dentro, como se comportar, você não pode se institucionalizar, andar como elas, falar gíria, se aproximar demais... isso eles explicam, e é importante você saber que você não pode trazer um chiclete, porque a partir do momento que você trouxe um chiclete você criou um vínculo, que do chiclete pode ser uma caneta, da caneta pode ser um celular, do celular uma droga e depois você já tá como X9 no meio do caô: nem é ASP e nem é preso, não é polícia nem bandido, não é reconhecido pelo bandido nem pela polícia como polícia[48]".

Depois de afirmar a importância das "dicas" transmitidas no curso, Léo completa dizendo que, mesmo assim, isso será aprendido na prática: "Mas isso tudo você vai aprender no dia a dia, você aprende trabalhando lá dentro".

Castro e Silva (2008) afirma que a relação entre presos e guardas é algo bastante presente nos cursos preparatórios no Rio de Janeiro, por ser o momento em que pode acontecer uma identificação entre os dois grupos, tendo por consequência a corrupção do guarda. Este é um ponto importante na análise do autor, que está preocupado com as maneiras pelas quais os guardas negociam com os presos de forma a privilegiar o uso da violência física em detrimento do cumprimento das medidas previstas em lei no caso de indisciplina por parte do preso.

Enquanto no curso preparatório a preocupação volta-se para a não institucionalização do guarda, a prática, por sua vez, volta-se para o conhecimento de um equilíbrio tênue entre o cumprimento e o não cumprimento das regras. A aprendizagem do guarda poderia, segundo a fala de Léo, ser definida como o processo de saber onde cabe um sim e onde cabe um não, apesar das normas que especificam claramente o sim e o não. Isso também é apontado por

[48] "X9" é um termo usado, geralmente, para descrever uma pessoa que cometeu algum tipo de traição ao grupo, "caô" é uma situação ou evento complicado, uma confusão, geralmente envolvendo quebra de regras ou normas, independente da natureza de tais regras e normas. Bohannan (1973) discute as possibilidades da tradução dos termos etnográficos para realizar uma reflexão mais profunda acerca da comparação na antropologia. Traduzir termos nada mais é que encontrar significados equivalentes, ação puramente comparativa. No entanto, toda comparação em antropologia, segundo ele, deve ser cuidadosamente controlada, para que se tenha certeza de que os fatos em questão fazem parte de um contexto minimamente semelhante, e assim, seus significados possam ser intercambiáveis. Nas etnografias em que os sujeitos pesquisados falam a mesma língua do pesquisador e também de seus leitores (academia), certamente que tal questão ainda assim se coloca, já que termos específicos serão utilizados pelos "nativos" em questão. A fala de Léo encontra-se no meio do caminho, já que ela mesma se esforça por traduzir os termos utilizados, como se vê na frase acima, em que assim que pronuncia diversos termos específicos do universo do cárcere, ela mesma oferece uma explicação. Os antropólogos, no momento da escrita de seus textos etnográficos, encontram-se frente ao desafio de traduzir termo a termo ou deixar os termos no original, relegando ao leitor a tarefa de buscar significados equivalentes para que o texto se torne compreensível. A postura que assumo enquanto antropóloga e enquanto escritora de textos antropológicos é de que há de se ter consideração com o leitor, oferecendo, assim, não traduções exatas, mas possibilidades de interpretação.

Castro e Silva (2008) em seu estudo, em que o equilíbrio entre o sim e o não aparece na fala dos professores dos cursos preparatórios: “O preso vai te testar. Lá dentro vocês têm que aprender a dizer não. Vocês vão saber a hora de dizer sim. Se você for o cara que só diz ‘sim’, quando for o seu plantão os presos vão cair em cima de você” (2008, p. 159).

A maneira de obter o conhecimento sobre o momento correto de usar o sim e o não é algo que não pode ser transmitido pelo professor. Como se vê na fala acima, em que Castro e Silva reproduz o discurso de um instrutor, não há um método de transmissão de tal conhecimento, “vocês vão saber a hora de dizer sim”, é o que o professor diz. Léo, por sua vez, aponta para a maneira como esse conhecimento é adquirido.

No início, segundo Léo, “norma é norma”, e é melhor cumprir exatamente o que está escrito nas regras: “Você vai aprendendo com cada turma de inclusão que chega, mas no começo você é refém da inteligência delas, do tempo que elas estão presas (...) pessoas que estão ali 24 horas para olhar você, vigiar você, entender você”. No princípio, as guardas são reféns do mesmo tipo de olhar que elas deverão aprender a ter em relação às presas: no lugar de vigiar, quando chegam para trabalhar no presídio, são elas que estão sendo vigiadas. Há, no cárcere, um jogo de olhares cruzados em que presas e guardas se vigiam e se classificam mutuamente.

A primeira aprendizagem volta-se, então, para o cumprimento do que está escrito nos manuais, uma guarda precisa aprender a ser guarda, segundo Léo, e isso se define pelo conhecimento das regras e da maneira como elas devem ser aplicadas:

> “Existe uma regra no começo que onde é sim é sim e onde é não é não. Mas depois você vai dominar isso, e você é quem vai decidir. Então, no começo, infelizmente, você vai ter que passar por cima de umas questões suas, é necessário, porque você tem pessoas ali presas há muito tempo, estudando você, percebendo você, tentando fazer você dizer sim pro lado errado, sem saber”.

Depois que se domina as regras é possível, então, começar um trabalho voltado para o cuidado com as presas, como aconteceu com Léo. Em um primeiro momento, segundo ela, é preciso estar atento para que esse desejo de cuidado não permita que o guarda caia em contradição frente ao preso, e este passe a acreditar que pode manipular o guarda. Num cotidiano marcado por tensão e disputas constantes entre guardas e presas é preciso ter muito claro quem é preso e quem é guarda. Nesse sentido, aprender as regras, ainda assim, mantém

estrita relação com os ensinamentos do curso preparatório: o maior perigo para os guardas e as guardas é se institucionalizar, tornando-se iguais aos presos.

A trajetória de Léo apresenta-se como um caminho em que aprendeu a diferença radical existente entre elas – guardas – e presas, e assim, com essa certeza, foi possível se aproximar das detentas e realizar seu trabalho de cuidado, sem errar, como ela diz, sem negociar com as presas: "o problema maior não era a vigilância – cuidar para elas não fugirem, não usar drogas – não! O problema maior é manter essa distância, ao mesmo tempo tendo proximidade". Depois que se aprende a manter tal distância, próxima ao mesmo tempo, torna-se, então, possível decidir o que é o sim e o que é o não: "Quando cabe um sim? Quando cabe um não? É você quem decide, e esse é o momento mais importante, o preso tem que saber que você tem essa certeza, e a partir desse momento você dominou".

Se o aprendizado se dá na prática, se é a convivência cotidiana com o preso o que vai permitir ao guarda e à guarda a sabedoria para decidir quando é melhor dizer sim, e quando é melhor dizer não, são os anos de trabalho que criam um saber que dificilmente pode ser transmitido, sendo adquirido apenas pela prática. O que gera, entre as diversas turmas de guarda – e entre os guardas e as guardas mais velhos e o sistema prisional – tensões constantes. Ao voltarmos o olhar para a relação entre as diferentes turmas de guarda, marcadas pelo ano de ingresso na profissão, é possível perceber uma tensão calcada no processo de construção de um saber voltado para a vivência no cárcere.

Hoje, depois de mais de 20 anos de profissão, Léo é conhecida como sendo uma "dino", nome dado às guardas antigas que faz alusão ao termo dinossauro. As guardas ingressantes são advertidas, nos cursos preparatórios, segundo Léo e também segundo outras guardas ouvidas no decorrer da pesquisa, a não darem ouvidos às "dinossauras", já que elas possuem muita experiência e muito "ranço" de cadeia.

Léo, no entanto, não foi "dino" a vida inteira. Quando ingressou na carreira também encontrou guardas mais velhas que já tinham experiência no presídio. Quando a questionei sobre a relação que mantinha com tais guardas, ela apontou para o problema da experiência e a forma de adquiri-la: as guardas mais velhas tinham um jeito de perceber o presídio e lidar com ele e, queriam, de alguma forma, que as mais novas compartilhassem os mesmos valores. O problema, segundo Léo, é que ela não concordava, muitas vezes, com a forma de tais guardas lidarem com as presas, e por isso, preferia aprender ela mesma como fazer. As

guardas mais velhas se ressentiam, então, desta recusa, desta teimosia, já que acreditavam ser detentoras de um saber que as mais novas não tinham.

A experiência acumulada com os anos de profissão, além de se revelar como uma tensão constante entre guardas mais novas e mais velhas, apresenta-se como um perigo para o próprio sistema penitenciário. Segundo Léo, o sistema – forma como ela nomeia a instituição prisional – não sabe o que acontece dentro do raio, já que ele nunca entra ali. Ao fazer tal afirmação, Léo está identificando o sistema com seus dirigentes – diretores e secretários, ao mesmo tempo em que está se diferenciando dele – ainda que sendo uma funcionária do sistema prisional, ela age como se não fosse uma representante deste mesmo sistema, ao qual ela se opõe.

Esse "sistema", no entanto, vai sendo conhecido e desvendado ao longo dos anos de profissão, já que, com o tempo, o que vale no cotidiano do cárcere – esse lugar onde o "sistema" não entra – não é mais a regra imposta, aquela que vem de cima, dos altos escalões da instituição, mas a escolha do guarda entre o sim e o não, à revelia da regra. Os "dinossauros" começam a ameaçar o "sistema" a partir do momento em que começam a decidir sozinhos a rotina e os rumos do cotidiano da instituição. É nesse sentido que as guardas mais novas são aconselhadas a não darem ouvidos às mais antigas, essas que, segundo a Léo, guardam o "ranço" da cadeia. A experiência vivida pelos guardas toma, então, proporções que se voltam contra o próprio sistema prisional.

Lutando contra o "sistema" – os "bondes", as revoltas e o adoecimento

Apesar de fazer parte do corpo funcional do sistema prisional, ao longo de sua carreira Léo vai criando uma identidade de oposição à instituição. Os limites de sua luta são definidos a partir do próprio sistema prisional. Diferentemente de Solange, que questiona em sua fala, as razões e as desrazões da função do guarda ao refletir sobre a lógica da prisão, Léo, ao contrário, em diversos momentos legitima o sistema: como no caso de Suzane Ritchthofen, a pena de prisão é útil para prevenir a sociedade da convivência com esse tipo de "criminosa".

A identidade de Léo enquanto profissional vai se colando à sua trajetória de luta a favor dos direitos de presos e presas. No entanto, como já foi dito por ela, o preso só existe dentro das grades, o que faz que o significado da vida de Léo encontre-se, também, dentro das grades. Se

o presídio deixa de existir, o sentido da experiência de Léo se desvanece. A sua identidade é criada e mantida na luta contra o “sistema”.

A postura de luta foi se desenhando mais claramente a partir do momento que Léo passou a manter contato mais próximo com grupos militantes de direitos humanos. No princípio, esta ligação com tais grupos era extremamente velada, num esforço de manter em sigilo a sua postura de cuidado e atenção com as presas, evitando, assim, criar problemas com a instituição. Com o decorrer dos anos, no entanto, Léo vai se tornando confiante ao avaliar o sistema como “burro”, ou seja, que ele, segundo ela, não percebe quem está agindo no seu interior.

Essa percepção se volta para a falta de punição que sofreu por parte da instituição apesar de ter realizado diversas denúncias. No entanto, o que ela chama de um sistema “burro” nada mais é que uma instituição que pune disciplinarmente os presos problemáticos, mas volta outro tipo de punição – muito mais velado, muito mais sutil – para os funcionários tidos como indisciplinados. Por estar acostumada com as punições voltadas para os presos, Léo não identifica as estratégias da instituição para barrar este último tipo de funcionários como sendo, igualmente, uma punição. Tais estratégias são percebidas por Léo, antes, como estratégias de luta, tanto suas quanto do “sistema”.

***

PUNIÇÃO EXEMPLAR

Cena 1

Um pouco antes de chegar em casa, Léo percebeu que a lanterna já iluminava pouco. Pilha porcaria essa que ela tinha comprado. Se quisesse voltar ao presídio na noite seguinte, no mesmo horário, para conseguir novos documentos, deveria comprar pilhas novas. Sem problemas. As pilhas eram o de menos.

Ao abrir a porta do apartamento sentou direto no chão da sala, arrancou da cintura um punhado de papeis e espalhou todos pelo chão. Eram cartas, documentos de transferência,

fotografias, tudo o que ela tinha conseguido roubar da gaveta do diretor naquela noite. Havia também notas, alguns contratos. Separou os documentos por categorias, talvez houvesse ali alguma coisa boa, alguma prova de corrupção.

Voltaria na noite seguinte ao presídio, para devolver os documentos já copiados e procurar por outras provas, qualquer coisa que pudesse derrubar o diretor. Era noite de sexta, ele só voltaria ao presídio na segunda, ela teria ainda dois dias para terminar o trabalho.

Na noite seguinte se dirigiu novamente ao presídio, com entrada facilitada por aqueles que admiravam a sua audácia, mas não tinham, nem de longe, a mesma coragem. No escuro da cadeia, Léo, com sua lanterna e pilhas novas, dirigiu-se sem dificuldades, mais uma vez, à sala do diretor. Mais uma vez encontrou a sala escura e vazia, devolveu os documentos da noite anterior, vasculhou outra gaveta e outro armário, baixou mais uma vez o gorro cobrindo todo o rosto e saiu às pressas do presídio.

Tudo se passou como num filme. A diferença é que nem mesmo na terceira noite de ação houve qualquer pessoa na sala do diretor para acender a luz e dar um flagrante em Léo.

Cena 2

- Poxa, Léo, dessa vez você pegou pesado, hein?

- Ah, vai, não vai me dizer que agora você vai ficar chateada só porque eu te chamei de sapatão enrustida...

- Mas precisava pegar tão pesado?

- A gente conseguiu o que a gente queria, não conseguiu? Você foi lá e conseguiu encontrar o porão, do jeitinho que eu te falei, não foi? E melhor, ninguém desconfiou que fui eu que fiz a denúncia pra você, os caras têm certeza que eu te odeio, que eu odeio todo o povo dos direitos humanos.

- Puxa, e encontrar aquelas presas lá, torturadas, escondidas naquele alçapão, isso é uma barbaridade.

- Agora imagina a minha vida, nega, sabendo disso todos os dias, acompanhando, e não podendo fazer nada! E se eles descobrem que fui eu que falei o local pra você?

- É, depois do que você disse, do jeito que você falou comigo, acho difícil eles acharem que foi você...

- E o que vai acontecer agora?

- Agora tá nas mãos do Ministério Público, a Pastoral já encaminhou a denúncia formal, é bem provável que o diretor caia depois disso tudo.

- E eu?

- Pode ficar tranquila, ninguém sabe que foi você.

Cena 3

Como de costume, Léo chegou um pouco antes das sete da manhã no presídio onde trabalhava. Esperou cinco minutos ainda no portão e entrou para começar mais um dia de trabalho. Ainda trazia no rosto um resquício de esperança, uma alegria contida pela denúncia finalmente feita na semana anterior, pelo processo que o diretor responderia. Ela havia vencido, certamente havia vencido.

Distraída em pensamentos de esperança, não percebeu a guarda da portaria dizendo que ela não poderia entrar. Você foi transferida para a PFC, foi o que a guarda disse. Léo deu mais um passo e foi quando percebeu que a guarda se colocou no seu caminho. O que houve, querida? A resposta foi a mesma. Ela havia sido transferida para a Penitenciária Feminina da Capital. E é melhor se apresentar lá hoje, senão, é um dia a menos de trabalho pago.

Do Tatuapé até Santana ela não gastaria muito tempo, daria ainda para aproveitar o dia. Quando se apresentou na PFC foi que entendeu o recado: ela não era bem vinda. O máximo que Léo conseguiu foi ficar no estacionamento. Passaram-se meses, durante os quais ela revisou mentalmente cada denúncia, cada acontecimento, cada palavra do diretor. No final de oito meses conseguiu entrar no presídio novamente. Trazia nas mãos um mandato de segurança, e no banco uma dívida considerável – advogado não é coisa barata.

***

As três cenas descritas no conto acima apontam para formas específicas de Léo se relacionar com a instituição. A primeira cena ilustra uma estratégia de ações clandestinas contra a instituição, ressaltando a maneira como tais ações passam, a princípio, despercebidas pela própria instituição. Na segunda, o diálogo retratado aponta para estratégias de acobertamento das relações que Léo mantinha com os militantes de direitos humanos: na frente das outras guardas, ela se mostrava veementemente contra essas pessoas, sendo que na verdade era ela quem levava as denúncias para tais grupos e garantia, assim, que as informações daquilo que acontecia dentro do presídio chegassem até o Ministério Público e algo fosse feito para punir os responsáveis pelas torturas e maus tratos que aconteciam dentro do cárcere.

Nas duas primeiras cenas é possível perceber estratégias de atuação contra a instituição prisional de forma que Léo não fosse punida. E de fato, ela nunca foi punida formalmente por isso. E por muito tempo chegou a acreditar que a instituição não percebia aquilo que ela estava fazendo. O que Léo não sabia, no entanto, é que essa instituição contra qual ela lutava possuía outros meios de punir os funcionários "rebeldes".

É a partir de uma série de transferências sofridas que Léo foi, aos poucos, sofrendo outros tipos de punição por parte da instituição. De acordo com a sua fala, as transferências entre unidades prisionais aconteciam sempre depois que alguma denúncia contra a instituição havia sido feita. Fosse ela a responsável ou não, fosse uma denúncia formalizada por ela mesma, pela Pastoral Carcerária, por algum jornalista ou pelo Ministério Público. A instituição, que ela chamava de "burra", sabia bem por onde vazavam as informações. E a forma de punir desta instituição não era pelo castigo físico, nem mesmo pelo enclausuramento, mas pelo desenraizamento ou pela segregação.

Ao entrar novamente no presídio, depois dos oito meses impedida de trabalhar, como foi retratado no conto acima, as coisas não foram fáceis para Léo. Mesmo depois de tanto tempo distante, ela ainda sentia que era percebida como um risco para a instituição, já que poderia ser reconhecida pelas colegas de trabalho como uma guarda que conseguiu se colocar contra o sistema prisional. A instituição precisava, de alguma forma, neutralizá-la. As estratégias usadas pela diretoria, segundo a Léo, voltavam-se para a alocação de funcionários "problemas" em postos isolados, como nas guaritas de vigilância (hoje um cargo específico chamado AEVP – agente de escolta e vigilância prisional) ou na portaria.

Foi a partir de episódios como esse, em que Léo se encontrou afastada do presídio e da possibilidade de exercer a sua função, que ela identifica o seu próprio processo de adoecimento. Diferente de outras guardas, a narrativa de Léo aponta para uma trajetória que revela momentos de doença que não estão ligados a uma separação frágil entre a realidade do cárcere e a existente fora dele, mas a um enfraquecimento frente às investidas da instituição contra o trabalho que ela vinha realizando em favor dos direitos das presas.

O Primeiro Comando da Capital: desilusão, frustração e delírio

Desde o segundo encontro que tive com Léo, em que ela trouxe recortes de jornais, a presença do Primeiro Comando da Capital – PCC – é forte em sua fala. Desde o início de nossas conversas, Léo afirma que não dá para pensar na identidade do guarda de hoje sem pensar na presença deste grupo nos presídios paulistas.

A narrativa de Léo sobre sua trajetória profissional e também as suas ponderações sobre a profissão de agente de segurança penitenciária é dividida temporalmente pelo surgimento do PCC e o domínio que tal coletivo de presos passou a exercer dentro dos presídios paulistas. O primeiro esforço, na fala de Léo, volta-se para a legitimação do grupo enquanto realidade no sistema prisional. Os recortes de jornais trazidos por Léo apontam para uma resistência do governo do Estado de São Paulo em reconhecer a sua presença no interior dos presídios, negando, assim, uma suposta falta de controle do estado sobre a realidade prisional.

A postura de Léo, de legitimação do PCC, volta-se para uma denúncia contra o Estado, que se recusa a olhar para o sistema prisional[49] e, principalmente, agir de forma a punir aqueles presos que, na visão dela, estão oprimindo outros presos[50]. Apesar de ter trilhado uma carreira voltada para o cuidado e a garantia dos direitos dos presos, Léo, em momento algum, passa para o "lado de lá", ou seja, mesmo agindo em prol dos presos ela não se identifica com eles, não ultrapassa as regras de forma a privilegiar uma vida "bandida". É frente ao PCC e à sua

[49] Salla (2006), ao traçar o histórico das rebeliões prisionais no Estado de São Paulo a partir dos anos 1990, afirma que os coletivos de presos passaram a atuar de forma mais organizada dentro dos presídios a partir do momento em que o Estado abriu mão do controle da dinâmica prisional.

[50] Biondi e Marques (2010), ao pesquisarem diferentes "comandos" de presos – PCC e CRBC – encontram-se frente a uma disputa discursiva em que historicidades diversas são acionadas para legitimar os grupos em confronto. Presos ligados ao PCC afirmam que a atuação deste grupo humanizou os presídios, ou organizou o espaço prisional de forma a evitar a opressão entre os presos e as mortes dentro do espaço prisional. Presos ligados a outros grupos, no entanto, afirmam que o PCC, na verdade, oprime a população prisional ao proteger apenas aqueles que estão formalmente ligados a este comando.

expansão dentro dos presídios paulistas que Léo se reafirma como uma guarda justa e decente, que não negocia com os presos, apesar de lutar pelos seus direitos.

***

DIÁLOGOS NA TORRE DE VIGIA

Léo segurava nas mãos um punhado de cabelo, era o último tufo cortado da própria cabeça, e há oito horas ela mantinha o que restava dos seus cabelos na palma da mão. Não se lembrava mais do último almoço no refeitório. Estava magra, céus, como estava magra. Do último almoço só se lembrava dos olhares. Se lembrava com mais força daqueles que não olharam para ela. Daqueles que se levantaram enquanto se sentava. Daqueles que partiam assim que chegava.

Na torre, Léo olhava o vazio e segurava os cabelos que aos poucos cortava de si mesma. Não falava. Era Ivonete quem, às vezes, aparecia. A presa vinha toda amarelada, com os sinais dos cortes ainda visíveis. Ivonete trazia vidros minúsculos, não era iodo, Léo bebia cada um deles. Ivonete pegava a tesoura das mãos de Léo, aparava o seu cabelo, não dizia palavra. Desaparecia.

Dias depois voltava, ainda amarelada, ainda com sinais na pele. Aqueles cortes não cicatrizavam. Começou a falar, começou a perguntar. Léo não se lembrava de ter ouvido alguma vez a voz de Ivonete. Ivonete tinha a mesma voz de Léo. Ivonete perguntava. Léo, aos poucos, respondia.

Do que você tem medo?

A Neide acha que eu sou suja[51]*.*

Por que ela acharia isso?

Eu vi no olhar dela. Ela acreditou naquela história, ela acha que eu virei Partido[52]*.*

---

[51] "Suja" é a guarda que se associou ao PCC.
[52] "Virar partido" é o mesmo que se tornar "suja", é se associar ao PCC ou trabalhar para ele.

E você virou Partido?

Léo não se lembrava. Léo só se lembrava do olhar da Neide. Da Neide, do Cláudio, da Fátima, da Nice, da Francine, do João. Ela se lembrava tanto dos olhares que se esquecia do Partido. Ivonete insistia.

E você virou Partido?

Não, nega. Eles acham que eu virei, mas eu não virei.

O que aconteceu naquele dia, quando você chegou no presídio? Só tava você lá, não tava? Aquilo foi armação?

Foi armação. Foi armação.

Mas e na rebelião, como foi que você saiu de boa daquela rebelião? Como pode você ter entrado e saído de boa?

Foi armação. Foi armação.

Léo se recusava. Léo não falava. O olhar fixo, os tufos de cabelo na mão. Era impossível voltar à história, rever o ocorrido. Léo tentava mas não se lembrava. Repetia vezes e vezes que não era Partido, que não tinha virado Partido.

Ivonete deixou de aparecer. Léo não conseguia mais repetir as velhas palavras. Não falava mais. Se amedrontava a cada passo que ouvia. Alguém subia na torre, deixava seu almoço no último degrau da escada. Léo escondida no canto. Sem cabelo. Sem gordura. Presa na torre de vigia, em uma cela com portas abertas, a um milímetro da loucura.

***

Foi a partir de um conflito envolvendo possíveis relações com o PCC que Léo identificou o momento mais difícil de sua carreira, numa situação que ela acredita quase ter ultrapassado o limite da loucura. Depois de ter realizado muitas denúncias contra o sistema prisional, Léo se tornou uma guarda visada pela instituição. Ela era, portanto, vigiada, e sentia que os diretores

e responsáveis pela instituição estavam apenas esperando qualquer erro de sua parte para poder prejudicá-la. Segundo ela, sua vida era uma eterna espera por uma "cama de gato". Um dia, a cama de gato chegou.

Depois de ter sofrido uma transferência, Léo assumiu o posto na nova unidade prisional durante o final de semana. Quando se apresentou para trabalhar, percebeu que o presídio estava esvaziado de funcionários, e com isso, ela, sozinha, não conseguiria dar conta de toda a tarefa de vigília e também alimentação das presas. Frente a este cenário, Léo avisou às detentas que não poderia "pagar" o almoço delas, tampouco concederia o banho de sol. Depois de explicar às presas a situação, elas, por sua vez, resolveram se rebelar, tomando Léo como refém, para que o diretor da unidade aparecesse no presídio e resolvesse a situação.

Nada aconteceu com Léo. Ela não foi, em momento algum, prejudicada pelas presas. O diretor do presídio chegou, fez as negociações cabíveis e, no mesmo dia, algumas internas foram transferidas para outro presídio, conforme a reivindicação do coletivo. Como Léo era a única guarda de plantão, assim que ela foi libertada da rebelião se encarregou, ela mesma, das transferências.

Dias depois Léo soube que estava sendo acusada de, ela própria, ter organizado a rebelião. O estranho, para quem estava de fora, era saber que ela tinha sido feita refém, depois liberada e ainda se encarregou das transferências, que eram, por sua vez, reivindicação das presas. Como ela poderia ter sido feita refém e, ainda assim, atuado em prol das presas no momento das transferências? Na visão dos dirigentes do presídio, isso era subversão. Léo passa, então, a ser acusada de traição, por ter, ela mesma, enquanto guarda, incitado uma rebelião, organizado um conflito contra o próprio Estado.

Essa é a acusação que foi feita pelos dirigentes. Há, ainda, a versão do PCC, que se incomodou com o fato de uma guarda que não era batizada no partido[53] ter organizado uma rebelião num presídio que estava sob o comando da organização. Com isso, a líder do coletivo naquela unidade passou a ser acusada pelos seus líderes. A presa responsável passou, assim, a responder por contravenção a partir das regras do PCC.

Tal presa procurou Léo e pediu a ela que esclarecesse o ocorrido com a "torre" do partido (forma como os líderes da organização são chamados), afirmando para eles que fora ela, a

[53] Ser "batizada no partido" significa fazer parte da organização, atuando a seu favor.

presa, e não Léo quem organizara a rebelião. Léo não achava justo que a presa fosse condenada pelo PCC, assim como não achava justo tomar para si a responsabilidade por um ato que ela considerava abjeto: traição.

Para resolver a situação, no entanto, Léo pediu à presa que passasse o recado para a "torre" e que eles fizessem uma ligação para o presídio. O diretor, já avisado, assim que recebeu a ligação chamou Léo. Falar com a "torre", no entanto, não era algo simples para ela: conversar com o que ela considera uma facção criminosa, ter de dar explicações a tal grupo, era, para Léo, legitimar seu poder dentro dos presídios e sobre os guardas em geral. Ter que dar satisfações a um preso, e não ao Estado, foi algo que causou profunda revolta em Léo. Ela apenas o fez para proteger a presa.

A situação com o PCC foi resolvida. Os diretores que procuravam acusar Léo de subversão não o fizeram por falta de provas e, com isso, Léo não foi acusada formalmente. Léo afirma que, no entanto, os problemas não foram resolvidos ali, já que as suspeitas dos colegas sobre o envolvimento de Léo com o PCC perduraram. Suspeitas que ela não poderia combater, já que não foram feitas formalmente.

Esta é a versão de Léo sobre o que aconteceu no dia da rebelião na unidade prisional e seus desdobramentos posteriores. Mais importante, para ela, que as acusações formais, foram as interpretações que seus colegas fizeram sobre a sua conduta – uma postura que ela construiu ao longo de toda sua carreira, reivindicando para si o status de uma guarda justa. Neste período, os colegas de Léo passam a evitá-la. Dentro do presídio, quase ninguém conversa com ela. Ela é, então, alocada para trabalhar na torre da muralha, espaço diminuto em que o guarda passa o dia inteiro sozinho, e não pode sair nem mesmo para ir ao banheiro.

Neste momento em que se encontra bastante sozinha, Léo tenta organizar os eventos em sua mente, procurando compreender a sequência dos fatos, a maneira como se deu aquele desfecho em que ela passava a se sentir acusada de um crime que não cometeu – traição. É ali, sozinha na torre da muralha que Léo se sente próxima da loucura, já que se envolve numa atmosfera de revolta, frustração e, principalmente, vergonha dos olhares dos colegas que a acusam. Léo passa dias sem conversar com ninguém, não se alimenta mais, já que não consegue enfrentar os olhares dos colegas durante as refeições.

A partir do conto acima é possível perceber a forma como Léo encontrava-se no limiar da loucura, em que não era mais capaz de diferenciar as horas, os momentos de solidão e, principalmente, as lembranças dos ocorridos recentes e antigos. Aos poucos, Léo vai se mutilando, cortando um pouco do cabelo a cada dia. Depois de algum tempo, foram os militantes de direitos humanos que se inteiraram de sua situação e procuraram ajuda médica para Léo. Aos poucos ela foi se reabilitando e voltou a trabalhar nos presídios.

A importância do ocorrido volta-se, nesta análise, para o posicionamento de Léo frente ao sistema prisional e as formas de identificação e construção de identidade. A sua resistência frente ao poder exercido pelo PCC volta-se para uma afirmação do papel do agente prisional na dinâmica do cárcere. Segundo ela, a identidade do guarda está ligada à disciplina, ou seja, o guarda existe para garantir a ordem dentro do presídio. Com o PCC, no entanto, essa identidade fica abalada, já que é ele quem exerce, agora, o poder de ordenar a realidade dentro do cárcere. O guarda já não pode mais exercer o poder de antes, já que também tem que se curvar às ordens da organização.

Esta dinâmica, em que o PCC passou a dar ordens também aos agentes prisionais, é baseada na política do medo. Em muitos casos, os próprios presos indicam aos agentes que possuem conhecimento minucioso sobre a sua rotina e a de seus familiares, apontando, com isso, que tanto o guarda quanto a sua família podem ser alvos de ataques enquanto estiverem nas ruas.

Para Léo, no entanto, tais ameaças não surtem efeitos, já que ela se mantém distante de todos os familiares e com isso o PCC não teria como ameaçá-la a partir de outros. As ameaças só poderiam ser sobre ela mesma e, segundo ela, isso não era causa de medo. O problema, para Léo, foi a distância que a organização impôs entre os guardas e os presos. Antes do surgimento do PCC, as relações entre as guardas e as presas poderiam ser mais próximas, e com isso, Léo podia exercer o seu trabalho de cuidado e proteção. Com o coletivo de presos, no entanto, impôs-se uma diferença radical entre guardas e presos a partir do ponto de vista do preso. Se antes essa diferenciação era uma prerrogativa da instituição prisional, agora, com o PCC, tal diferenciação também acontece a partir do olhar do preso: ele também precisa se diferenciar do guarda, já que, para a organização, os guardas são policiais e todos os policiais são inimigos.

Qualquer aproximação de um preso ou presa com os guardas pode ser interpretado pelos líderes do coletivo como traição, o que é, geralmente, punido de forma severa. A partir da política do medo, o PCC impediu que guardas como a Léo atuassem no cuidado dos presos e

presas, já que o próprio preso, agora, se recusa a qualquer tipo de aproximação dos guardas, mesmo que seja para ser cuidado por eles.

Léo aponta para esta distância como uma impossibilidade de negociar, de forma benéfica, com as presas: “Hoje é muito difícil ficar 20 anos, ter carreira, apesar de o salário continuar bom. Antes você negociava diretamente com o preso, você era meio criminoso, meio estelionatário”. Nesta fala, Léo ilustra a maneira como se davam as relações entre as guardas e as presas, indicando que muitas vezes ela tentava adentrar o mundo delas, negociando da forma que elas negociavam, sendo um pouco “estelionatária”, um pouco “criminosa”. Com o PCC, não existe mais esse tipo de negociação, e se não há mais nenhum tipo de proximidade entre as guardas e as presas, o que resta é abrir e fechar grades.

Hoje Léo está alocada num presídio semiaberto, em que o trabalho é bem mais tranquilo e não há uma estrita vigilância sobre as presas. Ela pontua que atualmente é muito difícil realizar o trabalho que sempre exerceu nos presídios, já que a presença do PCC impede qualquer tipo de atuação. Para ela, a impossibilidade de tal trabalho faz que a profissão perca seu sentido, já que continuará vendo presas maltratadas sem, no entanto, poder agir como fazia antigamente, já que são as próprias presas que recusam qualquer cuidado.

Antes Léo lutava contra uma instituição que ela avaliava como opressora, e essa instituição era o Estado que a empregava. Hoje, a sua luta teria que se voltar contra uma organização que considera criminosa, que pouco conhece, que pouco se sabe sobre ela, que atua de formas ainda desconhecidas e que, de acordo com ela, é muito mais opressora que o próprio Estado. Frente a essa realidade, Léo preferiu, depois de tantos anos trabalhando e militando dentro do sistema, se afastar, atuando em presídio em que não existem presas maltratadas e, com isso, ela evita conviver com a dor que sempre a acompanhou em sua carreira, porque agora, depois de tanto tempo lutando, ela não consegue mais fazer nada. E por isso entende que não é mais possível ser guarda.

CAPÍTULO 5

APRENDENDO A DIZER SIM E A DIZER NÃO: QUANDO A INSTITUIÇÃO É TRANSFORMADA PELA TRAJETÓRIA INDIVIDUAL

Os estudos vigentes sobre o cárcere e as relações que se dão a partir dele me trazem algum desconforto porque denotam, geralmente, um tom de denúncia sobre uma realidade bastante desconhecida da maioria da população. Às vésperas de um encontro da ANPOCS, Raphael Sabaini e eu discutíamos a cor de fundo de um painel que apresentaríamos conjuntamente na ocasião. O cartaz trazia imagens de presídios paulistas e discutia os diferentes papeis que o agente prisional exerce em duas cidades: São Paulo, capital, e Itirapina, interior. A cor verde ocre foi escolhida, dando ao painel um ar sombrio, com detalhes que imitavam ferrugem. Eu insistia na escolha de um tom mais ameno, menos pesado, para que o painel não reforçasse a ideia do presídio como algo terrível, escuro e sombrio, mas chamasse a atenção para outras relações possíveis de serem discutidas a partir do cárcere. Frente ao impasse, pedimos que pessoas não relacionadas ao nosso trabalho dessem sua opinião e nos ajudassem a escolher a cor de fundo do painel. O tom ocre foi o escolhido, e estas pessoas diziam que aquela cor combinava mais com a ideia de presídio que o tom azul claro que eu havia defendido.

Esta visão sobre o presídio – em tom ocre – não é própria daqueles que não conhecem o cotidiano prisional, as pesquisas que tomam como objeto de análise o cárcere e suas relações também trazem, geralmente, esta impressão. Quando iniciei a pesquisa, realizei uma leitura cuidadosa dos trabalhos acadêmicos disponíveis sobre agentes prisionais e percebi que eles se voltam para a descrição de uma realidade difícil a que estão sujeitos a partir da profissão que exercem. Este tipo de visão – partindo de aspectos negativos – me parecia contaminada por um preconceito, tanto no que se refere à prisão em si – voltando-se para a ideia de que ela não produz nada de bom – quanto para a impossibilidade de, a partir desse cenário, encontrar relações e construções positivas.

A minha intenção não era dizer que a prisão pode ser boa – ideia que de forma alguma compartilho. O meu desejo voltava-se, antes, para a procura daquilo que era construído de

forma positiva a partir da prisão[54]. É possível sobreviver à realidade prisional? Se sim, como se faz? O que é construído a partir deste esforço?

Ao escrever, no entanto, as histórias de vida trabalhadas nesta dissertação, foi possível perceber que é extremamente difícil falar do cotidiano prisional a partir da ótica de agentes de segurança penitenciária sem falar de dor, opressão e insalubridade. Por mais que eu tenha evitado realizar qualquer tipo de denúncia, percebi que o texto que ora escrevo é carregado do desejo de mostrar a outras pessoas que não conhecem a realidade prisional como é difícil sobreviver a ela.

O que chama a atenção, no entanto, apesar da dor e do horror de muitas das histórias narradas, é a capacidade de Solange e Léo, e também das outras agentes penitenciárias entrevistadas, de modificar a realidade prisional a partir de escolhas realizadas dentro do contexto penitenciário. As estratégias utilizadas pelas guardas – elaboradas cotidianamente a partir da prática prisional – apontam para uma realidade dinâmica em que as relações existentes dentro do presídio modificam, a todo o momento, a estrutura da instituição prisional. A partir deste viés é possível, então, fazer algo mais que simplesmente denunciar a insalubridade ou o horror de viver sob constante pressão, medo e ansiedade.

A instituição prisional e seus modos de controle de identidade e experiência

A instituição prisional é reconhecida por aqueles que trabalham nela como um sistema. Esse "sistema" possui uma estrutura organizacional que estabelece o funcionamento das unidades prisionais e define, assim, as regras a partir das quais esse funcionamento é entendido como eficiente. O "sistema", no entanto, possui algumas faces reconhecíveis nas narrativas das agentes prisionais com quem conversei. Em alguns momentos, o "sistema" é identificado com a SAP – Secretaria de Administração Penitenciária –, órgão responsável pela custódia dos presos e da administração das unidades prisionais paulistas.

Em outros momentos, no entanto, o "sistema" é identificado com o diretor ou diretora da unidade onde as guardas trabalham. Eles são os responsáveis pelas decisões tomadas no dia a dia das unidades prisionais, logo, são o rosto reconhecível do "sistema", aqueles que acatam ou não a decisão da Secretaria e fazem, com isso, o "sistema" funcionar.

[54] Rafael Godoi, em seu trabalho sobre as relações entre o cárcere e o seu entorno discute o caráter positivo das prisões, demonstrando a forma como a instituição e as relações que ela mantém com a sociedade é algo que conforma relações, construindo realidades carregadas de positividade a partir do confinamento.

É possível, ainda, identificar o "sistema" com a pessoa do Secretário da pasta: responsável maior pelo controle da realidade prisional. Quando, em 1999, o então Secretário de Administração Penitenciária afirma que o PCC é uma ficção[55], a sua fala é reconhecida como uma fala do "sistema" pelas guardas com quem eu conversei, dizendo que ele não reconheceu, por algum tempo, a presença do PCC nos presídios paulistas.

Ao trabalhar, nesta dissertação, as trajetórias de agentes prisionais, com foco nas experiências profissionais a partir do cárcere, diversas questões ligadas à vida institucional vieram à tona. Não é possível, portanto, analisar as narrativas aqui trabalhadas sem levar em consideração a relação estabelecida entre os indivíduos e a instituição, ou seja, entre as trajetórias das guardas e a instituição prisional.

A discussão sobre a relação entre o pensamento individual e a coerção social remonta a Durkheim (2008), que postula as bases sociais do pensamento individual. Mary Douglas (2007) retoma o argumento de Durkheim para analisar as maneiras pelas quais as instituições definem a maneira como os indivíduos tomam decisões importantes. Douglas oferece, assim, um arcabouço teórico capaz de estabelecer as bases para uma discussão sobre a relação entre as trajetórias individuais – com suas escolhas – e o pensamento institucional – com suas definições macro sobre questões importantes da vida em sociedade.

De acordo com Douglas, uma instituição é um grupo socialmente legitimado no qual é possível perceber traços de solidariedade. Essa solidariedade pode ser percebida através de decisões comuns que são tomadas pelo grupo em favor dele. Certo número de pessoas viajando juntas num ônibus não pode ser analisado enquanto uma instituição, já que não formam um grupo que toma decisões coletivas; uma pequena comunidade agrícola, por sua vez, demonstra traços de solidariedade ao se organizar a partir de escolhas que privilegiam o grupo em detrimento dos desejos individuais num momento de crise econômica, por exemplo.

A existência legal de um grupo social também não é suficiente para defini-lo enquanto instituição, já que os pressupostos legais, por si só, não garantem que o grupo se reconheça enquanto tal:

[55] O ESTADO DE SÃO PAULO, Cidades. "MP denuncia grupo que comandaria rebeliões". 5 de março de 1999.

> “A instituição em questão pode ser uma família, um jogo ou uma cerimônia. A autoridade legitimadora pode ser pessoal, tal como um pai, um médico, um juiz ou um *maître d’hotel*. Ou então pode ser difusa, baseada na concordância comum em torno de algum princípio fundante. (...) Presume-se que a maior parte das instituições mais estabelecidas, quando desafiadas, sejam capazes de concatenar suas reinvindicações à legitimidade com sua adequação à natureza do universo” (DOUGLAS, 2007, p.56).

Uma instituição, portanto, só existe se houver, entre os indivíduos envolvidos, um compartilhamento mínimo de categorias de pensamento. É preciso que exista, entre eles, ideias e sentimentos que se assemelhem (DOUGLAS, 2007, p.23). À primeira vista, o sistema penitenciário teria apenas uma existência legal, portanto, não poderia ser compreendido como uma instituição nos moldes de Douglas, já que os seus funcionários são ligados apenas pelo dever legal de tutelar os presos.

No entanto, como foi visto na história de Solange, e também nas discussões que envolveram a EAP – Escola de Administração Penitenciária, o sistema prisional, enquanto instituição legal, esforça-se para oferecer aos seus funcionários uma visão de mundo específica, que define não apenas quem é o agente prisional, mas também a maneira como ele deve olhar e compreender o preso e a sociedade mais ampla.

Solange e Léo foram se tornando “agentes prisionais de coração” ao longo da própria carreira. No início, nem mesmo elas identificavam em si uma vocação genuína para a função. A pergunta que muitas vezes incomoda os pesquisadores que se voltam para os agentes prisionais são os motivos pelos quais tais profissionais não abandonam a função tendo em vista seu caráter insalubre e opressor. Um olhar sobre a solidariedade grupal e a maneira como a instituição molda as experiências pessoais e o pensamento individual lança luz sobre esta questão.

A Escola de Administração Penitenciária foi definida por Léo como uma mentira, sendo apenas uma forma de manipular os ingressantes na carreira. Para ela, o curso preparatório deveria oferecer instrumentos práticos para que os novos agentes prisionais pudessem lidar melhor com os desafios que irão encontrar ao adentrar as penitenciárias. Por isso a mentira: o curso não oferece tais ferramentas. Mas é ali que a solidariedade grupal começa a ser construída, a partir das bases legais que estruturam o sistema penitenciário.

O curso oferece aos novatos os meios pelos quais devem interpretar tanto a profissão de agente prisional, quanto os presos e a própria instituição. Douglas (2007) aponta que a instituição não é um ser supraindividual e não possui opinião própria sobre a realidade ou as questões que estão envolvidas no seu cotidiano. Ao contrário, a instituição é formada pelos indivíduos e é na interrelação entre eles que as bases de um pensamento compartilhado são construídas. Os indivíduos, assim, tomam decisões apoiados nessa base institucional do pensamento.

Mesmo que os ingressantes na carreira tenham contato com os princípios organizacionais da instituição durante o curso de formação, é no decorrer da profissão que os agentes prisionais colocam em prática as ideias apreendidas no curso de formação e constroem, assim, as bases para o pensamento institucional. A visão de mundo oferecida pela instituição tem início no curso de formação, mas vai sendo moldada juntamente com a prática prisional.

Os aprendizados obtidos durante o curso são largamente rejeitados pelas agentes prisionais com quem conversei durante a pesquisa: questões sobre defesa pessoal, leitura da LEP ou noções sobre direitos humanos são, segundo elas, apreendidas na prática. No entanto, quando pergunto a elas qual é o papel do agente penitenciário na prisão, elas repetem o discurso institucional: o ASP cuida da segurança e da disciplina. Mesmo sabendo que na prática o papel do guarda volta-se para outros deveres, como o cuidado, a companhia, a repreensão, a comunicação com o externo ao cárcere – funções largamente trabalhadas nas falas das guardas – a resposta institucional é aludida quando a entrevistada é convidada a operar uma classificação sobre as profissões ligadas ao sistema prisional. Vê-se, assim, o pensamento institucional funcionando ao mesmo tempo em que é operado pelas guardas.

As instituições, no entanto, não operam apenas as classificações a partir das bases comuns de pensamento, também conferem identidade e selecionam a memória. Para Mary Douglas, é o pensamento institucional o único capaz de definir similaridades. Segundo a autora, não há nada nas próprias coisas que possam indicar que A é semelhante a B e diferente de C. Os elementos possuem uma diversidade de aspectos a partir dos quais podem ser agrupados, no entanto, é o pensamento institucional que seleciona aquilo que é tido como similar e o que é tido como diferente, apagando as demais características que poderiam tornar a definição de similaridade ambígua.

Solange, ao se voltar para a sua experiência profissional nos primeiros anos de carreira, pergunta-se no que se difere das presas que custodia. Se as bases para a classificação fossem construídas a partir da história de vida, ela não se veria diferente: sempre morou na periferia e assim como as presas, veio de família pobre e possui baixo nível escolar. Dentro de sua família o problema de classificação também se colocava: um irmão preso e o outro agente prisional. No que seriam diferentes?

Na incapacidade de operar individualmente este tipo de classificação, é o pensamento institucional que oferece as bases para tal operação. Preso é quem está do lado "de lá" das grades, possuindo um número de matrícula. A diferenciação e construção de identidade não se dão, portanto, nem pelo histórico pessoal, nem pelo comportamento, já que muitos agentes prisionais se aproximam do comportamento de muitos presos ao fazerem uso de drogas ilícitas, como foi possível perceber tanto na história de Solange quando na narrativa de Léo.

Léo, devido à grande simpatia que sentia pelo sofrimento das presas, quis, muitas vezes, entender o que era ser uma presa. Suas tentativas foram em vão, conforme é possível perceber em sua fala: por mais que se identificasse, ela só entenderia a experiência de uma presa se ganhasse um número de matrícula. Apesar de parecidas em diversos aspectos – até visualmente, como Léo insistia em afirmar – elas eram radicalmente diferentes.

No entanto, as bases para essa diferenciação não eram evidentes, o que incomodava tanto Solange quanto Léo: a pergunta insistente "no que somos diferentes?" indica que a resposta não é encontrada nos fatos explícitos. Para Mary Douglas, as analogias criadas pelo pensamento institucional tentam se apresentar como transparentes e são baseadas em diferenças compreendidas como "naturais": a complementariedade da mão esquerda com a mão direita é usada, muitas vezes, para explicar a complementariedade entre os gêneros masculino e feminino. Com isso, uma analogia com a natureza é usada para legitimar uma diferenciação social. Tais analogias só sobrevivem, no entanto, se ocultarem suas bases frágeis:

> "As semelhanças que proporcionam analogias favoráveis são constituídas basicamente para legitimar as instituições sociais, e não se pretende que, a partir delas, se façam inferências sobre as coisas físicas. Além disso, o empenho em fortalecer instituições sociais frágeis assentando-as na natureza é derrotado tão logo seja reconhecido enquanto tal. É por isso que as analogias fundantes precisam ser ocultas e que o

> domínio do estilo do pensamento sobre o mundo tem de ser secreto" (DOUGLAS, 2007, p.62).

O exemplo dos dois irmãos de Solange aponta para a fragilidade dessa diferenciação entre o preso e o ASP: eles não são em nada diferentes[56], e é o pensamento institucional quem opera esta classificação, que tem, por fim, implicações práticas na experiência individual dos guardas: ASPs que fazem uso de drogas ilícitas não serão necessariamente punidos por isso. Como vimos a partir da narrativa de Léo, a preocupação em relação à conduta de um ASP volta-se mais para a sua relação com o sistema prisional que com sua vida particular.

Ao operar essa classificação, o pensamento institucional confere identidade aos indivíduos que fazem parte do grupo. A partir da prática prisional, a guarda aprende o que é ser uma guarda e quais são as condutas que a instituição espera dela. Ao se diferenciar das presas, aprende que precisa ser "decente", que não pode falar palavrão e nem se apropriar dos trejeitos típicos das presas. A partir do momento em que é classificada como diferente das presas, é preciso, então, se diferenciar delas, de fato. Este é o processo institucional de diferenciação e construção de identidade.

Outro mecanismo institucional de construção de pensamento volta-se para o trabalho da memória. Para Mary Douglas, a instituição opera a seleção do que deve ser lembrado e esquecido na história. A partir da história de Léo, foi possível discutir a maneira como a memória individual é construída a partir da diferenciação dos momentos vividos. A história social, no entanto, é construída, de acordo com a autora, a partir da seleção de elementos bons para serem lembrados ou para serem esquecidos.

> "Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente. As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos,

[56] Moraes (2005) afirma que tanto presos quanto agentes prisionais são provenientes das mesmas parcelas da população já que a criminalização das populações carentes, aos moldes da teoria de Foucault (1987) não acontece apenas no sentido de criar sujeitos criminosos, mas, principalmente, de criar uma penitenciarização desta população, fazendo com que ela esteja sempre envolvida em dispositivos carcerários, tanto em relação aos indivíduos presos, quanto aos sujeitos que se tornam seus funcionários. Ver também Godoi (2010).

> práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos de acontecimentos e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais" (DOUGLAS, 2007, p. 75).

A instituição prisional opera, rotineiramente, esta seleção do passado a que Mary Douglas se refere. A história institucional narrada pelas guardas com quem conversei é cheia de espaços sombreados e inacessíveis. Ao conversar com guardas que, de certa forma, são próximas entre si, pude perceber diversos buracos em suas falas, pois uma contava coisas sobre a vida da outra que não haviam sido narradas pela própria pessoa.

Esses buracos narrativos não se voltam apenas para o tipo de pensamento institucional a que as guardas estão sujeitas – mais a frente irei tratar da violência e da impossibilidade da fala. No entanto, é possível perceber que a instituição opera a seleção da memória individual e também grupal. A pesquisa que desenvolvi voltou-se para os mecanismos individuais da memória, no entanto, é importante frisar o quanto uma análise referente à memória institucional é capaz de dizer a respeito do que a instituição se propõe a ser. O que os lugares sombreados da instituição falam acerca daquilo que ela é?

Se as instituições não são seres supraindividuais, como são constituídas? Como passam a existir? O que, no sistema prisional, faz com que as regras e a estrutura compartilhadas a partir de sua existência legal exerçam poder sobre as experiências dos indivíduos que dele fazem parte? Mary Douglas, ao discutir as possibilidades de escolhas individuais dentro do pensamento institucional, afirma que os indivíduos resistem à ideia de que são coagidos a pensar de tal ou qual forma, no entanto, a todo o momento, voltam-se para uma correção do pensamento compartilhado:

> "Quando as instituições operam classificações para nós, parece que perdemos parte daquela independência que, concebivelmente, poderíamos ter tido. Enquanto indivíduos, possuímos todos os motivos para nos contrapormos e resistirmos a esse pensamento. Vivendo juntos, assumimos uma responsabilidade individual que se estende a todos os membros da comunidade. Assumimos a responsabilidade por nossos atos e ainda mais voluntariamente por nossos pensamentos. Nossa interação social consiste em boa parte em comunicarmos uns aos outros o que estávamos pensando naquele determinado momento e em censurarmos os pensamentos equivocados. *Com efeito, é assim que construímos as instituições, amoldando nossas*

ideias e as dos outros em um formato comum de tal modo que possamos provar nossa correção simplesmente por meio das cifras que revelam uma aquiescência independente" (DOUGLAS, 2007, p. 97, grifos meus).

Douglas aponta para o caráter de correção que as falas assumem no momento da interação social – e poderíamos dizer o mesmo das narrativas. Essa correção marca a construção do pensamento institucional, quando pensamentos individuais são avaliados e reavaliados pelo grupo, sendo amoldados a ele. As guardas, ao falarem entre si e para os outros sobre o sistema prisional – como a instituição é ou deveria ser, os problemas que enfrentam e as possíveis soluções – dão forma ao pensamento institucional, capaz de envolver emocionalmente cada um de seus integrantes. A partir desse momento, as mulheres que entraram para a carreira de agente prisional, tornam-se, de fato, agentes prisionais, ou, "guardas de coração", já que passam a compartilhar e a contribuir para esse tipo de pensamento institucional que define como será o funcionamento do sistema prisional.

Para Mary Douglas, as análises do pensamento institucional erram ao propor que a instituição define, por si só, o pensamento individual. Segundo a autora, a instituição oferece um leque de possibilidades a partir das quais o indivíduo toma sua decisão: as pessoas realizam escolhas no interior de classificações anteriormente construídas (DOUGLAS, 2007, p.107). Quando acontece o compartilhamento dos pensamentos individuais e a realização das correções, toma-se forma o pensamento institucional. A partir de então, é possível perceber um complexo imbricamento entre escolha individual e sobrevivência do grupo.

A prática prisional: o lugar do sim e do não

Se o pensamento institucional não define as escolhas a serem tomadas dentro das possibilidades oferecidas pelas categorias disponíveis, o que o faz? O sistema prisional, a partir de suas atribuições legais, estabelece uma série de regras para o bom funcionamento do cotidiano dos presídios. Assim como a LEP, alguns regulamentos internos devem ser seguidos tanto pelos funcionários quanto pelas pessoas presas. São os funcionários, no entanto, que devem regular a prática de tais regras e fazer, assim, com que o sistema prisional funcione a partir de seus pressupostos organizacionais.

Seguindo o conceito postulado por Douglas, as escolhas tomadas pelas agentes prisionais no interior da prática prisional se voltariam para um senso de sobrevivência grupal: os

pensamentos e as práticas estariam, assim, moldados a partir da correção coletiva do pensamento grupal, o que faria que as escolhas privilegiassem a sobrevivência do grupo em detrimento dos desejos pessoais.

Esta argumentação, no entanto, não toca no cerne das escolhas realizadas pelas agentes prisionais dentro de um leque de possibilidades em que várias delas poderiam apontar para o equilíbrio do sistema prisional. O que poderia explicar, então, as escolhas tomadas por tais indivíduos? Como as agentes prisionais se apropriam das regras do sistema prisional e, a partir dessa apropriação, transformam a realidade da prática prisional? Se há um imbricamento complexo entre escolhas racionais e experiência coletiva, como se dá a alteração dessa experiência coletiva e institucional? É possível pensar numa mudança institucional a partir das experiências individuais?

Para Sahlins (2007), as ações individuais são marcadas pelo interesse, no entanto, são as instituições, compreendidas por ele como "ordem cultural", o que irá ordenar os interesses e ações subjetivos. Neste sentido, Sahlins e Douglas estão de acordo ao postular que as instituições são a fonte de possibilidades de escolhas dentro de um leque pré-estabelecido. A lógica cultural compartilhada pelos indivíduos oferece as bases para o desenvolvimento dos interesses pessoais, segundo Sahlins. Este autor, no entanto, chama atenção para a biografia dos indivíduos como a base a partir da qual eles realizam suas escolhas dentro de um aparato cultural: "O indivíduo é um ser social, mas nunca devemos esquecer que é um ser social individual, com uma biografia que não é idêntica a de ninguém mais" (SAHLINS, 2007, p.309).

A trajetória individual é marcada, assim, pela reorganização constante das premissas do aparato cultural, e o indivíduo pode, a cada momento, criar novos arranjos a partir do instrumental oferecido pela cultura, ou, neste caso, pela instituição: "Isso significa que a vida em sociedade não é uma genuflexão automática diante do ser superorgânico, mas, antes, um rearranjo contínuo de suas categorias nos projetos de existência pessoal" (*idem*).

O que chama a atenção de Sahlins, portanto, é o peso da ação sobre a estrutura, momento em que há o rearranjo das categorias, no qual é possível perceber a maneira como a estrutura é modificada pelos interesses individuais. O sistema prisional, apesar de sua estrutura legal previamente definida a partir de regras e regulamentos voltados tanto à condutas internas quanto externas, planos de carreira de funcionários, formas de lidar com os presos e seus

familiares etc, só pode ser reconhecido – e percebido – na prática, através da ação de seus atores.

A crítica tecida aos cursos preparatórios por guardas entrevistadas volta-se para esse caráter prático do sistema prisional: pouco adianta ler sobre regras ou o gerenciamento de crises se é apenas no dia a dia, ao lidar cotidianamente com o preso e com a tensão envolvida na relação entre funcionários e detentos que as regras farão ou não sentido.

É possível identificar, na fala das entrevistadas, alguns elementos que apontam a prática prisional como o único meio de aprendizagem da profissão – o que faz que, de qualquer maneira, o curso preparatório seja rejeitado se o aprendizado da profissão – e não o aprendizado dos valores institucionais – for levado em conta.

Em primeiro lugar, o sistema prisional seria um lugar que não é passível de ser conhecido por aqueles que não atuam dentro dele. Diferente de uma escola ou hospital, os presídios, aos moldes das instituições totais (GOFFMAN, 2005), são fechados ao público, e mesmo que algum civil ou leigo queira conhecê-los, encontrará bastantes dificuldades, e ainda assim não terá a possibilidade de compreender o que é a experiência de viver dentro da instituição – a não ser que seja preso ou se torne um funcionário.

A prática prisional torna-se, assim, o único meio de aprendizagem do agente prisional sobre a própria profissão e sobre a instituição na qual está inserido. Essa aprendizagem prática, portanto, torna-se um saber-poder (FOUCAULT, 2011) ao definir as relações dentro do presídio a partir do tempo de profissão dos ASPs. As diversas tensões existentes entre as guardas mais novas e as mais antigas, assim como a rejeição que a SAP demonstra destas últimas – chamando-as de dinossauras e aconselhando as guardas novatas a não darem ouvidos a elas – são fruto desta disputa de saber pautada na prática prisional. Se esse saber vem da prática, quem trabalha há mais tempo tem mais poder. Com isso, as guardas mais velhas tornam-se uma ameaça para a administração penitenciária, que precisa se curvar ao conhecimento prático de tais mulheres e à sua capacidade de controle do cotidiano prisional, já que os próprios administradores não possuem esse conhecimento.

Durante o curso preparatório, os ASPs recém-chegados aprendem as regras cotidianas da instituição, que deverão ser colocadas em prática assim que assumirem os postos nas unidades para as quais forem alocados. Nos primeiros anos de profissão, conforme aponta

Léo, é melhor cumprir as regras exatamente como estão escritas, para que a guarda não tenha problemas com as colegas, mas, principalmente, não tenha problemas com as presas.

Segundo a fala de Léo, as presas estão no ambiente prisional há mais tempo que a guarda ingressante – por isso possuem maior conhecimento da prática prisional. Tais presas se esforçam para manipular as guardas novatas, para que descumpram as regras, ou, na fala de Léo, "falem sim pro lado errado". Para não cair nesse erro, Léo reforça que é preciso cumprir as regras estritamente, sem maiores interpretações. Uma guarda do interior do estado, com quem conversei apenas uma vez, afirma que cumpre as regras, mesmo sem saber o motivo delas: "se não pode entrar de havaianas, não pode! Eu não quero saber por que não pode. Se não pode, não pode. Se a visita quiser saber o motivo, ela que vá lá e pergunte direto para o diretor".

Cumprir estritamente as regras é uma forma de se proteger de críticas e evitar problemas tanto com as guardas mais velhas, como com a diretoria, mas também com as visitas e presos. As guardas justas – conhecidas como aquelas que cumprem estritamente as regras – não podem ser acusadas de serem violentas, cruéis ou exigentes, já que estão amparadas nas regras: "não fui eu quem decidi isso, não fui eu quem escolhi, se é assim, é assim, se não pode, não pode", é a fala da mesma guarda, que aponta para o cumprimento das regras como a melhor maneira de evitar conflitos, por não poder ser acusada de cometer algum tipo de arbitrariedade.

Com o correr no tempo, segundo Léo, as guardas vão aprendendo que podem manipular as regras e com isso vão compreendendo os momentos em que é melhor dizer sim ou dizer não. Com isso, percebe-se que as regras prisionais funcionam como a estrutura do pensamento institucional, oferecendo um leque de possibilidades de escolha, mas essas escolhas serão feitas individualmente e podem criar novas relações dentro do espaço institucional.

Os elementos que estruturam a ação voltam-se para o pensamento institucional explicitado a partir das regras, no entanto, ao escolher o momento correto de dizer sim ou dizer não – apesar das regras – as guardas interferem na estrutura prisional a partir de relações inéditas baseadas nas escolhas individuais. Assim que a guarda é capaz de optar, por si própria, entre o sim e o não, ela "domina o sistema", conforme a fala de Léo. Quando a guarda consegue manusear as regras a partir de seus próprios interesses se torna capaz de lidar com os desafios do sistema prisional de forma a se opor a ele quando achar necessário – como foi o caso de

Léo – ou de reafirmar o pensamento institucional a cada decisão. A biografia pessoal – os valores cultivados em toda a trajetória pessoal – é o que irá contar como interesse em tais escolhas.

A aprendizagem da prática prisional apresenta-se, assim, como um movimento de conhecimento tanto das regras quanto do cotidiano da prisão – seus desafios, os possíveis problemas a serem gerados, as regras "bobas" que não fazem sentido etc. A partir do momento em que a guarda é capaz de manipular as regras ela deixa, então, de estar sujeita apenas aos mandos da instituição prisional e começa a criar, a partir de seus interesses, o pensamento institucional a que se refere Douglas, transformando a estrutura do sistema prisional. É nesse momento que a guarda toma para si o poder da prática e o contrapõe ao poder da hierarquia burocrata típica das instituições governamentais.

O diretor ou diretora da unidade passa, então, a ser visto apenas como uma autoridade na tomada de decisões e no cumprimento das ordens gerais vindas da SAP. O cotidiano da prisão, o dia a dia, as pequenas decisões, as negociações com as presas, tudo passa a ser prerrogativa das guardas, que muitas vezes não permitem que os diretores entrem no raio e tomem conhecimento da realidade do pavilhão, garantindo, assim, a autonomia e o poder da agente prisional naquele espaço circunscrito.

Modificações na estrutura a partir de eventos externos: o surgimento e o fortalecimento do Primeiro Comando da Capital

O surgimento de organizações formadas por presos controlando o cotidiano dos presídios paulistas alterou profundamente esse cenário que descrevi anteriormente, sendo que o ASP não possui o mesmo *status* que possuía anteriormente nas unidades prisionais. Como foi possível perceber a partir da narrativa de Léo, a atuação do PCC – Primeiro Comando da Capital – alterou o cotidiano prisional ao impor uma distância entre as pessoas presas e os agentes prisionais.

A partir do momento em que o ASP não pode mais se aproximar do preso, o seu poder – baseado na prática prisional – é questionado, já que, apesar do conhecimento prático, não pode mais tomar decisões em relação ao cotidiano do pavilhão. A prática prisional é construída a partir de um conhecimento específico: conhecimento das regras e também do preso. Esse conhecimento dava ao guarda a possibilidade de escolher entre o sim e o não.

Com a crescente presença dos coletivos de presos nos presídios, as escolhas dos guardas não são mais tomadas levando em conta o contexto imediato – aquilo que está circunscrito pelos limites do pavilhão. Ao tomar conhecimento de que as presas sabiam de detalhes íntimos da rotina de sua família fora do presídio, uma guarda com quem conversei afirmou que mudou de postura dentro do presídio, e passou a ser menos exigente com as presas, menos dura, mesmo que estivesse no seu direito, ou seja, mesmo que estivesse apenas sendo "justa", apenas cumprindo as regras.

É difícil, para as guardas, estimar o tamanho e o poder do PCC. A organização toma, assim, um caráter abstrato, um pouco sem rosto, tornando-se presente a partir de um medo difuso, de ameaças mais sugeridas que de fato proferidas. De vez em quando, porém, ocorrem execuções de agentes prisionais fora dos presídios: em suas casas, bairros ou locais de sociabilidade. É então que as guardas acreditam que, de fato, tal instituição existe e age.

Existem outras maneiras de uma guarda perceber a atuação do PCC nos presídios paulistas. A principal delas volta-se para as negociações diretas entre os diretores e diretoras das unidades com os líderes da facção em cada unidade. Apesar de ser um direito das presas – a Lei de Execuções Penais garante ao apenado o direito de conversar diretamente com o diretor da unidade prisional – as decisões tomadas em tais negociações muitas vezes vão de encontro com as decisões que haviam sido tomadas pelas guardas, o que as desmoraliza frente ao coletivo de presas. É importante destacar que, nas histórias coletadas, a reclamação das guardas voltava-se para o caráter ilegal de muitas das decisões tomadas pelos diretores das unidades em favor das presas, o que aponta para uma conivência do Estado frente ao poder exercido pelo PCC dentro dos presídios.

As narrativas coletadas também apontam para um distanciamento entre as guardas e as presas dentro dos pavilhões depois do fortalecimento do PCC. A organização estabeleceu um corte no cotidiano prisional ao definir todos os guardas como inimigos, ao identificá-los como "polícia". A partir desta nova categoria, as relações internas foram rearranjadas, e agora qualquer preso ou presa que se aproxime de uma guarda, que demonstre maior intimidade ou, minimamente, alguma relação, é considerado traidor pelo coletivo de presos, e por isso, pode ser morto pelo comando da organização.

Foi possível perceber, a partir da história de Léo, o quanto o trabalho de cuidado com as presas realizado por ela foi interrompido a partir do fortalecimento do PCC nos presídios

paulistas. Muitos guardas dizem que em diversos presídios não é possível mais realizar a contagem de presos, já que a organização impede a entrada de qualquer guarda nos pavilhões. Essa é a maneira que os guardas encontram para falar do PCC; para eles, a organização tirou o poder dos ASPs.

Importante notar que este novo contexto causou modificações tanto na maneira como a guarda se percebe dentro do sistema prisional quanto na forma como ela se relaciona com a instituição: se antes tinha poder por conhecer a prática prisional, agora ela apenas abre e fecha celas, como aprendeu a partir do discurso institucional. A presença do PCC nos presídios paulistas alterou profundamente a prática prisional e com isso, alterou a identidade da guarda e as funções que ela antes exercia.

A presença do PCC e esta alteração radical nas relações prisionais não foi aprofundada na fala das agentes penitenciárias com quem conversei. Esta ausência volta-se, principalmente, ao fato de que tais alterações são recentes e seus impactos na vida profissional das guardas ainda estão sendo incorporados em seus cotidianos e não puderam ser completamente elaboradas nas narrativas trabalhadas.

Ainda não há um distanciamento seguro para a elaboração de narrativas que falem sobre a presença desta organização. O que há é uma tristeza, um reconhecimento da perda do poder e da legitimidade das guardas dentro do presídio. O que há é uma revolta, uma sensação difusa de que o Estado está cedendo aos mandos do crime organizado. Não há, no entanto, mais que sensações, falas dispersas, indagações, e a pesquisa desenvolvida não se focou neste ponto.

A presença do PCC comandando boa parte da dinâmica dos presídios paulistas lança novos desafios para o estudo da profissão do agente prisional. Sua identidade é bastante alterada pela nova dinâmica, e não se sabe ainda o que será do agente prisional nos próximos anos. Mesmo nos estudos que vêm sendo realizados sobre o PCC e outras organizações de coletivos de presos nos Estado de São Paulo, o agente prisional não tem recebido atenção. Não há ainda estudos que analisem os impactos que a autovigilância propagada pelo PCC e outras organizações prisionais trazem para a postura do guarda e suas relações com o coletivo de presos, tanto no papel das organizações prisionais, tais como o PCC, quanto em relação aos presos que estão diante dos guardas, convivendo cotidianamente a partir de uma nova lógica.

As narrativas aqui trabalhadas revelam a necessidade de pesquisas que tomem como base de análise as novas relações construídas no cárcere também a partir do olhar do agente prisional, para que seja possível compreender de maneira mais ampla o complexo imbricamento entre organizações prisionais e instituição prisional, e os impactos que essa relação traz tanto para a vida dos presos e seus familiares, alcançando a dinâmica urbana, como também para o cotidiano daqueles que trabalham nestas instituições.

A pesquisa que realizei, no entanto, olhou mais para o passado – quando ainda não havia a presença destas organizações nos presídios – que para o presente e as novas relações. Ao coletar narrativas de trajetórias profissionais, pude compreender como é possível sobreviver ao sistema prisional a partir da ótica de algumas guardas: suas estratégias, suas dores, suas relações familiares, conjugais etc. Tais guardas me apontaram o que é ser uma guarda em presídios paulistas e suas narrativas se encerraram exatamente no presente, quando elas também se colocam a questão: o que acontecerá com as guardas agora, com a presença do PCC nos presídios paulistas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DITO E O NÃO DITO

Ao reescrever as narrativas de Solange e Léo, encontrei enorme dificuldade ao trabalhar o texto. Por muitas vezes me recusava a escrever, já que não me sentia à vontade com os fatos, as histórias, com aquilo que foi dito. Como contar a história de uma mulher que carregava no colo em bebê vazio, oco, cheio de pacotinhos de droga? Como ilustrar a imagem de uma mulher que ficou presa diversos dias na solitária, se cortando aos poucos com uma gilete, enfrentando cotidianamente a loucura, que ficava à espreita? Como falar do riso frente à morte?

Eu preferia que meu texto fosse leve, como eram leves muitos dos diálogos que eu tinha com as agentes prisionais. No entanto, as dores de tais mulheres por vezes bombardeavam nossas conversas, e era preciso, então, descobrir uma maneira de trabalhar essas dores no texto.

Escrever contos e inserir, de alguma maneira, a literatura na antropologia, foi uma maneira que eu encontrei para lidar com esta dor. Isso tornou possível trabalhar os dados etnográficos coletados, oferecendo ao leitor o encontro de duas subjetividades – minha e das entrevistadas – mas também me permitiu lidar com o desconforto de ter que analisar tais dados e arcar com as consequências que o texto poderia causar no leitor. A esfera da dor ficaria, com isso, restrita a trechos marcados por um caráter mais sensitivo.

Para além da dor narrada, no entanto, resta aquilo que foi calado pelas guardas entrevistadas. Ao me aproximar de Solange e Léo fiquei surpresa com a capacidade de cada uma delas de narrar suas histórias pessoais. Diferente de outras guardas com quem conversei, as duas se mostraram muito desejosas de conversar, não apenas uma, mas diversas vezes.

Veena Das (1999) diferencia dois tipos de narrativas violentas. Por um lado, ela chama atenção para a diversidade de vozes que falam genericamente sobre a violência, em contraponto ao silêncio voltado para a experiência violenta vivenciada. As narrativas estariam, de alguma maneira, baseadas em um constructo cultural no qual a violência faz parte do contexto de inteligibilidade do ser humano. A violência extrema, no entanto, opera rupturas na concepção

do que é o ser humano, revelando fronteiras entre o civilizado e o selvagem, o inteligível e o ininteligível, o dizível e o indizível.

A violência cotidiana, para a autora, é algo que pode ser trabalhado na narrativa, e é o tempo – o passar do tempo – que auxilia a construção de tais textos: com o passar dos anos é possível retornar aos acontecimentos e reinterpretá-los à luz da cultura vigente ou do contexto social, e com isso, a violência pode ser incorporada ou minimamente compreendida.

A violência extrema, por sua vez, é congelada no tempo. Não há entendimento frente às violações sofridas pelo corpo humano, já que essas desafiam a própria noção do que é o ser humano:

> "Existe uma profunda energia moral na recusa de representar algumas violações do corpo humano, pois tais violências são vistas como sendo 'contra a natureza', definindo os limites da própria vida" (VEENA DAS, 1999, p. 39).

Veena Das afirma que certas violências – as de caráter extremo – colocam em xeque a possibilidade da linguagem, já que tais experiências não encontram parâmetros no contexto vigente para interpretação e incorporação. Em situações como estas – a autora se utiliza de exemplos da época da Partição da Índia – os eventos são narrados de formas anônimas, não autorais, e baseados, em sua maioria, nas ideias de senso comum. A autora conta sobre "banhos de sangue" e "poços lotados de mulheres que se jogaram para lavar a honra de seus homens" como exemplos de histórias coletadas sobre a Partição.

Em contraposição a tais histórias, Veena Das encontra apenas o silêncio sobre as experiências individuais de estupro e rapto vivenciado pelas mulheres. Mesmo as histórias menos heroicas – em que mulheres raptadas se envolvem emocionalmente com seus raptores – não são trabalhadas pelo senso comum.

Por transitar entre guardas e outros profissionais que se conheciam, muitas vezes pude conhecer alguns fatos sobre Solange e sobre Léo que elas mesmas não haviam me contado. Em momento algum procurei averiguar tais informações, e privilegiei, sempre, aquilo que elas escolhiam contar para falar sobre suas vidas. Aquilo que calavam, no entanto, dizia muito sobre elas e, principalmente, sobre a experiência de narrar suas vidas.

Tanto Léo quanto Solange falavam facilmente de questões vividas no sistema prisional, e trabalham, na narrativa, suas dores frente a eventos específicos – a morte do irmão de Solange, as dores profundas vividas por Léo na sua relação com as presas etc. No entanto, elas se calavam sobre as frustrações e os problemas atuais vivenciados frente ao sistema prisional. Falar sobre o passado e as dores vividas lá atrás era uma forma de ordenar a experiência, reescrever a história pessoal e incorporar a violência vivida. O presente continuava, no entanto, indizível.

Por que o presente de Léo e Solange restam indizíveis? Por que só consigo ter acesso ao presente vivenciado por elas a partir de outras guardas? Por que é o outro quem enlouqueceu, quem não deu conta de lidar com o sistema prisional e "chapou"? Veena Das (1999) chama a atenção para a ausência de linguagem que se instaura frente a um cenário de violência extrema, em que não é possível encontrar parâmetros de interpretação, apontando para o silêncio que é fruto de tais experiências.

Ginzburg (2008) analisa relatos de pessoas que sofreram tortura física e ilustra diversos deslocamentos possíveis na linguagem. Em tais situações, percebe-se um deslocamento temporal, em que o sujeito que fala não consegue estabelecer o fluxo contínuo dos acontecimentos, ou ainda, a incapacidade de reconhecer o *eu* da fala. Em tais relatos, como aponta o autor, é possível perceber o uso da terceira pessoa para exemplificar os abusos corporais sofridos: "Você nu, levando pancada, batendo com a cabeça na parede, tentando deslocar o seu pescoço". Este é um fragmento de um depoimento coletado por José Geraldo Vasconcelos (1998) em Memórias do Silêncio, e trabalhado por Ginzburg em seu texto.

Ao deslocar a fala para o interlocutor (*você*) o sujeito que fala cria uma cumplicidade com o mesmo, convidando-o a experimentar as sensações vivenciadas. No entanto, para além deste deslocamento da experiência, a recusa em utilizar um "*eu*" remete a uma dificuldade em sustentar uma imagem clara do "*EU*" que sofre a experiência da tortura (GINZBURG, 2008, p.14). Para Ginzburg, assim como para Veena Das, a dor aparece como um elemento que impossibilita a fala e o reconhecimento do sujeito.

Imagens extremas de dor povoaram os relatos de Léo, no entanto, em raríssimos momentos foi possível perceber um relato em primeira pessoa, e mesmo assim, quando o fez – momento em que ela narra seu "exílio" na torre de vigia – o foco da narrativa voltava-se, antes, para as

relações que foram alteradas nas unidades prisionais a partir do surgimento e fortalecimento do PCC.

A dor, como Ginzburg e Veena Das apontaram, é mais facilmente reconhecida no outro, na terceira pessoa, por isso, por tantas vezes, eu soube dos sérios problemas enfrentados atualmente por Solange e por Léo a partir da fala de outras pessoas. Por isso uma narrativa em que os outros são apontados como loucos, como “chapados”, como violentos, como aqueles que não puderam lidar com as mazelas do sistema. Por isso a dificuldade em compreender as consequências da presença do PCC no cotidiano de tais guardas e em falar sobre o presente e a dor cotidiana. Por isso, possivelmente, as recusas de muitas guardas em conversar comigo e dividir aquilo que ainda é indizível.

O que foi dito, no entanto, apontou para relações carregadas de positividade construídas a partir da experiência dentro do sistema penitenciário. As narrativas coletadas durante esta pesquisa possibilitaram o acesso a uma esfera da instituição prisional ainda pouco explorada pela academia, ao privilegiar o poder de agência das agentes penitenciárias frente a regras que definem o bom funcionamento da prisão. As narrativas coletadas sobre trajetórias profissionais de mulheres que trabalham no sistema prisional lançaram luz sobre uma instituição que, apesar das sombras que mantém sobre si mesma, é dinâmica: instituição que se atualiza a todo momento na interação entre os indivíduos que a compõem e as regras que a sustentam.

BIBLIOGRAFIA

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico.* Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus*: o surgimento dos presídios femininos no Brasil – Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARBOSA, Antônio Rafael. *Prender e dar fuga.* Biopolítica, Sistema Penitenciário, e tráfico de drogas no Rio de Janeiro – Tese de Doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique.* Genève: Lib. Droz, 1972, p.162-189.

_____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado:* imanência e transcendência no PCC – Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BOHANNAN, Paul. Etnografia e comparação em Antropologia do Direito. In: DAVIS, Shelton (Org). *Antropologia do direito.* Estudo Comparativo de Categorias de Dívida e Contrato. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 101-127.

BUORO, Andréa Bueno. *Negociando a Dignidade Humana:* os familiares dos presos e a percepção de Direitos Humanos – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In LOURO, G. (org.), *O corpo educado.* Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes. *Nos braços da lei.* O uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro: e+a, 2008.

CHIES, Luiz Antônio Bogo, (coordenador). *A prisionalização do agente penitenciário:* um estudo sobre encarcerados sem pena. Cadernos de Direito, Universidade Católica de Pelotas – Escola de Direito, Pelotas, EDUCAT, 2001.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica.* Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CRAPANZANO, Vicent. El dilema de Hermes: la máscara de la subversión en las descripciones etnográfica. In CLIFFORD, James. and MARCUS, George (org). *Retoricas de la antropologia*. Madrid: Ediciones Júcar, 1991, p. 91-122.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns dilemas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, junho de 1999.

DAWSEY, John C. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. *Mana 15* (2), p. 349-376, 2009.

DEMAZIÈRE, Didier e DUBAR, Claude. *Analyser les entretiens biographiques.* L'exemples de récits d'insertion. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2004.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, p. 128-144, 2009.

_____. *Da pulverização ao monopólio da violência:* expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista – Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário das prisões. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.23, n.2, 2011, p. 213-233.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Como as instituições pensam.* São Paulo: Edusp, 2007.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade 2.* O uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 2003.

_____. *História da sexualidade 1.* A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Obras e vidas.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GINZBURG, Jaime. Memória da ditadura em Caio Fernando Abreu e Luís Fernando Veríssimo. *O eixo e a roda*, v. 15, p. 43 a 54. 2007a.

_____. A violência em um conto de Marcelino Freire. *Letras de hoje.* Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 42 a 48, dezembro 2007.

_____. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, v. 3, p.61-66, 2008.

_____. Notas sobre elementos de teoria narrativa. In COSSON, Rildo. (Org.). *Esse Rio Sem Fim* - Ensaios sobre Literatura e suas fronteiras. Pelotas: UFPEL, 2000, p. 113-136.

GLUCKMAN, Max. Obrigação e Dívida. In DAVIS, Shelton (Org*). Antropologia do direito* – Estudo Comparativo de Categorias de Dívida e Contrato. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 25 a 56.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão*: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo – Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana.* Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. *Manicômios, Conventos e Prisões.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo, Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, T. (org). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano.* Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* n. 5, 1995, p. 7-41.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. O discurso citado na construção do efeito de sentido de identidade em agentes de segurança penitenciária. *Discurso & Sociedad*, Vol 2 (3), 2008, p. 475- 502.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE, Ilanud/Brasil. A lei de crimes hediondos como instrumento de política criminal. *Revista Ultima Ratio*, ano 1, n. 0. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 3-72.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto auto biográfico.* Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LOPES, Rosali. Psicologia Jurídica. O cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. *Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología*, 2002.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. *O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere*: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro:* um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões – Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984, p. 45 a 58.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

PADOVANI, Natália Corazza. *Perpétuas espirais:* falas do poder e do prazer sexual em trinar anos (1977-2009) da Penitenciária Feminina da Capital – Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp, Campinas, 2010.

_____. No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direto à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital. *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro de 2011, p.185-218.

PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. *Cada história uma sentença:* narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro – Tese de Doutorado, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PANIKKAR, Raimon. Is the notion of humam rights a western concept? In SACK, P. *Law and Anthropology*. New York: New York University Press, 1992, p. 387 a 414.

PHILLIPS, Coretta e ROD, Earle. Reading difference differently? Identity, epistemology and prison ethnography. *British Journal of Criminology,* 2010, 50, 360-378.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*, 1993, p. 149 a 171.

_____. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In AGUIAR, N. (org), Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 49-66.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Papirus, 1994.

ROZMAN, Mauro Abrahão. *AIDS e tuberculose na Casa de Detenção de São Paulo* – Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SABAINI, Raphael Tadeu. Uma cidade entre presídios: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano. Sociedade e território, v. 23, 2011, p.21-37.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. *Metáforas históricas e realidades míticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo:* 1822 – 1940. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias,* Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 274-307.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 1, Edição 1, 2007, p. 72 a 90.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, jan/jun, 2001, p. 7 a 34.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. "Antropologia e educação em Direitos Humanos". In BITTAR, Eduardo C. B. (org). *Educação e metodologia para os Direitos Humanos.* São Paulo, Quartier Latin, 2008, p. 117-135.

_____. *Controlando o poder de matar*, uma leitura antropológica do Tribunal do Júri – ritual lúdico e teatralizado – Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Vagner Golçalves. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Campinas:, Editora da Unicamp, 2006.

_____. *Partial connections*. Updated edition. Walnut Creek: Altamira Press, 2004.

TAETS, Adriana R. F. Pesquisando agentes penitenciárias: o dentro e o fora como pontos de partida para a construção de identidades. 34º *Encontro Anual da ANPOCS,* Caxambu, 2010.

TAETS-SILVA, Adriana R. F. *Castro e Silva, Anderson Moraes*. Nos braços da lei: o uso da violência negociada no interior das prisões. Resenha. São Paulo, n. 20, 2011, p. 339-342.

TAETS-SILVA, Adriana R. F. E SABAINI, Raphael T.. Escondendo ou mostrando o uniforme? Dinâmicas urbanas específicas que envolvem os agentes prisionais em diferentes cidades do Estado de São Paulo. *35º Encontro Anual da ANPOCS,* Caxambu, MG, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

TURNER, Victor. *O processo ritual*, estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

VASCONCELOS, Ana Sílvia Furtado. *A saúde sob custódia*: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro – Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

VASCONCELOS, José Geraldo. *Memórias do silêncio*: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: UFC, 1998.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In LOURO, G. (org.), *O corpo educado.* Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.35-82.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

*

Sítios de internet consultados

INFOPEN, Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRIE.htm, acesso em 25/03/2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: www.sap.sp.gov.br, acesso em 25/03/2012.

SIFUSPESP, “Realidade do sistema prisional na visão dos trabalhadores”. Disponível em http://www.sifuspesp.org.br/, acesso em 13/08/2010.

Jornais consultados

ESTADO DE SÃO PAULO, Cidades/Metrópole, 14/10/2008.

FOLHA DE SÃO PAULO, Cotidiano, 28/11/2005.

_____, Cotidiano, 29/11/2005.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124232.shtml, Folha.com, Cotidiano, 22/07/2006. Consulta realizada em 29/12/2011.

Outros documentos consultados

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL, CEJIL et all. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. Brasil, 2007.

NOVO DICIONÁRIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Folha / Aurélio. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.